

ROSANA MARIA CARVALHO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ERNESTO LEME NA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO:
UMA ANÁLISE PRELIMINAR DE GESTÃO

ITATIBA
2006

ROSANA MARIA CARVALHO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ERNESTO LEME NA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO:
UMA ANÁLISE PRELIMINAR DE GESTÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, *campus* Itatiba, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, elaborado sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Gabriela S. M. C. Marinho.

ITATIBA
2006

378.4 USP
C327e

Carvalho, Rosana Maria.
Ernesto Leme na reitoria da Universidade de São
Paulo / Rosana Maria Carvalho. -- Itatiba, 2006.
107p.

Dissertação (mestrado) – Programa de
Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da
Universidade São Francisco.
Orientação de Maria Gabriela Silva Martins da
Cunha Marinho.

1. Conflito universitário. 2. Gestão da USP.
3. Leme, Ernesto, 1896-1986. 4. Universidade São
Paulo. I. Marinho, Maria Gabriela Silva Martins da
Cunha. II. Título.

CARVALHO, Rosana Maria. **Ernesto Leme na Reitoria da Universidade de São Paulo: uma Análise preliminar de Gestão.** Dissertação defendida e aprovada na
em pela banca
examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr.^a Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho

Prof.^a Dr.^a Ana Enedi Prince

Prof.^a Dr.^a Maria Ângela Borges Salvadori

Itatiba, de de 2006.

A meu filho
À memória de minha mãe

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Ângela Borges Salvadori que, no decorrer do curso, mostrou-se pronta a dar sugestões para que a condução do trabalho fosse mais objetiva e eficaz ao seu propósito;

À amiga e professora Ana Enedi Prince, pela disponibilidade em participar da banca e por suas contribuições valiosas;

A Rose Mary Baruel, que durante um longo período disponibilizou o seu tempo para me ajudar entender a estrutura de uma outra língua (inglês) e que foi fundamental para minha aprovação;

A Vera Ribeiro, pessoa que me encaminhou e me incentivou a fazer o mestrado em Educação;

À amiga Sandra T. Memari, companheira de estrada, que compartilhou comigo momentos de alegrias pelas descobertas que o conhecimento nos trouxe e compartilhou também momentos de aflição, insegurança, temendo poder não dar conta do que nos era proposto;

Aos queridos amigos Graça e Jacaré, os quais no decorrer deste processo tornaram-se mais queridos ainda, por suas palavras de força, confiança e incentivo;

Ao Carlos que mesmo distante soube a todo o momento me incentivar;

A Ana Elisabeth Martineli Godinho, bibliotecária da UNIVAP, pela ajuda incondicional, pelo carinho;

A Márcia, bibliotecária da E.E. Euclides Miragaia, pelo incentivo e colaboração;

À amiga Ana Maria Pereira, pelo apoio, colaboração e palavras de ânimo;

A Josefina Neves Mello, amiga e incentivadora, por não me ter deixado desistir;

Às minhas queridas irmãs Márcia e Cida, por suas orações;

E para meu grande amor, que compreendeu as minhas ausências, e me deu força para terminar este trabalho, meu filho Lucas.

“A desilusão é fundamental para sonhar um sonho novo. [...]”
(Benjamin)

CARVALHO, Rosana Maria. **Ernesto Leme na Reitoria da Universidade de São Paulo: uma Análise preliminar de Gestão**. 2006. 107f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco, Itatiba (SP).

RESUMO

Este trabalho está inserido no campo da história da educação e pretende lançar um olhar crítico sobre a gestão de Ernesto Leme frente à reitoria da Universidade de São Paulo (1951-1953). A pesquisa apóia-se em uma análise preliminar de alguns documentos do acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH), pertencentes ao Fundo Ernesto Leme, hoje sob guarda da Universidade São Francisco, campus Bragança. A relevância desta pesquisa dá-se em função de ser esta documentação uma fonte ainda pouco explorada, dentro dos estudos que têm como objeto a própria história universitária brasileira. A questão a ser respondida nessa investigação está relacionada ao mandato de Leme na reitoria da Universidade de São Paulo (USP), ou seja, “Por que Leme, sendo um egresso do Partido Democrático, de clara formação liberal, ao assumir a reitoria dessa instituição, atua de modo a demonstrar uma postura conservadora e arcaica?”. A partir deste problema, foi feita uma análise da conjuntura histórica que envolve a atuação política de Ernesto Leme e a criação da USP, verificando os principais acontecimentos que vieram a influir nos desdobramentos históricos da gestão em estudo. Análise esta essencial para elucidar os conflitos da gestão Ernesto Leme com setores da imprensa e do movimento estudantil, em que se procura destacar a oposição entre a proposta “democrática” da criação de uma cidade universitária e o clima de censura e perseguição política instaurado pelo reitor nesse período.

Palavras-chave: CONFLITO UNIVERSITÁRIO; GESTÃO DA USP; ERNESTO LEME

CARVALHO, Rosana Maria. **Ernesto Leme na Reitoria da Universidade de São Paulo: uma Análise preliminar de Gestão**. 2006. 107f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco, Itatiba (SP).

ABSTRACT

This research relates to the history of education and intends to look critically on the management of Ernesto Leme as a principal of the University of São Paulo (1951-1953). The research is based on a partial analysis of some documents from Center of Documentation and Support to the Research in History of Education (CDAPH), which belong to Ernesto Leme, foundation which is now at the University São Francisco, in Bragança. The research justifies itself as there are few studies on the Brazilian University History. The question to be answered in this research is related to the work of Ernesto Leme as principal of the University of São Paulo (USP), that is, "Why Leme, as a member of the Democratic party, from a liberal basis, turned into a conservative leader when in charge of University of São Paulo?" An analysis of the historical moment was made which involves his political performance and the foundation of the USP, The main events which influence in this study. The analysis is essential to clarify the conflicts of his management with sectors of the press and the student's protests, trying to emphasize the opposition between the democratic view which explains the foundation of University of São Paulo and the censorship atmosphere and political chase installed by the principal during this period.

Keywords: ERNESTO LEME; MANAGEMENT OF USP; UNIVERSITY CONFLICT

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO ----- | 11 |
| CAPÍTULO I – PANORAMA POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO (1930-1950) ----- | 16 |
| 1.1 Panorama sócio-político e econômico do Brasil (1930-1950)----- | 16 |
| 1.2 Contexto sócio-político e econômico de São Paulo (1930-1950) ----- | 22 |
| 1.3 Contexto sócio-político de criação da USP ----- | 30 |
| CAPÍTULO II – VIDA ACADÊMICA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE E. LEME (1920-1950) ----- | 38 |
| 2.1 Histórico familiar e Percurso de formação ----- | 38 |
| 2.2 Ernesto Leme na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco ----- | 44 |
| 2.3 Percurso político e acadêmico de Ernesto Leme (1920-1950) ----- | 53 |
| CAPÍTULO III – E. LEME: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DE GESTÃO (1951-1953) ----- | 62 |
| 3.1 Ernesto de Moraes Leme na reitoria da USP (1951-1953) ----- | 62 |
| 3.2 Cidade universitária: última etapa da construção ----- | 67 |
| 3.3 Artigos sobre a Gestão Ernesto Leme na USP ----- | 71 |
| A – Identificação dos artigos (externos) por ordem cronológica ----- | 72 |
| B – Identificação dos artigos (internos) por ordem cronológica ----- | 79 |
| 3.4 Análise preliminar da Gestão Ernesto Leme ----- | 81 |
| CONSIDERAÇÕES ----- | 87 |
| REFERÊNCIAS ----- | 89 |
| ANEXO I ----- | 92 |
| Currículo de Ernesto Leme | |
| ANEXO II ----- | 95 |
| Relatório de documentos examinados | |

INTRODUÇÃO

O tema dessa dissertação surgiu a partir do contato com o curso de Mestrado em Educação da Universidade São Francisco, antes mesmo do ingresso na linha de pesquisa em história e historiografia em educação, no primeiro semestre de 2003, através da participação da pesquisadora como ouvinte de uma das disciplinas. Durante esse período houve o acesso ao Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH). A partir do segundo semestre daquele mesmo ano, deu-se início a um levantamento de dados no Fundo Ernesto Leme, com vistas a um estudo que viesse dar embasamento ao projeto de pesquisa para o ingresso no mestrado em educação.

Esta pesquisa, portanto, focaliza Ernesto de Moraes Leme, uma das figuras que participou da construção da história da Universidade de São Paulo, tendo sido, como atestam documentos examinados, um administrador empreendedor e polêmico.

O interesse por este tema de pesquisa nasceu a partir do contato com o Curso de Mestrado em Educação da Universidade São Francisco e com o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH), departamento constituído de vários setores, dentre eles o Fundo Ernesto Leme (1896-1986), criado através de um conjunto documental doado ao então Centro de Memória Regional, em 1987, pela família Leme. O responsável por tal iniciativa foi o historiador-arquivista Francisco César de Araújo.

À época, para além dos documentos “produzidos e guardados” por Ernesto Leme, foi também encaminhada para a Universidade São Francisco a biblioteca pessoal deste advogado e professor.

Por opção dos profissionais que atuavam na Instituição naquele momento, a biblioteca de Ernesto Leme foi dispersa pelo acervo do Sistema de Bibliotecas da Universidade São Francisco, enquanto o Fundo Ernesto Leme permanece no Instituto Franciscano de Antropologia (IFAN). Atualmente, o Fundo Ernesto Leme está no CDAPH.

O Fundo Ernesto Leme recebeu uma classificação no momento de sua entrada no acervo, em 1987, porém ainda não dispõe de um inventário. No período de 2000-2001, essa seleção inicial foi alterada, quando do manuseio do material por alunos da graduação. Em 2003, esse conjunto documental foi utilizado por Aparecida Casseb Lossano para a construção de sua dissertação de Mestrado que recebeu o título de “Ernesto Leme – Trajetórias e Inserções político-partidárias nos anos de 1920-1950: uma análise preliminar”, inserida nas referências desta dissertação.

O acesso ao Fundo Ernesto Leme é garantido pela identificação externa das caixas em que a documentação está acondicionada; são aproximadamente duas centenas de caixas, nas quais se encontra uma diversidade de documentação relacionada à sua vida pública e privada, separadas de acordo com as instituições nas quais Ernesto Leme atuou durante a vida profissional e acadêmica. São documentos oficiais de sua gestão na reitoria da Universidade de São Paulo (1951-1953), cópias de cartas enviadas e recebidas por ele ao longo de sua vida, sua agenda de trabalho durante o período de gestão como reitor, recortes de jornais de diferentes épocas, telegramas, relatórios, palestras que proferiu, dentre outros.

Durante dois anos, aproximadamente, para este estudo, foi necessário trabalhar com essa documentação, delimitando, portanto, como momento importante para a pesquisa, o período de dois anos em que Ernesto Leme foi reitor da USP.

Inicialmente, foram trabalhadas dez caixas (as de número 2, 3, 5, 6, 21, 25, 41, 46, 52 e 54) que traziam documentos referentes a essa gestão, catalogando-se a documentação relevante e colocando-a em ordem cronológica, a saber, de fevereiro de 1951 até dezembro de 1953. Depois de realizado o trabalho de seleção do material, num segundo momento, os documentos foram analisados para reconstituir uma trajetória de trabalho e atuação política, no sentido de estabelecer parâmetros que permitam a esta pesquisa proceder a uma análise do período em estudo.

Nesse segundo momento, foram utilizados documentos apenas das caixas de números 3, 5, 6, 21, 25 e 41, cujo conteúdo pode ser encontrado na listagem no ANEXO II desta dissertação. Os documentos da caixa 2 referem-se ao ano de 1950, período anterior à gestão de Ernesto Leme. Nas de números 46, 52 e 54 estavam guardados recortes diversos de jornais da época. Foi possível observar que, nessa documentação analisada, havia inúmeros pedidos e solicitações de favores relacionados a colocações em diferentes tipos de atividades, em setores de trabalho dentro da Universidade de São Paulo, e eram favores de caráter pessoal. Os documentos utilizados para elaboração deste trabalho foram

principalmente cartas enviadas e recebidas por Ernesto Leme, ao órgão de repressão (DOPS), a respeito dos movimentos estudantis e dos integrantes desses grupos, dentro da USP com relação a suas participações no movimento comunista.

A metodologia da pesquisa contempla o modelo teórico-crítico, de tipo qualitativo. Desse modo, o exame das fontes primárias foi feito de modo empírico, contemplando a seleção dos documentos, com atenção apenas nos fatos a serem considerados. As análises foram realizadas mediante verificação entre o conteúdo dos documentos selecionados e algumas opiniões de distintas visões, de autores contemporâneos que se debruçaram sobre as questões desse período. Assim, pode-se dizer que esta é uma pesquisa de natureza interdisciplinar, o que justifica sua importância para a universidade.

Este trabalho apresenta também como relevância o fato de estar inserido no ambiente acadêmico e por utilizar fonte documental primária, cujo tema não foi ainda totalmente explorado, o que possibilita compreender, senão integralmente, ao menos parcialmente o panorama político-social do Brasil durante as décadas de 1930-1950, momento marcado por uma política “nacional-desenvolvimentista” e conflitos sociais em várias instâncias. Espera-se, portanto, que ele possa servir de incentivo a outros pesquisadores, já que este período da história brasileira ainda merece exame sob vários focos.

A documentação utilizada neste trabalho resgata um período da história da Universidade de São Paulo, mais especificamente da gestão do reitor Ernesto de Moraes Leme, entre os anos de 1951 a 1953, marcada por fatos como a demissão de professores, a perseguição a grupos que eram ideológica e politicamente orientados para o comunismo, na contramão do enfoque capitalista, orientação esta que, naquele momento, indicava para a Universidade de São Paulo um interesse voltado ao campo tecnológico.

O exame dessa documentação, por outro lado, permitiu também levantar algumas questões sobre as ações administrativas da gestão de Leme, como a finalização da cidade universitária da USP, conferindo importância à universidade, que veio então tornar-se um marco para o estado e para o país, por ocasião do quarto centenário da cidade de São Paulo. Não foi, contudo, possível comprovar a origem do material de jornal, objeto desse estudo.

Para cumprir os requisitos metodológicos desta dissertação, a organização textual do trabalho apresenta três capítulos fundamentais, a saber:

- **CAPÍTULO I – PANORAMA POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO (1930-1950)** – que apresenta a contextualização do panorama brasileiro e paulista, demonstrando as principais demandas pelas quais passava a sociedade e de que modo se estabeleceram parcerias e recursos para a realização de criação da universidade que passou a ser um marco no contexto cultural de São Paulo e do Brasil;

- **CAPÍTULO II – VIDA ACADÊMICA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE ERNESTO LEME (1920-1934)** – que apresenta de modo sucinto a trajetória de vida familiar de Ernesto Leme, sua formação acadêmica como advogado e professor, diretor e político. Esta parte do estudo circunscreve o período enfatizado em suas memórias (vol. 1), e com elas a pesquisa busca demonstrar os fatores em que se baseiam as relações estabelecidas por Leme, que lhe possibilitaram chegar a postos de comando e de projeção social e política; porém, o lapso entre 1934 e 1951 não foi levantado por não constar no volume 1 do livro de memórias que serviu de base para este estudo;

- **CAPÍTULO III – ERNESTO LEME: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DE GESTÃO (1951-1953)** – que tem foco na atuação de Leme na reitoria da USP, dentro do novo contexto histórico desse período, referindo-se às ações administrativas empreendidas para a finalização das obras da cidade universitária, contratação e demissão de professores e auxiliares, com vistas à preparação para as festividades de comemoração de vinte anos de existência da universidade, coincidindo com o quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo.

Após a exposição e análise de contexto econômico, político e social do Brasil, de São Paulo, levando em conta o contexto de criação da Universidade de São Paulo (USP), e apresentada a trajetória de vida e formação da figura de Ernesto Leme, foram realizadas as análises da documentação levantada. Objetivando questionar algumas ações desse reitor, este estudo levou ao entendimento de que tais ações, dentro do seu contexto histórico, podem ser caracterizadas como continuidade das práticas arcaicas marcadas pela ausência de tolerância frente à diversidade de pensamento e de ideologia.

Do ponto de vista político, Ernesto Leme, no exercício da chefia da instituição, agindo em parceria com órgãos repressores das liberdades individuais, e ainda, usando da prerrogativa do cargo, foi parcial e conservador, no âmbito de sua administração.

Desse modo, esta pesquisa busca levantar as razões para tais atitudes, levando em consideração que Ernesto Leme foi advogado formado pela Academia de São Paulo, de formação liberal e republicana. Alguns autores (ADORNO, 1988; CAPELATO, 1989; DREIFUSS, 2006), através de seus conceitos, foram fundamentais para o esclarecimento dessa visão, para uma leitura da sociedade brasileira.

Ainda que sem chegar a conclusões, em princípio, pode-se levantar uma hipótese de natureza histórica, ou seja, que após longo período de manutenção dos ideários de uma classe agrário-escravista, vigentes, em tese, até a década de 1920, com o advento da Revolução de 1930, entra em cena uma nova classe cujos dirigentes trazem um novo projeto de nação, voltado para um plano urbano, industrial, com forte ênfase na educação, por terem como princípio de orientação positivista que esta seria o recurso capaz de promover mudanças efetivas em longo prazo. Porém, a pesquisa demonstra que esses “novos” dirigentes são ainda herdeiros dos mesmos representantes das classes mandatárias que mantinham as rédeas do poder desde sempre no Brasil. As mudanças podem ser caracterizadas como apenas superficiais, mantendo-se na base os mesmos princípios da fase anterior.

Entretanto, trazendo uma base histórico-ideológica republicana, de modelo liberal, quando no exercício do poder que implicam os cargos de comando, talvez, para garantir a legitimidade das funções nesses cargos, investidos de *status* social e político, estes ditos *novos* lançaram mão das mesmas estratégias que, no passado, foram alvo de suas críticas.

Assim, esta análise procura elucidar alguns conflitos da gestão Ernesto Leme com setores da imprensa e do movimento estudantil, procurando destacar a oposição entre a proposta pretensamente democrática da criação de uma cidade universitária, como a USP, e o clima de censura e perseguição política instaurado pelo reitor no período em estudo (1951-1953).

CAPÍTULO I

1 PANORAMA POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO (1930-1950)

Este capítulo apresenta a parte do estudo que faz a contextualização do panorama brasileiro no contexto paulista, demonstrando as principais demandas por quais passava a sociedade nesses anos, e de que modo se estabeleceram parcerias e recursos para a realização de criação da universidade que passou a ser um marco no contexto cultural de São Paulo e do Brasil.

1.1 Panorama sócio-político e econômico do Brasil (1930-1950)

Terminado o período em que dominaram o governo brasileiro as forças políticas ligadas às oligarquias regionais – São Paulo e Minas Gerais – teve início, na década de 1930, um período que serviu de plataforma para profundas mudanças nos diversos setores da vida nacional. Assim, a oligarquia gaúcha substituiu a do Sudeste¹, mas que, para se firmar no poder, segundo Schwartzman (2001), estabeleceu relações com militares, igreja, intelectuais de esquerda e integralistas².

Em São Paulo, a inabilidade do governo federal favoreceu a deflagração de uma guerra civil. Ocorreu nesse período uma insatisfação não somente em São Paulo, mas

¹ Chamada república “café-com-leite”: (café de São Paulo e leite de Minas Gerais).

também nas elites regionais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, que, apesar de insatisfeitos, não se dispuseram a correr o risco de enfrentar, pelas armas, um governo que haviam ajudado a colocar no poder. Assim, São Paulo, praticamente sozinho, enfrentou as forças federais, contando apenas com a milícia estadual e com uma intensa mobilização popular.

Por isso, pode-se afirmar que o movimento de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classe média ligada à indústria. A luta contra o governo federal durou quase três meses, mas terminou com a rendição de São Paulo em outubro de 1932.

Esse movimento (1932), no entanto, trouxe conseqüências importantes, dentre elas o fato de Vargas nomear para interventor de São Paulo Armando de Salles Oliveira, civil e paulista, responsável pelo decreto de criação da primeira universidade brasileira. O governo realizou eleições para a Assembléia Constituinte em 1933 e, após alguns meses de debate, a Constituinte promulgou uma nova Constituição, que, apesar de assemelhar-se à de 1891, apresentou vários novos aspectos, como reflexo das mudanças ocorridas no País.

Schwartzman (2001) afirma que Vargas, nesse período, cria institutos e faz acordos. São importantes nesse governo a ordem pública, a educação e a cultura nacional. Assim, para resguardar a moral e a ordem, estabeleceu um acordo com a Igreja em que ela teria voz nas questões ligadas à educação, à moral e à ordem social, mas deveria contemplar o governo com apoio ideológico. Ocorre então, uma mudança na postura da Igreja que, de certo distanciamento anterior junto a causas sociais, passa a um forte envolvimento sócio-político. Esse arranjo fortaleceu sobremaneira a Igreja, vindo a sociedade a receber também parte dessa influência, disseminada pelos intelectuais católicos que ocupavam espaço nos meios de comunicação.

Na visão de Maria Helena Capelato:

Os liberais reformadores de São Paulo seguiram as lições dos “experientes burgueses”. Numa situação considerada grave, como a ameaça comunista em 1935, adotaram a prudência, deixando de lado suas disputas com os católicos e recorrendo à religião como forma de controle social. A partir daquele momento, dividiram com a Igreja o privilégio de “formar as consciências”, e a consciência operária, em particular. (CAPELATO, 1989, p. 219).

² Os integralistas foram os representantes do fascismo brasileiro.

Sobre a Intentona, ainda que existam várias versões para este caso, a hipótese mais aceita é a de que o levante (1935) teria sido realmente planejado a partir de orientação da Internacional Comunista (COMINTERN), tendo um grupo organizador, no Brasil, cujo líder era Luís Carlos Prestes, que atuava com sua mulher, Olga Benário. Compunham a liderança do grupo Rodolfo Ghioldi, Arthur Ernest Ewert, Ranieri Gonzales, todos filiados e atuantes no Partido Comunista do Brasil (PCB).

Este partido tinha suas raízes ideológicas em parte no anarco-sindicalismo italiano, de onde eram dissidentes seus fundadores, e no comunismo soviético, tendo como objetivo principal tirar do poder as classes burguesas.

Nesse contexto, em 1935, quando os comunistas tentaram se insurgir para tomar o poder, no evento que ficou conhecido como “Intentona Comunista”, estava se delineando então o cenário que favoreceria o governo Vargas a implantar o Estado Novo, que foi marcado por forte cerceamento às liberdades individuais e partidárias. Em função disso, foram criados órgãos com fins específicos de proibir manifestações político-partidárias; assim, a repressão recrudescceu apoiada pela Igreja e por segmentos mais conservadores da sociedade que temiam o comunismo. Desse modo, de 1937 até 1945, período que coincide com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo federal criou vários organismos de caráter institucional, com vistas ao fortalecimento do Estado.

Assim, foram criados diversos institutos e órgãos de pesquisa e empresas entre 1930 e 1936, dentre eles o Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil (1933), o Instituto de Tecnologia (1933), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (1934) posteriormente, no período de 1937 a 1945, apareceram o Conselho Nacional de Petróleo (1938), o Instituto Nacional do Sal (1940), o Conselho do Petróleo e o Conselho de Águas e Energia Elétrica (1940), a Fábrica Nacional de Motores (1940), Conselho Nacional de Ferrovias (1941), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Consolidação das Leis do Trabalho [CLT] (1943), o Conselho Nacional de Política Industrial e a Comissão de Planejamento Econômico (1944), e a Comissão Econômica para a América Latina [CEPAL] (1948). (IGLÉSIAS, 2002)

Nesse momento, profundamente influenciado pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, quando a oligarquia do café já havia entrado em franca decadência, mesmo que a produção agrícola ainda mantivesse um expressivo volume de negócios, sobretudo o café do Oeste Paulista e do Paraná, o segmento industrial começava a tomar a dianteira dos negócios nacionais.

Sobre essa época, Fausto (2000) afirma:

A política econômico-financeira do Estado Novo representou uma mudança de orientação relativamente aos anos 1930-1937. Nesse primeiro período, não houve linha clara de incentivo ao setor industrial. O governo equilibrava-se entre diferentes interesses, inclusive agrários, sendo também bastante sensível às pressões externas. [...]. (FAUSTO, 2000, p. 369).

Justamente nessa época, mediante forte demanda ideológica, um grupo formado por juristas, intelectuais e empresários paulistas concretiza o projeto há muito acalentado da criação da Universidade de São Paulo (1934), como se verá em item posterior desta dissertação.

Porém, Dreifuss afirma sobre este período que: “Apesar de a indústria e de os interesses agroexportadores haverem estabelecido um “estado de compromisso”³, eles tiveram uma coexistência difícil e o período foi marcado por crises contínuas a partir de 1932, o que levou ao estabelecimento do Estado Novo, em 1937. [...]”. Por essa razão, o governo teve que se articular em meio a “uma complicada trama de conciliações efêmeras entre interesses conflitantes.” (DREIFUSS, 2006, p. 30).

Em janeiro de 1938, os integralistas oficializam rompimento com o governo Vargas. Plínio Salgado, porém, é inocentado por Filinto Muller e escapa da prisão; isso porque nas fileiras militares havia simpatizantes ao integralismo. Quando, porém, Vargas manda para o exílio “Mangabeira, Arthur Bernardes, Armando de Salles Oliveira, Lindolpho Collor”, Plínio Salgado é convidado a sair do país, indo viver em Portugal. Estavam então, em tese, afastados os obstáculos políticos a Getúlio Vargas. Neste mesmo ano (16 de maio de 1938), Vargas assina uma emenda constitucional, instituindo a pena de morte no Brasil, sem ter, entretanto, efeito retroativo, ou seja, valeria desse dia em diante, não permitindo fossem punidos com ela os culpados por crimes cometidos anteriormente a essa data. (SOLA, 1976, p. 267).

Pode-se, entretanto, supor que essa atitude de Vargas, além das razões políticas que o levaram a se perpetuar no poder, teve como motivo também alguns eventos que pretendiam ou poderiam atentar contra sua vida, isto é, a Intentona Comunista (1935), o Plano Cohen (1937) e, por último, o rompimento com os Integralistas (1938), que antes

³ O autor adverte que “É precisamente através dessa dupla ação que o aparecimento e a consolidação da burguesia devem ser entendidos, pois sua ligação umbilical com a oligarquia teria importantes conseqüências históricas, originando o chamado ‘estado de compromisso’ institucionalizado pela Constituição de 1934”. (DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006).

compuseram com o governo, culminando com o assalto ao Palácio Guanabara, no qual estavam Vargas e sua família. (SOLA, 1976; FAUSTO, 2000)

O início da década de 1940 transcorreu de modo a manter a política das substituições às importações, com restrições às importações, sobretudo para o setor têxtil, até agosto de 1942, quando o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e Vargas se obriga a rever seu plano governamental no campo da economia. Apesar de uma visão nacionalista, de modo geral, Vargas manteve certa coerência com relação às riquezas minerais e instituições financeiras, ou seja, os brasileiros poderiam explorar as minas, e ainda bancos e seguradoras também teriam que ter acionistas brasileiros. Empresas estrangeiras podiam atuar no Brasil com tempo determinado. Era, portanto, concedido a essas empresas um prazo para que se tornassem nacionais. Vargas mantém o projeto nacionalista em todos os campos.

Ainda assim, o governo Vargas conseguiu muitos acordos favoráveis ao Brasil, como no caso da Usina de Volta Redonda (1940), totalmente brasileira, que foi financiada por créditos do Export-Import Bank, banco norte-americano. Esses acordos financeiros com os Estados Unidos mudam o eixo dos governos anteriores, que negociavam com a Inglaterra, promovendo uma mudança de visibilidade para o governo brasileiro. Ou seja, o Brasil passa a negociar seus créditos com maior segurança.

O Estado Novo, no campo financeiro, manteve-se dentro de uma linha conservadora, sendo uma das ações mais relevantes desse período a suspensão dos pagamentos do serviço da dívida externa, por alegação de situação interna financeiramente insustentável. Como Vargas pretendia seguir o programa desenvolvimentista, renegociou a dívida externa e voltou a efetuar os pagamentos a partir de 1940.

Vale ressaltar que, no período do Estado Novo, a política de controle da opinião pública de Vargas, apoiado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), prendeu, torturou, e forçou ao exílio tanto aos intelectuais de esquerda quanto a liberais, políticos e acadêmicos. Dentro dessa visão de resgate dos valores nacionalistas, que embotava a visão do povo mediante a perda das liberdades individuais, alguns artistas foram cooptados para fazer a propaganda das artes brasileiras. Neste caso podem ser citados poetas, músicos, pintores, dentre outros.

De vários ângulos, é possível perceber que os anos posteriores a 1930 causaram uma profunda ruptura no processo histórico brasileiro, já que, segundo Fausto, “Sob o duplo efeito de episódio interno e de conjuntura internacional, rompia-se por fim o quadro sócio-

político da dominação oligárquica, sob a hegemonia da burguesia cafeeira.” (FAUSTO, 2000, p. 426).

Então, nesse curto período histórico, a velha burguesia cafeeira é substituída pela incipiente *inteligentzia*, oriunda das classes médias, que agora participavam do sistema empregatício do Estado, deixando para trás os antigos sonhos revolucionários, mas ainda voltados para a idéia da construção de um Brasil ‘passado a limpo’. “Os industriais perceberam que precisavam de uma liderança forte para conseguir disciplinar o esforço nacional e para impor e administrar sacrifícios regionais e de classes apropriados para a consolidação da sociedade industrial.” (DREIFUSS, 2006)

Tanto que, logo no início da década de 1920:

Em São Paulo formou-se um agrupamento de jornalistas, intelectuais e políticos em torno de Julio de Mesquita filho, diretor do *Jornal O Estado de S. Paulo*, que propunha a idéia de Comunhão Paulista como redenção do País, assolado por corrupção e política viciada das antigas elites. Faziam parte deste Grupo de Estado personalidades conhecidas como Armando de Salles Oliveira (1887-1945), Fernando de Azevedo (2.4.1894-18.9.1974), Plínio Barreto, Paulo Duarte, Léo Vaz, Amadeu Amaral (6.11.1875-24.10.1929), Vivaldo Coracy, dentre outros. (MOTOYAMA, 2006, p. 23).

Porém, como afirma Dreifuss, nenhum desses grupos participantes do poder, dentre eles as classes médias, os setores agroexportadores, a indústria e os segmentos de interesses bancários, “foi capaz de estabelecer sua hegemonia política”. Não podendo ser, nenhum deles, representante de seus interesses e dos da nação, não conseguiram tampouco assumir o controle do Estado.

Durante o Estado Novo, ocorreu uma estruturação do sistema político que resultou em novas formas de articulação e de domínio de classes, principalmente mediante a regulamentação da força de trabalho por meio das ‘leis trabalhistas’. A respeito deste assunto, Dreifuss (2006, p. 36) afirma que: “A estratégia de Getúlio Vargas foi vista com alarme pelas classes dominantes e com suspeita pelas classes médias, pois tal estratégia somente aumentaria o apelo carismático do próprio Getulio Vargas junto às classes trabalhadoras e realçaria o seu papel no comando do Estado como intermediário político.” Por essa e outras razões, Vargas foi deposto pelo Exército, com o apoio da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Assim, ao chegar à década de 1950, com o recrudescimento das mudanças no país, São Paulo, por ter se firmado como metrópole, demonstra nesse período significativas transformações, tanto na composição de sua população, com a forte presença de migrantes, como na pluralidade das atividades ali realizadas nos setores industrial, comercial, financeiro e educacional. São Paulo torna-se, portanto, o centro germinador de idéias, que acabam irradiando para outras regiões.

1.2 Contexto sócio-político e econômico de São Paulo (1930-1950)

Em 1930, os trilhos das ferrovias paulistas chegavam às proximidades do rio Paraná e a colonização ocupava mais de um terço do Estado de São Paulo. As cidades se multiplicavam. Socialmente, o Estado, com mais de um milhão de imigrantes, tornou-se uma Babel, profunda e inevitavelmente, marcado pelas diferentes culturas trazidas de mais de 60 países, em face da forte política de migração. Na última década da República Velha, os modelos econômicos e político, que sustentavam o predomínio de São Paulo, mostravam já seu esgotamento.

Após a Revolução de 1930, no entanto, o país viveu um período de instabilidade, cujo processo foi responsável pela instalação da ditadura de Getúlio Vargas. Porém, esse período, que terminou juntamente com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), como processo histórico, vem também inaugurar uma fase de 'redemocratização', com a instalação da chamada Segunda República (1930-1964).

A derrota de São Paulo e sua ausência na participação hegemônica no processo político brasileiro foi um evento singular na história desse estado federativo. Se, a partir da década de 1930, o estado paulista perde parte de sua importância no cenário político, paradoxalmente, no campo econômico ocorre o florescimento de instituições científicas e educacionais, com a criação da primeira universidade, precedida pela Escola Livre de Sociologia e Política (1933). Interessante notar que, se essas instituições se destinavam a formar técnicos para a administração pública, em um estado burocrático recém-criado, também visavam formar intelectuais para dirigir os destinos do País.

Assim, em 1934, Armando de Salles Oliveira, interventor do Estado, inaugurou a Universidade de São Paulo e, numa demonstração de alteração dos focos de interesse social, em 1935, durante a gestão do prefeito Fábio Prado, foi criado no Município o primeiro Departamento de Cultura e de Recreação. Tinha início então uma orientação política voltada para o social que não mais ofereceria lazer apenas para as classes burguesas.

Nesse contexto, segundo a visão de Hayashi:

Armando de Salles Oliveira desejava candidatar-se à presidência e necessitava fortalecer suas bases políticas no Estado. Por isso, fundou o Partido Constitucionalista (PC) para congregar, além de membros do Partido Democrático, facções do PRP interessadas em participar do poder. A nova agremiação não tinha por objetivo substituir a legenda desgastada do PD. Mas queria mostrar que São Paulo precisava de uma força política que unisse o programa liberal de 30 com as reivindicações constitucionalistas de 32. (HAYASHI, 2001, p. 15-16).

De acordo com o que foi citado no item anterior, a saída de cena da política “café-com-leite” deixou espaço para articulações de outros segmentos que naquele momento compunham a sociedade paulista. A capital, como o ponto de convergência das forças em demanda, atrai o migrante, gesta novos movimentos políticos, seduz o capital estrangeiro e os novos empreendimentos, fazendo com que ocorra forte desenvolvimento econômico. Portanto, coincidentemente, nesse período, a cidade paulistana presenciou uma modernização, que veio testemunhar seu progresso, expressada em crescente processo de verticalização urbana. Um exemplo flagrante foi a inauguração, em 1934, do Edifício Martinelli, primeiro arranha-céu de São Paulo⁴, tornando-se um ícone do perfil urbano desse tempo. O segmento da construção civil foi um dos responsáveis pelo intenso fluxo de migração no sentido Nordeste/Sudeste, até a década de 1950.

Com a criação do Conselho Nacional do Café (1931), que absorveu o Instituto do Café do Estado de São Paulo, o governo federal passou a ter maior controle sobre a riqueza-símbolo do Estado de São Paulo. Essas mudanças de jogo de poder, arquitetadas por Vargas, e apoiadas pelo segmento da indústria, foram enfraquecendo o que restava dos cartéis dos barões paulistas. Para o governo federal criou-se o problema do controle dos preços e, ainda em 1931, toda a safra foi comprada para exercer o controle físico da mercadoria. Os estoques foram então queimados ou jogados ao mar. (FAUSTO, 2000)

⁴ Maior prédio à época, com 26 andares e 105m de altura. FONTE: [www.nossosaopaulo.org.br]

Diante de tal realidade, a capital paulista torna-se pólo atrativo para as ondas migratórias, que para ali acorriam em busca de novas oportunidades de ganho e melhoria de vida. Aliada ao desenvolvimento real, havia a política federal de protecionismo às classes trabalhadoras, reforçando a posição de “pai dos pobres” do presidente, e fazendo de São Paulo um nicho onde se reuniam forças de muitos matizes, sempre em constante demanda. Entre 1930 e 1945, as políticas trabalhistas alteravam-se ao sabor das necessidades partidárias. Com promessas de apoio, o governo federal controlava mais e mais essas classes, fazendo de São Paulo a principal arena dessas lutas. Exatamente nesse período e por esse motivo, os partidos políticos, orientados para a organização de sindicatos e direitos dos trabalhadores, sofreram restrições e/ou foram banidos.

Começava aí um período que combinava desenvolvimento econômico, vale dizer, à custa de promessas que nem sempre eram cumpridas, com atraso social e político, quanto à questão de liberdades individuais e partidárias.

Vale lembrar ainda que São Paulo, como região com grande força de trabalho, tornou-se também o lugar social das lutas de classe, engendradas tanto pelas diferenças econômicas e sociais quanto pela circulação em sociedade de várias correntes ideológicas, na Capital e também no interior. Ocorreram desapropriações de bens de estrangeiros e até deportações. Italianos, portugueses e alemães foram perseguidos.

Focalizando o período de 1930-1934, que antecedeu a criação da USP, de acordo com Boris Fausto, dois fatores são de importância pontual nesta análise: o tenentismo e a luta entre o poder central e os regionais. Nesse ponto, pode-se apontar tal período como o momento em que foram gestadas muitas das ações políticas que vieram a ocorrer no futuro, até 1950, principalmente em São Paulo. (FAUSTO, 2000)

Para acomodar as facções contrárias, Vargas colocou os tenentes no serviço público dos estados, deixando a eles a incumbência de fazer os entendimentos necessários à ordem social. Como esse segmento tinha interesse nos postos de comando dos órgãos criados por Vargas na área de transportes ferroviários e de cabotagem, siderurgia e comunicação, dentre outros, por sua vez, queriam um governo estável e centralizado, defendendo até mesmo o prolongamento da ditadura. Contrariamente a essa visão, Vargas elabora uma Constituição que reparte as representações por classe, promovendo o loteamento das representações por Estados.

As diferenças de interesse entre São Paulo e o governo federal foram o principal motivo da deflagração da Revolução Constitucionalista de 1932, mediante a ira dos paulistas face a essa importância que chegou a tomar a ação tenentista no Nordeste.

Com a Revolução Constitucionalista (1932), Vargas foi obrigado a nomear interventores para governar São Paulo. As nomeações causaram desagrado geral, pois os paulistas queriam como chefe um civil paulista. (FAUSTO, 2000)

Diante dessa insatisfação, em agosto de 1933, Vargas nomeou como interventor Armando de Salles Oliveira, paulista e civil, com vínculos no PD e cunhado de Julio de Mesquita Filho, diretor do Jornal *O Estado de S. Paulo*.

Nesse sentido, Motoyama analisa:

O bom da história é que ela tem uma complexidade dialética. Dentro dos caminhos tortuosos da política, Getúlio achou melhor reconciliar-se com São Paulo. E nomeou Armando de Salles Oliveira como interventor em 1933. A situação inverteu-se. A Comunhão Paulista agora estava no poder. (MOTOYAMA, 2006, p. 25).

Nesses anos, em São Paulo, surge o maior número de partidos políticos, nascidos a partir dos muitos matizes político-ideológicos que se formavam naquele momento, e também em função da instabilidade que ainda se podia sentir na condução dos negócios do governo federal. Alguns serão focalizados adiante, na medida de sua relevância nesta pesquisa.

O ano de 1934 torna-se importante para este estudo, tanto por ser o ano da criação da universidade (janeiro/1934) quanto por ser ano 'eleitoral'. Portanto, em julho, ocorrem a promulgação da nova Constituição e a eleição de Vargas, que deveria exercer o cargo de chefe da nação até o dia 3 de maio de 1938, quando então ocorreriam eleições diretas para a Presidência da República.

Quando, porém, parecia que o país começava a tomar um novo rumo, que seria enfim implantado um regime democrático que combinasse com os ideais da nova classe média que surgia no contexto brasileiro, "o golpe do Estado Novo veio frustrar todas as esperanças". (FAUSTO, 2000, p. 352).

Assim, o período de 1934 a 1937 foi marcado por ações que levaram o governo federal a endurecer na condução das políticas sociais e a instituir organismos de repressão. Greves, reivindicações operárias e passeatas passaram a compor o panorama nacional a partir de julho, principalmente em São Paulo. Em face disso, no início de 1935 foi criada a Lei de Segurança Nacional (LSN), levando a mais protestos dos segmentos classistas e militares. A lei, aprovada em abril, definia o que seriam os crimes contra a ordem pública

(política e social), estando nesse rol, dentre outras, a criação de partidos políticos e a propaganda subversiva.

Nesse mesmo período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, começou os preparativos para uma insurreição. Foi então que, em 1935, ocorreu a tentativa (frustrada) de golpe contra o governo Vargas, conforme descrito no item anterior.

Essa tentativa de golpe, articulado simultaneamente em vários estados, tornou-se um forte motivo para que tivesse início uma escalada de repressão, marcando um período de autoritarismo. O governo chegou até a decretar estado de sítio por um lapso de 60 dias. Em 1936 foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Essa comissão tinha como função investigar a participação de funcionários públicos, assim como outras pessoas, de participarem de atos ou crimes contra as instituições sociais e políticas. Algumas figuras, como Filinto Muller, foram elogiadas pelo próprio presidente pelo cumprimento de suas atribuições, o que vale dizer, por suas ações repressoras e violentas. (FAUSTO, 2000)

Durante a abertura da disputa política, houve um afrouxamento nas medidas repressivas. Candidaturas foram lançadas, os movimentos sociais se articulavam; mas, como havia Guerra Civil na Espanha, fascismo na Itália, e já o mundo se preparava para ver eclodir uma guerra mundial, os resultados saíram diferentes do esperado.

De dentro das próprias forças militares emergiu o que faltava como pretexto para Vargas tomar o poder definitivamente. Esse motivo chamou-se Plano Cohen, texto redigido por Olympio Mourão Filho, oficial integralista, que seria publicado para orientar o povo a agir de modo a causar uma insurreição. Eram previstos massacres, incêndios, depredações e assassinatos, inclusive avanços predatórios contra a família e a Igreja. Em 30 de setembro de 1937, foi transmitido no programa "Hora do Brasil" e publicado em alguns jornais. Ainda que Armando de Salles Oliveira tenha lançado um manifesto aos militares para que não aderissem ao golpe que se esboçava, esse gesto serviu para apressá-lo. (FAUSTO, 2000)

Estavam, portanto, lançados todos os dados do jogo de que o governo Vargas necessitava para impor o golpe de 1937. O mesmo Francisco Campos que redigira a Reforma para o ensino em 1932, elaborou a Carta Constitucional que dava início ao Estado Novo, lida em 10 de novembro de 1937. O Congresso foi dissolvido, muitos políticos foram presos e exilados, mas em contrapartida muitos ficaram do lado do poder.

Plínio Salgado, chefe integralista, aliado ao governo golpista, detinha o Ministério da Educação, e ainda alimentava esperanças de reviravolta nesse cenário. Assim, em 10 de maio de 1938, um grupo de integralista, sob o comando do tenente liberal Severo Fournier,

cercou o Palácio da Guanabara, residência oficial de Getúlio. Nesse dia, foram todos cercados e fuzilados nos jardins do palácio pela guarda presidencial. (SOLA, 1976)

Nesse sentido, o estado de São Paulo sofre fortes consequências dessa situação, por ter sido berço do movimento integralista. Plínio Salgado, Menochi Del Picchia e Cassiano Ricardo eram integralistas e paulistas. A centralização do Estado, no entanto, não deixou de permitir que forças dos diversos interesses da sociedade se reorganizassem para dar prosseguimento às suas atuações.

O governo dessa época, ainda que sob forte tendência conservadora e cerceadora das liberdades, não se descuidou, porém, de manter os interesses da sociedade. Assim, os segmentos classistas defendiam seus cartórios, mantinham amainadas os descontentamentos, e a burocracia civil e militar, recém implantada – como recurso de controles social e político –, manteve as engrenagens da indústria e do comércio exterior em bom funcionamento. Começa então a fase de entrada do capital estrangeiro, por meio de conglomerados capitalistas, com vistas à implantação mais acelerada de indústrias.

A política econômico-financeira do Estado Novo realizou lentamente uma mudança de orientação, mas mantendo, como já foi dito no item anterior, um incentivo definitivamente voltado para o setor industrial, tendo São Paulo como principal alvo. Mesmo com o setor agrário em plano decadente, ainda havia interesse de mantê-lo ativo por várias razões, dentre elas o fato de ainda ser detentor de grande produção tanto de café como de cereais e cana-de-açúcar. Porém, já era visível já a hegemonia do setor das indústrias.

Assim, os anos quarenta iniciam sob forte aceleração do processo de industrialização, aumentando a demanda de mão-de-obra especializada, o que pode ser percebido pelo interesse na educação das camadas médias da população. Nesse sentido, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) chega com a finalidade de formar fileiras de profissionais para o serviço especializado nas fábricas. Com esse propósito, e com a demanda da mão-de-obra aumentando devido ao fato de chegarem novos investimentos ao país, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regulamenta a mão-de-obra operária, masculina e feminina, e São Paulo avança nessa onda de crescimento (a todo custo), recuperando muito de sua importância no âmbito econômico. Estes atos do governo contemplam reivindicações do Partido Democrático (PD). (MOTOYAMA, 2006)

Vale ainda enfatizar que, como os problemas ligados ao café acabavam vinculados à situação econômica de todo o país, mas como o governo federal não abandonou São Paulo, o estado superou a crise da década de 1930. Essa atenção ao estado paulista se deveu,

sobretudo, a interesses do governo federal que, como já citado, dava ampla proteção ao setor industrial, que estava majoritariamente operando em São Paulo.

Portanto, durante o período da guerra, o café foi favorecido por bons preços, a partir de acordos com o governo norte-americano, o que permitiu certa recuperação econômica. A circulação desses lucros alimentava então o segmento da indústria, impulsionada, entre outros motivos, pelo capital deslocado do setor agrário. Desse modo, a partir da entrada no país dos conglomerados internacionais, a implantação, em São Paulo, da indústria automobilística passou a ser o carro-chefe da economia nacional desde a década de 1950.

De acordo com Pereira, durante a década de 1950, foram implantadas mais da metade de todas as indústrias mecânicas, um terço das metalúrgicas e um quarto dos estabelecimentos destinados à produção de material elétrico e de comunicação. O desenvolvimento de estabelecimentos industriais destinados à produção de material de transporte e de autopeças, junto com o processo de intensa modernização por que passa a indústria alimentícia, completam o quadro de diferenciação industrial alcançada nesta fase. (PEREIRA, 1967, p. 29).

Esta afirmação vem demonstrar que havia interesses por parte do governo federal de devolver a São Paulo o *status* de estado majoritário brasileiro, por estarem ali os grandes capitais nacionais.

Não se pode deixar de citar, entretanto, que entre nos anos 1946-1950, muitos eventos ocorridos no estado de São Paulo deixaram na história desse período a certeza de que o termo 'redemocratização', empregado nos compêndios escolares, foi tornado inválido. Os direitos civis conquistados na Constituição de 1946, como o direito de greve e de livre associação, foram negados mediante ataques aos setores organizados da sociedade.

Desse período, lembra Pomar:

O terrorismo de Estado praticado nos anos de 1946 a 1950 – caracterizado especialmente pela repressão policial-militar em grande escala das manifestações de insatisfação ou de contestação política e por um ambiente de intolerância anticomunista, típico da Guerra Fria – atingiu os comunistas em geral, a maior parte do sindicalismo independente e também setores socialistas não-comunistas, os nacionalistas e outros, engajados nas campanhas pelo monopólio estatal do petróleo e pela “paz mundial”, na luta pela terra ou em várias reivindicações populares. A eliminação física de militantes comunistas tornou-se relativamente banal, contando-se às dezenas os mortos pelas forças de repressão. (POMAR, 2002, p. 20).

Este clima que Pomar (2002) chama de “terrorismo de Estado” durou ainda por alguns anos, adentrando a década de 1950, influenciando sobremaneira as questões analisadas nessa dissertação. Apesar de não fazerem parte do centro deste estudo, tais acontecimentos devem ser levados em conta como fazendo parte do processo e de um momento histórico da sociedade paulista, que por estar geograficamente distante do centro do poder central, engendra suas lutas e escreve paralelamente sua história, como aconteceu desde o início da formação do País.

Este Estado carrega o que Irene Cardoso chama de “fatalidade história” por (quase) sempre partir dele os acontecimentos que mudam os rumos da história do País. (CARDOSO, 1982, p. 40, *apud* MOTOYAMA, 2006, p. 23).

Por todas as questões apresentadas, e seu natural desdobramento, o Estado paulista se transformou, por força da concentração de capital, no maior parque industrial brasileiro; essa concentração de capital acabou sendo a mola propulsora das muitas transformações econômicas, sociais e políticas, ocorridas no País, tendo influenciado na alteração do perfil de quase todas as unidades da federação, mormente na Região Sudeste.

No panorama geral, os segmentos sociais mais protegidos são os que representam o conhecimento acadêmico, ou seja, as universidades e as Forças Armadas. As primeiras por realizarem o ideário das classes médias urbanas e as segundas por representarem para o país a ordem e a segurança. Em São Paulo, a USP, como principal centro da inteligência acadêmica e de pesquisa, segue sua trajetória (aparentemente) independente dos fragores políticos, alicerçando sua própria história, como será apresentado no próximo item deste trabalho.

No contexto interno, na cidade de São Paulo, ocorria uma preocupação em desenvolver um campo cultural diferenciado e mais alinhado com as tendências internacionais, favorecendo a ascendência dos padrões norte-americanos em face da hegemonia cultural francesa, que prevalecera até 1930.

O intenso fluxo migratório, que pode ser considerado um dos fatores que favoreceu o processo de desenvolvimento da metrópole, dava sinais de sua presença de modo mais relevante. Apesar da redução das correntes imigratórias nos fins dos anos de 1930, em especial a partir das restrições impostas pela legislação de 1934, quando as migrações internas tomaram o lugar das imigrações, na década de 1950, portanto, sua presença se impôs, quando as novas gerações chegaram ao mercado de trabalho.

Também, na década de 1950, os filhos de imigrantes aqui nascidos começaram a alcançar o topo da escala social nas diversas atividades, das primárias às terciárias, com presença crescente nos meios de comunicação social, nos aparelhos culturais, na literatura, no cinema, no teatro, provocando nova dinâmica de mudanças.

O contexto externo, tanto europeu como norte-americano, naquele início de década, favorecia a intensificação das relações, com o deslocamento dos artistas para as Américas, a reaproximação com os Estados Unidos, que fora distante durante o Estado Novo, e principalmente a passagem do eixo artístico de Paris para Nova Iorque. Em função da organização de iniciativas em diversas direções, São Paulo alinhou-se com o ritmo cultural dos grandes centros mundiais. Nesse sentido, na década de 1950 ocorre a Primeira Bienal de Artes de São Paulo.

Como a economia aparentava estar em boa situação, a sociedade buscava novos interesses, em função dos novos modos de produção de comunicação social; na capital se estabelece um clima de laboriosa atividade em todos os segmentos. Assim, em 1954, São Paulo comemora o quarto centenário de sua fundação com festas e eventos populares.

Embora estivesse passando por um período de alta repressão dos direitos civis, com greves das classes estudantis e trabalhadoras, o quarto centenário serviu como espécie de paliativo social; assim, ocorreu a inauguração do Parque Ibirapuera, com edifícios projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, marcando ponto para a importância da cidade como metrópole e como conquista de segmentos sociais.

A Universidade de São Paulo (USP) comemorou, em 25 de janeiro de 1954, concomitantemente aos 400 anos de São Paulo, suas duas décadas de existência.

1.3 Contexto sócio-político de criação da USP

A criação da Universidade de São Paulo (USP) ocorre em um clima de forte demanda de forças políticas e ideológicas, mas também de euforia de alguns segmentos. Com a chegada ao poder da nova classe de acadêmicos formados nos bancos da Academia de

Direito de São Paulo, representantes da elite urbana, o projeto da universidade elaborado anteriormente tornava-se realidade.

Na obra que conta a história de 70 anos da universidade, Olavo Egydio Setúbal (2006, p. 13), prefaciando-a, afirma que a USP foi a primeira e mais ambiciosa tentativa de se criar “uma instituição de ensino superior de tal gênero, ou seja, capaz de revolucionar os padrões de trabalho intelectual, científico e tecnológico [...]”. Segundo suas palavras, a universidade se fazia necessária naquele momento, pois São Paulo já era o centro econômico do País, com ferrovias, uma indústria têxtil ainda incipiente, porém atuante em várias cidades do interior, e o café, que ainda apresentava safras expressivas.

Porém, Schwartzman (1981) vê a criação da USP como uma espécie de reação política para marcar novos padrões de produção intelectual, científico e tecnológico, “sem ter de tratar com os problemas estruturais e políticos dos velhos estabelecimentos” [brasileiros].

Tanto assim, que afirma:

No Brasil, a primeira e mais significativa tentativa nessa direção foi a criação da Universidade de São Paulo e sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934. Essa universidade foi criada num período de intensa mobilização da elite econômica e intelectual de São Paulo, seguindo a derrota de 1932, no conflito com o regime Vargas. (SCHWARTZMAN, 1981, p. 89).

Essa visão de Schwartzman é corroborada por Morel, lembrando que, no Brasil, até o evento da Segunda República, as instituições de ensino superior eram criadas segundo modelo europeu, para formar “letrados com aptidões gerais”, e nunca cientistas com possibilidade de criação e inovação no campo intelectual e científico. Todas as condições aqui eram adversas ao desenvolvimento de um sistema escolar universitário para produção científica.

Segundo essa autora:

Até o século XIX toda a atividade científica no Brasil vai se resumir a missões européias, que observam, coletam e classificam nossas riquezas naturais, fascinadas pelo *exótico*. (MOREL, 1979, p. 27).

Lembra ainda que, somente “A partir de 1930, o país vai passar por importantes modificações sociais, políticas e econômicas que repercutem em medidas de política educacional e/ou científica.” (MOREL, 1979, p. 37).

Essas mudanças, seguramente, olhadas como resultado do processo político, estão implicadas à criação da Universidade de São Paulo, cujo ideário pode ser sucintamente expresso no texto do Decreto n.º 6.283/34, do qual se destacam as seguintes frases⁵:

- “[...]; considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo; - considerando que somente por seus institutos de investigação científica de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos; - considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes; - considerando que em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão, [...]” (CAMPOS, 1954, p. 100).

Após todos os “considerandos”, a universidade passa a existir com as finalidades expressas em seu texto de criação. Vale ressaltar, portanto, que, na maioria das considerações feitas, há sempre um duplo aspecto nessas finalidades, como se vê no texto do Decreto, atrelando os fundamentos da universidade às funções tanto de formação do indivíduo quanto de cumprimento de uma formalidade cívica e ou ideológica para ‘orgulho nacional’. É como se o projeto da universidade precisasse contemplar tanto as expectativas das elites rurais nacionalistas, donas de grande parte do capital em circulação, quanto das elites urbanas, detentoras do capital intelectual em vigência.

Percebe-se, portanto, que estavam presentes naquele momento os ecos das duas correntes ideológicas e de poder que formam a sociedade brasileira, a saber, como afirma Fausto, a do setor “pré-capitalista, localizado no campo, onde predominariam relações de produção do tipo semifeudal, cuja expressão típica seria o latifúndio”, e outra do setor

⁵ Ortografia atualizada.

“capitalista e urbano, que teria dado origem à formação de uma burguesia industrial nos grandes centros.” (FAUSTO, 1995, p. 12).

Motoyama (2006, p. 19) comenta que até para “os novos detentores do poder, os senhores da Revolução de Trinta, do mesmo modo, soavam estranhas aquelas vozes pregando o primado da investigação científica e do aperfeiçoamento do espírito, independente dos resultados práticos imediatos”. Para tais políticos, que apenas estavam “interessados na industrialização rápida do país, tais pregações⁶ pareciam ser devaneios inúteis”.

Campos⁷, por sua vez, em sua obra comemorativa aos vinte anos da instituição (1954, p. 111), reproduz uma notícia do jornal paulista *O Estado de S. Paulo*, publicada no dia 27 de janeiro de 1934, dois dias após a criação oficial da USP, numa explícita demonstração de que a sociedade estava ‘a favor’ da universidade. Nessa obra, portanto, pode-se perceber um tom constante de elogios ao Reitor Professor Ernesto de Moraes Leme, responsável por tal publicação, em que constam todos os documentos demonstrativos das obras de construção da Cidade Universitária, de cuja Comissão Ernesto de Souza Campos era o Diretor.

A nota do jornal diz:

“O governo de São Paulo assinalou a data de anteontem com duas leis de alto alcance – uma de caráter administrativo e outra de caráter cultural: a que providenciou para que se estabelecerem, nas repartições públicas do Estado, os princípios de racionalização do trabalho e a que criou, com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo. A primeira, cuja importância é sensível a quem quer que conheça os surpreendentes resultados da racionalização do trabalho nas empresas particulares, não interessará, talvez, a generalidade do povo. Mas a segunda irá, com certeza, provocar, em todas as camadas sociais, um largo movimento de aplauso.”

Vale ressaltar, no entanto, que o *Jornal O Estado de S. Paulo*, naquele momento, se constituía uma voz receptiva à criação da instituição, pelo fato de ele ter como Diretor Julio de Mesquita Filho, cunhado do interventor, Armando de Salles Oliveira, que promulgara a lei de criação dessa instituição.

⁶ Referência feita ao conteúdo do no Decreto 6.283/34, de criação da USP.

⁷ Certamente, Campos (1954) levanta esta publicação na obra de comemoração dos vinte anos de existência da universidade, com um caráter de ‘homenagem’ ao próprio ato de sua criação, já que esta parece ter sido a principal função de seu trabalho de compilador documental.

Levando em conta que, apesar de ter sido criada no dia 25 de janeiro, coincidindo com o quarto centenário de São Paulo, parte da população sequer tomou conhecimento de tal ato; podendo-se supor que muitos habitantes da capital paulista, naquela época, jamais souberam da criação da universidade. Portanto, afirmar que “em todas as camadas sociais” esse ato provocaria um “largo aplauso” viria denotar interesse de segmentos específicos para angariar, de fato, tais aplausos.

Segundo Capelatto e Prado (1980, p. 23), “A atuação política do jornal se orientava por um projeto idealizado para o Brasil e para São Paulo, cujas bases se prendiam ao corpo de idéias que compõem a doutrina liberal e à experiência prática de outros países”.

Nesse sentido, Fausto (1995, p. 104) observa que “a possibilidade de concretização do ‘Estado de compromisso’ é dada, porém, pela inexistência de oposições radicais no interior das classes dominantes e [porque], em seu âmbito, não se incluem todas as forças sociais”. Diante desse quadro, pode-se também levantar a hipótese de que o segmento que se empenhara na criação da universidade não estivera no comando, anteriormente, pelo menos de forma explícita, e sim inaugurava uma nova situação social e política em São Paulo. Assim, seu discurso tanto era estranho aos mandantes da Revolução de 1930 quanto soava igualmente estranho aos que comandavam as faculdades pioneiras; estes mais alinhados às oligarquias rurais. (MOTOYAMA, 2006)

Muitas podem ter sido as razões para que somente na terceira década do século vinte o Brasil tivesse uma universidade. Com relação a esse aspecto, Morel comenta que, mesmo após a abertura dos portos pelo Infante D. João (depois D. João VI), em 1808, o Brasil passou a receber, livremente, obras e cientistas estrangeiros, abrindo a fase das expedições científicas, porém sem nenhuma cogitação de criação de uma verdadeira universidade em terras brasileiras. O País foi a colônia mais atrasada nesse sentido, sendo a última a implantar sua primeira universidade. (MOREL, 1979)

Até a criação da USP, vários foram os institutos e faculdades criadas em território brasileiro, porém, mesmo como lugar para a realização de trabalhos relevantes, como Manguinhos, no Rio de Janeiro, o Instituto Bacteriológico de São Paulo, o Instituto Butantã, dentre outros, todos apresentavam caráter conservador e, portanto, totalmente formados sob modelo institucional. (MOREL, 1979)

Como constata a história do país, as questões ligadas à educação sempre estiveram sob domínio governamental (ARANHA, 1996). Assim, a criação da USP não foge muito ao modelo instituído durante os quatro séculos de formação dessa sociedade – mas nasce sob

conflito – representando aparentemente a emergência de uma nova classe ao poder, porém, para tal, aparece investida de uma proposta de transformação.

O próprio texto da Reforma Francisco Campos (Decreto n.º 19.851, de 11/04/1931) já havia instituído o sistema universitário sob a justificativa da “revolução industrial”, “urbanização” e “civilização em mudança”. Naquele contexto, as correntes políticas se movimentavam ao sabor das ideologias em face tanto da heterogeneidade da sociedade paulista quanto pelos interesses no novo modo de produção industrial. Assim, segundo Morel (1979, p 39), corroborando Fausto (1995), a criação da Universidade de São Paulo contempla “a ideologia anticontracionista que mobilizou setores industriais e da burguesia agrária paulista... [...]”.

Porém, Shozo Motoyama, mais pontualmente, afirma que as ideologias que levaram à criação da USP decorreram, ainda que ambigualmente, tanto da “consciência da modernidade utilitária” de concepção norte-americana, que privilegia o modelo industrial, quanto das necessidades sociais e políticas que se faziam presentes naquele momento da realidade brasileira. Nesse sentido, Motoyama afirma:

Note-se que os defensores da chamada Comunhão Paulista, que desempenharam papel fundamental na criação da USP, eram na sua maioria intelectuais pouco afeitos às lides empresariais ou industriais. Mas, de uma forma ou outra, viviam em um ambiente em que a ciência e tecnologia diziam-se presentes, e bem presentes. (MOTOYAMA, 2006, p. 21).

Ainda nessa avaliação, Motoyama lembra que havia duas correntes filosóficas que se debatiam nas consciências das pessoas que naquele momento tinham poder de decisão: de um lado o positivismo aliado à teoria evolucionista, e de outro os fundamentos do mendelismo⁸, que punham em confronto as convicções decorrentes da sociologia organicista spenceriana⁹. Essas correntes estavam em demanda a partir da Faculdade de Medicina, no contraponto com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como lembra Motoyama, representando duas correntes filosóficas opostas em seus fundamentos.

⁸ *Mendelismo* (BIO) conjunto de leis básicas da hereditariedade das características biológicas, conforme estabelecidas pelo monge e naturalista austríaco Gregor Johann Mendel (1822-1884), que evidenciam a descontinuidade das características ao longo das gerações, e que suplantaram a teoria da herança por mistura. FONTE: HOUAISS, 2001, p. 1892.

⁹ *Spenceriana*, relativa ao *spencerianismo* (FIL) filosofia que sintetiza as teorias e doutrinas de Herbert Spencer (1820-1903), filósofo evolucionista inglês, cuja idéia central é a evolução mecanicista do cosmo (que vai) da simplicidade relativa à complexidade relativa. FONTE: HOUAISS, 2001, p. 2616.

Mediante tais fatos, os componentes do grupo que idealizou a universidade, ainda que mantendo na base do projeto um modelo mais antigo, almejando um conhecimento universitário abrangente, do estudo pelo conhecimento e não atrelado ao utilitarismo moderno que alguns setores defendiam, acabaram acomodando o ideal e o necessário, formando ali um ambiente híbrido, com mestres do humanismo francês e italiano, e cientistas das exatas e biológicas alemães, ingleses e norte-americanos.

Para a maioria dos historiadores, ao contrário do que diz Campos (1954), que a universidade nasceu madura, a maior dificuldade enfrentada, na criação da USP, adveio do fato de que as escolas superiores, que já estavam em funcionamento, tinham suas características definidas.

Se, no entanto, nas palavras de Campos,

A Universidade de São Paulo, tendo surgido pela concentração de grandes instituições de ensino superior, maduras e prestigiosas, às quais se juntaram três outras, organizadas e reorganizadas, simultaneamente, em 1934, nasceu, assim, em grande parte já preformada, dispondo, portanto, de potencial imenso e imediato. (CAMPOS, 1954, Introdução).

Por outro lado, Motoyama afirma que a USP chegava num momento de tão intensas e profundas mudanças no contexto geral, que era sua missão, em tese, “atender aos reclamos da convulsão mundial e às transformações que ocorriam no País.” (MOTOYAMA, 2006, p. 22).

A partir da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, juntamente com a instituição da USP, formou-se assim um clima para uma demanda ideológica e de poder, pois as escolas mais tradicionais não queriam de imediato alinhar sua metodologia à nova FFCL, por terem currículos embasados em metodologias distintas, advindas de correntes filosóficas opostas, como já explicadas por Motoyama (2006).

Diante das diferenças expostas pelo professor Motoyama, vale ressaltar a visão de Julio de Mesquita Filho, que preconizava uma universidade em que os alunos “[...] embora visando fins diversos, façam [estudos] sob os mesmos mestres, pelos mesmos métodos e segundo a mesma doutrina científica.” (MESQUITA FILHO, 1969, p. 171; *apud* MOTOYAMA, 2006, p. 25). Essa proposta era válida tanto para os cursos oferecidos quanto pela disposição do *campus*, em defesa da implantação da cidade universitária.

Ressalvadas algumas figuras importantes do cenário universitário paulista, segundo afirmam historiadores (NADAI, 1987; MOTOYAMA, 2006), além de recusas temporais de outras Faculdades, a Escola Politécnica foi a unidade mais resistente ao plano de integração da USP. Como parte integrante da universidade, esta escola deveria abrir mão de algumas prerrogativas que, segundo Nadai, “conquistara a duras penas”. No entanto, mesmo que alguns acadêmicos dessa faculdade tenham sido mentores da criação da universidade, juntamente com Armando de Salles Oliveira e Julio de Mesquita Filho, outros se opuseram.

Motoyama lembra, aproveitando as palavras de Fernando Azevedo, que as reuniões do Conselho Universitário era difíceis, com um clima carregado, “em que se travavam discussões acaloradas, numa atmosfera carregada de desconfianças e prevenções, pela oposição que, contra essa idéia, levantaram algumas escolas prepostas à formação profissional...” (AZEVEDO, 1954, *apud* MOTOYAMA, 2006, p. 27).

A Escola Politécnica em princípio não aceitou fazer parte da universidade, mesmo tendo seu Gabinete de Resistência de Materiais transformado em Instituto de Pesquisas Tecnológicas, pelo Decreto estadual n.º 6.375, de 3-4-1934. Esse Instituto passa a fazer parte do conjunto de institutos da USP após sua criação. (NADAI, 1987)

Outras desavenças tiveram que ser amainadas, e nessa questão Motoyama afirma que a presença de Reynaldo Porchat naquele momento, na primeira reitoria, foi de grande valia na resolução desses desentendimentos, já que este, nas palavras de Azevedo, estava “habitado a encarar as coisas sob um prisma imparcial, superior às paixões, aos preconceitos e às competições mesquinhas”. (AZEVEDO, 1954, *apud* MOTOYAMA, 2006, p. 27). Assim, a Comissão que se formou para discutir a construção da Cidade Universitária trabalhou empenhada em completar o projeto; mas, em função da entrada em vigor do Estado Novo, os trabalhos tiveram que ser interrompidos. Entre os períodos políticos que se alternaram em São Paulo nessas três décadas, a USP foi sendo construída e reconstruída até o advento de 1954, quando comemorou duas décadas de existência. A Cidade Universitária foi realizada em quatro etapas, sendo a gestão de Ernesto de Moraes Leme, objeto deste estudo, a responsável por sua finalização.

A importância da Cidade Universitária é ressaltada nos jornais da época, como uma vitória do projeto de educação. De acordo com Capelatto, “Vencer o atraso implicava elevar o nível de instrução dos brasileiros, mas a preparação das elites foi tarefa prioritária. “Às elites bem-pensantes, de mentalidade nova, caberia superar a mentalidade tradicional e arcaica que impedia o avanço do progresso. [...]”. (CAPELATTO, 1989, p. 24).

CAPÍTULO II

2 VIDA ACADÊMICA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE ERNESTO LEME (1920-1934)

Este segundo capítulo apresenta de modo sucinto a trajetória de vida familiar de Ernesto Leme, no contexto do Estado de São Paulo, bem como sua formação acadêmica como advogado e professor e diretor acadêmico, e também político. Esta parte do estudo busca esclarecer tanto as origens quanto as relações estabelecidas por Leme, que o permitiram chegar a postos de comando e de projeção social e política.

2.1 Histórico familiar e percurso de formação

Para localizar Ernesto Leme no cenário histórico e social brasileiro, mais especificamente no cenário paulista, é necessário trazer de modo sucinto uma leitura histórica do tipo de sociedade em que se formou a pessoa objeto deste estudo.

Segundo Rodolfo Stavenhagen (1968), citado por Fausto (1995, p. 12), as sociedades latino-americanas “em vias de desenvolvimento”, pela qual se procura apreender a estrutura básica de tais sociedades”, pode ser apresentada aqui como uma das teorias que orientam o entendimento dessas questões. Nesse contexto, o autor resume as características de tais estruturas do seguinte modo:

- o pólo negativo seria representado pela sociedade rural e arcaica, caracterizada pelas relações pessoais e de parentesco; – pelas instituições tradicionais (co-parentesco ritual, certos tipos de trabalho coletivo, certas formas de dominação política personalista e relações patrão-cliente); - pela rígida estratificação de *status* social (isto é, o *status* individual na estrutura social é determinado pelo nascimento, com pouca probabilidade de mudança durante a vida); – e por normas e valores que exaltam – ou pelo menos aceitam – o *status quo* e as formas tradicionais herdadas de vida social, as quais constituiriam um obstáculo ao pensamento economicamente ‘racional’.

No contraponto a este pólo, caracterizado como antigo, está o outro, moderno, conforme explica Fausto (1995, p. 13). Assim,

- a “sociedade moderna”, por outro lado, seria constituída por um tipo de relações que os sociólogos denominam secundário, determinado por ações interpessoais motivadas por objetivos racionais e utilitários; - por estratificações sociais comparativamente flexíveis, em que o *status* é alcançado através do esforço pessoal e se expressa por índices quantitativos (como renda ou nível de educação) e pela função social (como a ocupação).

Como os objetivos da sociedade moderna seriam os do progresso, da mudança, inovação e racionalidade econômica, a sociedade arcaica representaria um conjunto de obstáculos à modernização dos segmentos sociais e econômicos, servindo de entrave às realizações do núcleo moderno, este que, na teoria da dualidade, representa o pólo positivo. (CAPELATTO, 1989)

Para não limitar a verificação dessas leituras à polarização de dois conceitos opostos, buscou-se ver como outros autores tratam o mesmo assunto.

Edgar Carone, historiador, explica que “socialmente, a República Velha é época de transição entre dois períodos, um mais estável e estagnado, outro mais dinâmico e de estruturas de classes mais definidas”. Ocorre que, desde o final do Império, com as modificações na divisão social do trabalho, há forte “expansão nas forças produtivas e transformações que levam ao aparecimento de novos setores sociais mais específicos e diferenciados, acompanhados do declínio de outros setores.” (CARONE, 1978, p. 147).

Fato é que a sociedade brasileira, a partir do movimento republicano, foi alimentada ideologicamente pelo princípio do positivismo (COMTE, séc. XIX), que preconizava uma sociedade estruturada a partir do conhecimento, principalmente do conhecimento científico, com clara tendência a entender a aquisição do conhecimento como mérito pessoal. No Brasil, nas escolas militares, ele tomou corpo e feições políticas, vindo a alimentar as idéias republicanas dentro de segmentos das Forças Armadas. A partir das idéias positivas, o regime republicano passou a ser considerado superior ao monarquista, já que este representava o passado, o velho e arcaico, enquanto aquele representava o novo, com possibilidades de progresso e de desenvolvimento humano. (NADAI, 1987)

O Governo Vargas, desde sua implantação, serviu-se desse ideário para implantar um novo projeto de Nação (pensada por ele), assentada em bases que estivessem sob a proteção da ordem instituída pelo Estado. Nesse projeto nacional, a educação era o fator da mudança. Capelatto (1989, p. 24) afirma que havia naquele momento “um projeto político pedagógico que pressupõe a educação como força capaz de reformar a sociedade”.

Ernesto Leme tem origem numa família de antepassados imigrantes holandeses, que se estabelecem no Brasil ainda nos inícios da formação da sociedade brasileira, segundo atestam suas memórias. De família numerosa, desde os antepassados, seu núcleo familiar tanto paterno quanto materno era composto de pequenos proprietários de terras, que trabalharam nas lavouras de café do Estado de São Paulo na região bragantina. Essa região ficou conhecida pelos cafezais que fizeram a fama de riqueza do Oeste paulista, tanto quanto o fizeram as fazendas do Vale do Paraíba.

Com a mudança da forma de governo, a República impõe um novo ritmo aos negócios e tem início um movimento de migração dentro dos estados, principalmente em São Paulo, motivando o crescimento urbano das cidades do interior paulista. Assim, a família Leme, seguindo este mesmo trajeto migratório, se estabelece na cidade “para estudar os filhos”, como deveria fazer o chefe de família desse segmento.

Assim, no início do século XX, ainda pequeno, estava com a família em Bragança¹⁰, na casa do avô, onde nascera, em 1896. (LEME, 1981). Seu nascimento ocorre no momento crucial da história do Brasil, que compreende o final do período do governo monárquico. Sua infância, portanto, coincide com a ‘infância’ do período republicano brasileiro.

¹⁰ Bragança Paulista, criada Nova Bragança, por ser homônima da Bragança, de Portugal, e da primeira Bragança brasileira, criada às margens do rio Caeté (PA), em 1622. FONTE: LEMES, 1981, p. 27-28. KOOGAN LAROUSSE, *Dicionário de Nomes Próprios*, v. II, 1979, p. 1048.

A família migrou para a cidade, mantendo, porém, ainda, uma pequena gleba de terras cultiváveis para a manutenção básica da família, como relata em suas memórias. (LEME, 1981)

Nisso, esta não foi diferente da maioria das famílias brasileiras que tiveram destino análogo. A partir do campo, da agricultura, fizeram algum capital; mas com o passar dos anos e frente às mudanças por quais passou o País, uns conseguiram manter suas terras, outros não. Os pais de Ernesto Leme estão incluídos no segundo grupo.

Portanto, esse deslocamento ocorreu na leva de migração interna no Estado, em função do primeiro surto de urbanização, acelerado pela chegada de imigrantes que vinham trabalhar nas lavouras e no comércio, substituindo em parte a mão-de-obra escrava. Sua família havia ido do sítio para a cidade, onde o patriarca já possuía residência.

A família continuou a crescer, e Ernesto conta que, no entanto, nem todos os filhos que nasceram foram criados, e alguns deles morreram ainda no período da infância:

Sendo o décimo da família, tive três irmãos mais moços do que eu: Lincoln, Luís, José Benedicto, que tinha em casa o apelido de Zico. Apenas o último atingiu a idade adulta. Lincoln faleceu com três meses, em setembro de 1899; Luís morreu com dois anos. Quando o primeiro faleceu, eu tinha menos de três anos. Mas, lembro-me dele: era um menino magro e moreno e me parece estar vendo o seu caixãozinho azul, saindo de casa, rumo ao cemitério... (LEME, 1981, p. 21).

Os índices de mortalidade infantil àquela época, no interior de São Paulo eram altos, porém os índices de natalidade eram mais altos e compensavam, equilibrando, as taxas de crescimento populacional. A Região Sudeste, sobretudo São Paulo, em função da imigração, teve um crescimento de aproximadamente 30% apenas no final do século XIX, principalmente pelo concurso da imigração europeia. (FAUSTO, 2000; CARONE, 1978)

Seu Cândido, pai de Ernesto, em sociedade com um parente, montou uma loja de comércio de tecidos em Bragança. Os filhos mais velhos estudavam em colégios particulares, os menores freqüentavam o Grupo Escolar, e o pai ia tocando o negócio com a loja de tecidos. Ser negociante era o objetivo da quase totalidade do segmento que saía do campo para se estabelecer na cidade.

De acordo com Carone (1978), no início do século XX, grande parte da população que migrava do campo para cidade sobrevivia de pequenos negócios.

No entanto, por conta da pouca experiência em negócios, fracassou nessa tentativa, ficando sem condições de “dar melhores condições à família”. Portanto, saíra do campo porque a terra era pouca e os filhos muitos. Queria dar a eles a oportunidade de desenvolvimento através da educação, para que tivessem profissões liberais, já que este era o ideário das classes médias brasileiras. Nessa primeira tentativa, porém, acabou por perder quase todas as terras, ficando agora sem o capital e sem o comércio, restando-lhe apenas a gleba que ainda produz, além de cereais, algumas sacas de café.

De acordo com registros sobre esse período, entre o final do século XIX e o início do século XX, o café produziu grandes safras. Porém, essas safras eram garantidas pelas grandes fazendas cafeeiras, que aproveitavam a mão-de-obra estrangeira, no sistema de grandes latifúndios, competindo com produtores de pequenas glebas como era o caso da família Leme. Desse modo, muito destes viram-se na necessidade de vender suas propriedades, pois ou foram levados às cidades pelas promessas de vida melhor ou pressionados pela obrigatoriedade de pagamento de dívidas contraídas para manter a lavoura.

A família Leme já havia vendido parte de suas terras por volta de 1893, indo viver do comércio na cidade de Bragança. No início do século, porém, por volta de 1904, vende o que resta das terras produtoras de café para tentar a vida na capital. No interior paulista, segundo as lembranças de Ernesto, a família crescia e a vida era movimentada em função de amizades, parentescos e festas populares. A cultura católica era predominante nos rituais e crenças locais e familiares. Era comum seguirem as procissões e cortejos da Semana Santa; “Minha mãe e minha irmã também seguiam o cortejo; a primeira, zeladora do Apostolado da Oração, trazendo ao pescoço a fita encarnada da sua dignidade” (LEME, 1981, p. 17), lembra. Ernesto foi coroinha e rezava a missa em latim. Sobre aquele tempo, conta ainda:

Nossa casa se alegrava nas vésperas das festas religiosas. Meu avô trazia toda a família para assisti-las e vinham com ele os cargueiros pejados de mercadorias, leitões, frangos, lombos de porco, toucinho, caixotes de doces, jacás de frutas. [...]. (LEME, 1981, p. 18).

Mesmo assim, manifestações culturais e religiosas de outras origens também aparecem relatadas em suas memórias, evidenciando pertencer Leme ao estrato popular da classe média.

Por ocasião do Carnaval ou durante as festas religiosas, havia a congada ou a dança dos caiapós. Lembro-me de os ter (*sic*) visto, mais de uma vez, no Largo do Rosário ou na Rua do Comércio. As vestes de cores variadas, dos componentes da congada, os cocares ou cinturas de penas, dos caiapós, pulando e dançando ao som dos atabaques, davam à meninada a impressão de que compunham uma tribo de índios. (LEME, 1981, p. 19).

No entanto, uma família numerosa, ainda que com certo conforto na cidade do interior, necessitava de espaço e oportunidade para expandir-se, pois, segundo suas palavras: “E a vida da família em Bragança era cada vez mais difícil.” (LEME, 1981, p. 56). Assim, em 1904, seu Cândido, com o dinheiro da venda das terras, leva a família para viver na capital, onde novamente se instala como comerciante.

A estrada de ferro, da Companhia Bragantina, que levava a produção de café para os armazéns comissariados de São Paulo, rumo a Santos, é também o caminho que leva a todos para a cidade grande. Ezequiel, um dos filhos mais velhos, já morava em São Paulo, trabalhando na farmácia do tio Fortunato Leme. Portanto, este membro mais experiente da família serve de guia para os recém-chegados.

São Paulo tornou-se para o pequeno Ernesto um mundo de sedução e de espanto, já na Estação da Luz. Seus relatos dão conta de que se pôs a olhar, encantado, os bondes deslizando nos trilhos metálicos, levando passageiros. Essa representação deveria ser comum a todos aqueles que chegavam à “cidade grande” com os sonhos do “progresso”.

Pouco tempo após a chegada à capital, não sem antes ter feito sua passagem pela escola pública (Grupo Escolar), Ernesto apresentou problema de saúde e teve que ser levado de volta a Bragança para curar-se. Consta que teve disenteria bacilar em função do consumo de água contaminada. Este fato, corriqueiro para as classes operárias e migrantes, devia-se às condições de higiene e saneamento básico da cidade de São Paulo que, à época, ainda não contemplavam a população com esgoto e água tratada. Portanto, fator responsável pelos altos índices de mortalidade infantil.

Assim, entre idas do interior à capital, e vice-versa, Ernesto se faz adulto, estuda e trabalha. Mesmo com o Brasil oferecendo um índice relativamente baixo de escolaridade à população que vivia no interior, ele cursou o Grupo Escolar, a Escola Normal; foi empregado de vários estabelecimentos e professor. Até cursar a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, além de Bragança e de São Paulo, morou, trabalhou e estudou em várias cidades, como Campinas, Pirassununga, Bebedouro e, depois de formado, morou em

Catanduva. Estas cidades do interior paulista, nas duas primeiras décadas do século XX, também tiveram seu marco 'desenvolvimentista', graças à riqueza do café, principalmente.

Em 1925, Ernesto se casa com Dulce de Paula Ribeiro, com quem teve quatro filhos, sendo uma moça e três rapazes. Ao finalizar seu livro de memórias, ele com 84 anos, ela com 77, já havia nascido em sua família oito netos e cinco bisnetos. Ou seja, ainda que um pouco menor do que o seu próprio núcleo, Leme perpetuou o modelo patriarcal de família numerosa.

Durante sua trajetória de estudante, como normalista, foi professor primário nomeado, ou seja, sem prestar concurso, e sim indicado por amizades que já cultivava àquele tempo. Porém, confessa que seu maior sonho era ser advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco. De modo que o primeiro volume de seu livro de memórias é intitulado, inicialmente, "À sombra das arcadas", numa explícita referência às arcadas da fachada dessa tradicional escola paulista. No entanto, após reunir seus escritos, esparsos em vários cadernos, segundo seu próprio relato, publicou-o, finalmente, com o título de "A casa de Bragança", em 1981. Mais tarde, foi publicado ainda um segundo volume de suas memórias. Este livro de memórias, principalmente o primeiro volume que apresenta uma narrativa mais pessoal, por ser obra de autoria, serve de apoio documental a este estudo.

Sobre memória, Vesentini afirma que vê "necessidade de ressaltar é este ângulo do encontro dos delineamentos gerais da memória com nossos procedimentos, estabelecendo-se como que uma complementaridade, na qual as indicações advindas da memória do vencedor ressaltam e impõem parâmetros à interpretação posterior." (VESENTINI, 1997, p. 140-141).

2.2 Ernesto Leme na Faculdade de Direito do Largo São Francisco

Para fazer um estudo sobre a função social da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, e sua influência sobre a vida profissional de Ernesto Leme, é necessário, antes, verificar o que a historiografia desse período aponta como contexto para sua criação e existência.

Analisando o fato de a fundação da Universidade de São Paulo (USP) ocorrer tardiamente, foi levantada a hipótese de que a presença de Escolas Superiores de Direito, criadas por decreto monárquico, no início da primeira metade do século XIX, sem, contudo, ter havido interesse pela implantação de escolas de cunho humanista, reforçou o caráter conservador da educação em território brasileiro. (MOREL, 1979; ADORNO, 1988)

Tendo como plataforma o fato de que, no Brasil, o índice de pessoas instruídas era muito menor do que o de pessoas analfabetas, a elite brasileira era composta por um pequeno núcleo de letrados, inicialmente formados em Coimbra, e depois em São Paulo, Olinda e Recife. Para alguns autores (ADORNO, 1988; FAUSTO, 2000), essa concentração de indivíduos em busca de um mesmo objetivo intelectual, punha em contato direto estudantes de lugares distantes do território brasileiro. De modo geral, esse encontro objetivando a formação para a magistratura, favorecia a inculcação de uma ideologia comum, nos estudantes, obedecendo aos propósitos impostos pelo governo, primeiro da Monarquia e depois da República. (MOREL, 1979)

Diante disso, já que a maioria dos homens atuantes na política era formada por magistrados, a profissão comum servia de amálgama em torno da homogeneização do pensamento das elites, cujos interesses eram os de manter, por meio de uma política de construção de um Estado centralizador, a unidade territorial, o *status* social e a unidade identitária nacional, pode-se dizer moralista e conservadora. (CARVALHO *apud* FAUSTO, 2000, p. 184).

De acordo com Adorno:

Nesse contexto, o Estado brasileiro erigiu-se como um Estado de Magistrados, dominado por juizes, secundados por parlamentares e funcionários de formação profissional jurídica. O bacharel acabou por constituir-se, portanto, em sua figura central porque mediadora entre interesses privados e interesses públicos, entre o estamento patrimonial e os grupos sociais locais. (ADORNO, 1988, p. 78).

O contexto da criação da Faculdade de Direito, portanto, deu-se na capital logo após a independência de Portugal, em face de a necessidade que o governo monárquico entendia de se ter em aqui escola superior para formar os filhos das classes que governavam.

Se antes era necessário ir a Lisboa ou Coimbra para estudar, agora os jovens ‘aristocratas’ poderiam fazer sua formação em território brasileiro, para fixar o sentimento de nacionalidade.

Adorno corrobora essa visão, afirmando:

A criação de uma verdadeira *intelligentzia* profissional liberal, nascida no bojo da sociedade agrário-escravista, compreendida, na sua grande maioria, de bacharéis, promoveu a ampliação dos quadros políticos e administrativos, sedimentou a solidariedade intra-elite de modo a rearticular as alianças entre os grupos sociais representantes do mundo rural e do mundo urbano e, sobretudo, possibilitou a separação entre poder doméstico e poder público, fundamental para a emergência de uma concepção de cidadania. (ADORNO, 1988, p. 78).

Nesse contexto, em 1827, foi instalada no prédio do convento dos monges franciscanos a Academia de Direito, sendo depois a Faculdade de Direito. Mais tarde, em 1852, também funcionou ali a primeira Biblioteca Pública de São Paulo.



FIGURA 1: Fachada da Faculdade de Direito do Largo São Francisco
FONTE: SÃO PAULO. História e Tradições da Cidade de São Paulo, vol. II. São Paulo: Hucitec, 1991.

O pesquisador Richard Morse (1958)¹¹, em sua tese de doutoramento sobre a cidade de São Paulo lembra que, “nesse período, São Paulo foi, sobretudo, um burgo de estudantes”. A Academia de Direito, principalmente, foi um marco para São Paulo transformar-se realmente em capital da província, saindo de sua fase colonial.

¹¹ RICHARD MORSE. *From Community to Metropolis: a biography of Sao Paulo*. Tese de doutoramento em Sociologia, com pesquisa feita na USP (1958).

De acordo com suas observações, a vida nas repúblicas estudantis provocou um “rompimento abrupto do austero código do sobrado e da família”. Portanto, como a cidade e a academia recebiam pessoas de muitos lugares, esses estudantes “introduziram novas modas no vestuário, as caçadas, a natação, o flerte, as bebidas, as orgias e o hábito de se reunirem para discussão e divertimento”. Andavam em grupos e, como moravam em repúblicas e pensões, ficavam a maior parte do tempo nas ruas, ao ar livre, e essa realidade fez com que surgisse a necessidade de “tavernas, livrarias, e inauguraram o sentimento de comunidade”. (MORSE, 1958)

Esse perfil demonstra um segmento de acadêmicos do qual, mais tarde, surgiram as idéias menos conservadoras da sociedade brasileira. Embora a Academia de Direito tenha formado acadêmicos de princípios liberais, a historiografia demonstra seus alunos eram oriundos de classes sociais distintas, que tiveram acesso ao curso superior, num processo inicial de ‘nivelamento’ a partir da conquista do conhecimento, conforme preconizava a ideologia positiva.

Enquanto os filhos das famílias abastadas viviam na pândega, tinham dinheiro para gastar em livros e revistas, que traziam as novas idéias de Europa, os estudantes das classes médias muito tinham que se esforçar entre a academia e o trabalho para conseguirem cumprir sua dupla jornada. Nesse sentido, Leme afirma: “Na minha turma, como em todas as turmas, tinha estudantes ricos e estudantes pobres. Aristocratas e plebeus. [...]. Alguns dispunham de empregos no Correio ou trabalhavam na imprensa, mantendo-se à própria custa” (p. 91). Consta ainda que nesse tempo morou em pensões, como a maioria dos estudantes, vivendo modestamente.

Muitos alunos, afirma Ernesto Leme, não podendo comparecer diuturnamente às aulas, por quaisquer que fossem os motivos, dispunham-se a fazer exames no final do ano para lograr a promoção de série, recurso usado por ele durante mais da metade do curso. Nesse sentido, Leme afirma:

Na verdade, não tive vida acadêmica. [...] O Regimento da Faculdade atendia ao caso dos alunos que não tivessem freqüência: possibilitava-lhes fazer os exames finais em segunda época, sujeitando-os, na prova oral, a ser argüidos sobre três pontos do programa. (LEME, 1981, p. 89).

Este Regimento mantinha na base elementos da reforma de ensino livre, como afirma Adorno, “sancionada pelo Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879”, embasado no

pressuposto que regia a Academia desde longa data e que se manteve vigente até o século vinte: “a noção de responsabilidade, fundamento racional de um sistema de ensino que preconizava ‘nada de lições, nada de sabatinas e conseqüente, de notas...” (VAMPRE, 1977, v. 2, p. 257 *apud* ADORNO, 1988, p. 115).

No entanto, Adorno afirma que, “De fato, o autodidatismo, a ausência de discípulos, e a inexpressiva produção de conhecimentos – característica marcante do corpo docente – contrastam com a configuração do ‘mandarinato imperial dos bacharéis’, de que a Academia de Direito de São Paulo foi seguramente um dos principais celeiros.” (ADORNO, 1988, p. 94). Porém, até a década de 1920, essas características continuam em parte vigentes para a Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Os representantes da elite paulista, egressos da Academia de Direito, entendiam que São Paulo seria o carro-chefe do progresso do Brasil. Segundo Capelatto, havia, porém, entre eles discordância quanto aos caminhos a serem seguidos para que se atingisse “tão glorioso fim”.

Em pleno período da Primeira Grande Guerra (1914-1918), Ernesto Leme, aos 20 anos, já cursava o quarto ano da Faculdade de Direito, era professor nomeado em Bebedouro, e em função da idade fora sorteado para o serviço militar no Rio de Janeiro. Ele relata que, apesar de não ter sido um aluno brilhante na Academia, obteve aprovação plena nas disciplinas do Curso de Direito do 1.º ao 3.º ano. No quarto ano foi promovido pelo Decreto n.º 3.603, justificado pela epidemia da gripe espanhola. Somente em 1919, durante o quinto ano do curso, após deixar o magistério no interior e conseguir transferência do serviço militar para São Paulo, ainda escrevendo em alguns jornais na imprensa carioca, é que pôde assistir a algumas aulas. Portanto, a partir de 1915, Ernesto Leme foi aluno regular da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, colando grau de bacharel em 5 de dezembro de 1919.

Sem assistir às aulas, sem conviver com o mundo acadêmico e cultural da cidade, pelas restrições impostas a ele por sua condição econômica, pode-se supor que pouco tenha desenvolvido a capacidade de articulação de novas idéias, no confronto com a diversidade cultural e intelectual que se formava naquele momento.

Na Academia de Direito, segundo Adorno (1988, p. 90), desde sua fundação, ocorreram problemas, começando pelos de natureza física, para adaptação relativa “às reformas necessárias para instalação do curso no edifício do convento franciscano – de que resultaram conflitos entre os frades e o tenente-coronel José Arouche de Toledo Rendon, deputado à Assembléia Geral e primeiro diretor do curso jurídico – até aqueles referentes ao

programa curricular”, dentre outros, tais como contratação de professores, matrícula de alunos, procedimentos de avaliação.

No entanto, Adorno adverte que, apesar de existirem problemas e de se saber que esses problemas tiveram repercussão no ensino jurídico até o início do século XX, pode-se afirmar que:

[...] a cultura jurídica no Império produziu um tipo específico de intelectual: politicamente disciplinado conforme os fundamentos ideológicos do Estado; criteriosamente profissionalizado para concretizar o funcionamento e o controle do aparato administrativo; e habilmente convencido senão da legitimidade, pelo menos da legalidade da forma de governo instaurada. (ADORNO, *op. cit.*, p. 91).

A Faculdade de Direito do Largo São Francisco mantém sua aura de importância acadêmica até os dias atuais. Nesse sentido, a historiografia apresenta vários autores (MOREL, 1979; ADORNO, 1988; FAUSTO, 2000) concordantes com a opinião de que, no Brasil, as faculdades de Direito, desde sua criação, e devido a seu caráter essencialmente conservador, configuram entre as “instituições encarregadas de promover a sistematização e a integração da ideologia jurídico-política do Estado nacional, vale dizer, o liberalismo.” (ADORNO, 1988, p. 92).

O que se pode entender, no entanto, concordando parcialmente com Wanderley Guilherme dos Santos (1977), citado por Adorno, é que esta formação foi preocupada menos com o processo de transformação de pessoas em cidadãos atinentes a valores dominantes nessa sociedade; porém, antes, a educação jurídica brasileira serviu como um projeto deliberado para submeter diretrizes políticas ao sistema de controle da burguesia nacional, em outras palavras, serviu principalmente para manter e distribuir *status*. Esta proposição é ainda confirmada pela evidência histórica de que as elites políticas sempre recrutaram seus porta-vozes entre os bacharéis, sendo que os ex-alunos da Faculdade de Direito formaram, em São Paulo, expressivo contingente, como se verá em item posterior deste estudo. (ADORNO, 1988)

Porém, como relata o próprio Ernesto Leme, sua carreira de advogado começou da “estaca zero” a partir da formatura. Embora tivesse tido ele alguma experiência nos tribunais, esta não era suficiente para dar-lhe suporte de trabalho imediato na capital. Naquele momento, a Academia colocava anualmente no mercado de trabalho um contingente de bacharéis que, no entanto, a cidade de São Paulo demorava algum tempo

até absorver. Desse modo, Ernesto se desloca para Catanduva para iniciar a carreira de advogado. E segundo suas memórias:

A 20 de janeiro de 1915 eu chegava a Bebedouro para iniciar a vida no magistério; a 20 de janeiro de 1920, eu chegava a Catanduva para iniciar a vida na advocacia... [...] Estava no clímax a questão Deleuse, em que esse engenheiro era acusado de todas as falhas da Estrada de Ferro Araraquarense¹². E o povo de Catanduva, num assomo de indignação, incendiou a estação de estrada de ferro da localidade. [...]. (LEME, 1981, p. 102).

Começando então a advogar na área cível, ele lembra: “Iniciei-me dando consultas e incumbindo-me de cobranças comerciais”. Porém, afirma que trabalhou também na parte criminal, fazendo defesas no júri. Nesse tempo, Ernesto já estava ligado por questões profissionais a Waldemar Ferreira, atendendo a uma clientela do interior, por indicação deste; com Ferreira ele percorre longo caminho na política nacional e, mais tarde, também no Partido Democrático e na Universidade de São Paulo. A partir dessa época, sua condição de aluno da Academia de Direito do Largo São Francisco proporcionava-lhe já algum privilégio.

Portanto, sem nenhum constrangimento ético aparente, Leme relata:

Duas novas comarcas haviam sido criadas: Catanduva e Olímpia. Ambas teriam como promotores públicos dois colegas da turma: em Catanduva, Adalberto Luís Exel; em Olímpia, Antonio Carlos de Abreu Sodré. Eu estava indeciso entre uma e outra. Mas, um encontro fortuito [...], com Waldemar Ferreira, fez-me propender por Catanduva: é que aí estava estabelecido Aristóteles Martins Ferreira, irmão de Waldemar, a quem, aliás, eu conhecia desde Bragança. (LEME, 1981, p. 102)

Portanto, diante das transformações econômicas por quais passava o país naquelas primeiras duas décadas do século XIX, os bens trocavam de mãos com alta frequência, havia cobranças de dívidas a fazer e falências a declarar. Havia também, segundo consta na historiografia, as divisões de terras, que eram feitas por herdeiros ou por venda de parte das propriedades que se fragmentavam para honrar os empréstimos bancários. Por isso,

¹² A Estrada de Ferro Araraquara foi oficialmente encampada pelo governo em 1.º de novembro de 1919. Antes dessa data, pertencia a *The São Paulo Northern Railroad Company*, presidida pelo engenheiro francês Paul Deleuse. (N. da A.)

nesses anos, Leme trabalhou nesse setor, e, segundo suas palavras, “A ela (à advocacia) devo especialmente os meios de subsistência, que me garantiram sempre vida modesta e digna, para mim e minha família”.

Em seu livro, o período de serviço na advocacia vai de 1920 a 1976. Desse modo, simultaneamente ao exercício de catedrático, trabalhou como advogado, na área cível e criminal. Uma atividade dando suporte a outra, simultaneamente.

Adorno afirma que “um traço marcante das ‘Arcadas’ revela a particularidade do processo de profissionalização dos bacharéis”. Olhando por outro ângulo, ainda de acordo com este autor, vale citar que, a Academia de São Paulo:

[...] condensou, no mesmo espaço social e institucional, os conflitos entre liberalismo e democracia. A história da vida acadêmica é notadamente uma intensa disputa política entre liberais moderados e radicais. [...]. (ADORNO, *op. cit.*, p. 95).

Este fato diz respeito à estrutura curricular ter sido nutrida por orientações filosóficas e idéias jurídicas conflitantes entre si.¹³ (ADORNO, 1988; MOTOYAMA, 2006)

Voltando a atenção para a atuação política de Ernesto Leme, ele mesmo afirma que, desde a adolescência, sentia forte atração pelas causas políticas.

Leitor assíduo de jornais. Acompanhei o deflagrar e a evolução da guerra de 1914-1918. Procurava com afeição os comentários de Júlio de Mesquita (Filho), pelo *O Estado de São Paulo* e lia empolgado as conferências de Rui Barbosa sobre a matéria. Fui um entusiasta apaixonado da causa dos aliados e resolvi, por volta de 1917, com a colaboração de alguns colegas, promover o que ficou conhecido como “a festa dos aliados”. [...]. (LEME, 1981, p. 87).

A partir dessa “apaixonada” atuação, Leme sempre exerceu algum papel nos movimentos políticos em que os magistrados atuavam normalmente. Relata ele que, em 1926, após a renúncia do senador Reynaldo Porchat, em função da indignação com seus pares (e a classe política em geral), formou-se em torno desse professor, por seus ex-alunos (dentre eles Leme), um movimento que veio a se configurar no Partido Democrático.

Os quadros dirigentes do Partido Democrático (PD), por volta de 1930, eram compostos por profissionais liberais de prestígio, jovens das famílias produtoras de café e professores da Faculdade de Direito. Alguns nomes das figuras mais citadas pelos historiadores são Waldemar Ferreira, Francisco Morato, Ernesto Leme, Marrey Júnior, Paulo Duarte, Sampaio Vidal, Paulo Morais Barros, Paulo Nogueira Filho, Antonio Prado. (FAUSTO, 2000).

Dessa época, Leme afirma que:

Criaram-se novos partidos, realizaram-se eleições para presidente da República e para a Assembléia Constituinte, que elaborou a Constituição de 18 de setembro de 1946. Surgiu em 1945 a União Democrática Nacional – UDN, na qual desde logo me alistei. Desliguei-me do Partido em 1951, por motivos que serão expostos em seu devido tempo. (LEME, 1981, p. 119).

No entanto, até que esse resumo fosse concebido como resultado de suas lembranças, Ernesto Leme, mantendo seu escritório de advocacia em funcionamento, sempre em sociedade com Waldemar Ferreira, dentre outros ‘famosos’ juristas, passou por várias experiências na política, na academia e na administração pública como aparece no item a seguir. Assim, durante toda sua vida profissional esteve ligado a pessoas de destaque e relevância social, delas angariando fatias de poder, pedindo e concedendo favores, conforme consta nos documentos analisados nesta dissertação.

Por outro lado, de acordo com Lossano, “Buscou construir sua imagem como um ‘liberal’, porém apresentava traços autoritários e conservadores, que vão se manifestar, claramente, nos anos subseqüentes. Apresentou divergências quanto ao governo Vargas, nos anos 30-45, mas reconheceu, posteriormente, sua importância para os desígnios políticos do país”. (LOSSANO, 2003, p. 30)

No sentido de esclarecer o termo ‘liberal’, vale lembrar o que afirma Capelatto (1989), que no ideário liberal o que se destaca é a defesa dos princípios de liberdade econômica. Sendo assim, Dreifuss (2006) define que o conceito de liberalismo se refere unicamente às relações comerciais.

¹³ O capítulo 3 dessa obra trata amplamente dessa questão.

2.3 Percurso político e acadêmico de Ernesto Leme (1920-1950)

Adorno (1988, p. 134), comentando a inexpressiva produção acadêmica de conhecimentos jurídicos da Academia de Direito de São Paulo, lembra que em uma “sociedade em que os fundamentos materiais de produção repousavam na exploração produtiva do trabalho escravo e o exercício da representação política se sustentava na organização de um Estado de bases reconhecidamente patrimoniais, a produção de conhecimentos tinha antes o efeito de qualificar o lugar ocupado pelos seus produtores, mediante atribuição de *status*”.

Ernesto Leme tampouco ficou distante de tal modelo, pois apesar de haver desempenhado papéis relevantes na vida política e administrativa paulista, como acadêmico, legou à posteridade poucas obras de conteúdo jurídico. Como dizem suas próprias palavras: “Além de meu cargo de professor universitário exerci outras funções públicas.” (LEME, 1981, p. 115). E em discurso proferido no dia de sua posse como catedrático¹⁴, na cadeira de Direito Comercial, Leme afirma:

Minha vida, bem o sentis, tem se desenvolvido, no correr dos anos, nesta Academia e por esta Academia. As modestas obras que publiquei são, todas elas, dissertações para concurso. E até uns pobres versos de minha juventude, reunidos em volume, são versos de meu tempo de estudante, muitos deles nascidos entre estas paredes, quase três vezes centenárias. (LEME, 1981, p. 130).

De suas obras acadêmicas, a única que alcançou certa notoriedade dentre seus pares foi *A intervenção federal nos Estados*. Em 1923, sob o pseudônimo de Euclides Lara, publicou seu primeiro livro de poemas, intitulado *Poemas do Deserto*. Ernesto Leme, mesmo não tendo obra de vulto na área da Literatura, foi eleito e empossado à Academia Paulista de Letras, ocupando a cadeira de Alberto Faria.

Ernesto Leme formou-se no contexto da chamada República Velha (1889-1930), período de fortes transformações econômica, social e cultural para o Brasil, quando

¹⁴ Sua posse ocorreu em 17 de março de 1934, em São Paulo, na Faculdade de Direito de São Paulo.

importantes acontecimentos ocorreram, como a Semana de Arte Moderna (1922), que buscou romper com os padrões culturais até então existentes; o Tenentismo, movimento da juventude militar, que passou a questionar a política nacional; o movimento de modernização do sistema educacional em todos os níveis, através de instituições como Associação Brasileira de Educação (ABE), da Academia Brasileira de Ciências.

Porém, desde o início de sua carreira de advogado, dando expediente no interior do estado, manteve parceria profissional com Waldemar Ferreira e outros, na capital; por isso, solicitou ingresso ao Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo, instituição tradicional que congregava juristas, conforme relata:

Em 1923, fui admitido como sócio do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo, do qual era presidente o professor Francisco Morato e secretário o professor José Joaquim Cardoso de Melo Neto. No instituto travei relações com alguns dos mais notáveis advogados da época. (LEME, 1981, p. 110).

Em 1927, com a renovação da diretoria do Instituto dos Advogados de São Paulo, Ernesto foi eleito secretário, juntamente com Antonio Mercado (presidente), Afonso Fraga (vice-presidente) e José Bennaton Prado (tesoureiro). Segundo Leme, “Os trabalhos do Instituto nesse período foram publicados na *Revista dos Tribunais*.” (p. 111). Em 1930, criada a Ordem dos Advogados do Brasil, coube ao Instituto, segundo a lei, eleger sua diretoria provisória. Assim, Ernesto Leme é escolhido dentre os onze conselheiros que cuidariam dos documentos e do Regimento de fundação e estabelecimento da sede da OAB, em São Paulo. No entanto, não consta em seus relatos nenhuma crítica ao sistema estabelecido; apenas, como afirma Adorno, referência ao *status* alcançado por ocupar tais cargos, espécie de auto-elogio.

Desde os tempos de estudante, Leme alimentava o gosto pelas associações. Fez parte da Bucha, uma sociedade secreta de estudantes do curso jurídico, fundada em 1831 por Júlio Frank, que reunia como membros aqueles que revelassem firmeza de caráter, espírito filantrópico, amor à liberdade e aos estudos. Essa sociedade exerceu forte influência na formação política do grupo paulista. (ADORNO, 1988)

Sua trajetória política, no entanto, tem início no ano de 1926, quando participa ativamente no grupo de alunos de Reynaldo Porchat, que renunciara ao senado em sinal de protesto, em 1925. De acordo com Leme, após prestarem uma homenagem ao mestre,

decidiram fundar um partido que tivesse rumos distintos de tudo aquilo que ocorria na política nacional até então. Sobre esse fato, Ernesto comenta que:

Dos debates havidos, resolveu-se organizar um Partido Político, incumbindo-se Waldemar, Paulito e Prudente de entendimentos a respeito com Antonio Prado, Júlio Mesquita, Francisco Morato, Paulo de Moraes Barros, Gama Cerqueira, Cardoso de melo Neto, Marrey Júnior, além de outros. Evidenciou-se então que Marrey Júnior cogitava da formação do *Partido Evolucionista*, Antonio Prado propendia por um *Partido Popular*. O grupo liderado por Waldemar Ferreira defendia a criação de um *Partido Liberal*. A final (*sic*), essas correntes se fundiram na fundação do *Partido Democrático*, feito o acordo na Chácara Carvalho, presente o Conselheiro Antonio Prado. Aí foram assentados (*sic*) as bases do novo Partido, em janeiro de 1926, escolhendo-se um diretório provisório, composto por...¹⁵ [...]. (LEME, 1981, p. 118).

Segundo Ernesto, após a coleta de assinaturas de adesão, “que puderam ser contadas aos milhares”, a instalação oficial do partido “deu-se a 21 de março de 1926, sendo aclamado o mesmo diretório provisório que estava em exercício”. [...] “O primeiro Congresso do Partido foi realizado nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 1926, sendo eu eleito membro do Conselho Consultivo.” (*idem, ibidem*, p. 119). Interessante notar que, mesmo tendo atuado politicamente de forma intensa, em suas memórias [vol. II], nenhum comentário aparece sobre os problemas, enfrentados externa e internamente, nos partidos dos quais foi membro. Nenhum ressentimento ou desagrado é comentado por ele.

Fausto (2000) afirma que os anos vinte, de modo geral, mediante os efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), frente às mudanças, sobretudo, as de posição ideológica, a presença das classes médias na cena política brasileira tornou-se uma realidade. Esse segmento social, conseqüentemente, apoiava uma linha de governo que fosse capaz de efetivar as normas da Constituição e das leis do país, com o objetivo de fazer a transição da República oligárquica para uma República liberal.

Esses novos atores sociais queriam eleições limpas e respeito aos direitos individuais, como pregava a Academia de Direito a seus alunos, desde fins do séc. XIX. E eleições limpas significavam voto livre. Nesse período, havia uma forte ênfase pela educação como recurso capaz de operar mudanças sociais efetivas e duradouras, do mesmo modo como

¹⁵ Esse diretório foi presidido por Conselheiro Antonio Prado, participando Francisco Morato, Paulo de Moraes Barros, Luís Barbosa da Gama Cerqueira, José Joaquim Cardoso de Melo Neto, Luís Augusto de Queiroz Aranha, Waldemar Ferreira, José Adriano Marrey Júnior, Antonio Cajado de Lemos, Paulo Nogueira Filho e Prudente de Moraes Neto. FONTE: LEME, 1981, p. 119.

havia crítica aos ricos imigrantes. A força política vinha da classe média, então majoritária no Partido Democrático (PD).

Segundo Leme (1981), desde o começo da República, o Partido Republicano Paulista, o famoso PRP, cuja sigla foi responsável pela criação do adjetivo “perrepista”, dominava a política em São Paulo. De suas fileiras, saíram os políticos mais ativos no comando do governo, dentre eles quatro presidentes: Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves (paulistas), e Washington Luís (fluminense).

No entanto, conforme afirma Fausto, foram as características da sociedade, sobretudo por sua heterogeneidade, dentre outros fatores, que concorreram para que o partido dos republicanos paulistas não mais fosse suficiente para abrigar interesses (pessoais) e concepções políticas, fazendo, portanto, com que surgissem muitos partidos, tais como a Liga Nacionalista, o Partido da Mocidade e o Partido Democrático (PD). Todos eles apresentavam um programa liberal. No entanto, as principais reivindicações do PD, além da reforma política por meio do voto secreto e obrigatório, eram tanto a representação das minorias como a independência dos três poderes, com atribuição de fiscalização eleitoral ao Judiciário. (MOREL, 1979; FAUSTO, 2000)

Alguns dos que têm os nomes citados por Leme em suas memórias, permaneceram no partido, sendo dirigentes, tais como Waldemar Ferreira e Francisco Morato, também professores da Faculdade de Direito (onde também haviam se formado). Antonio Prado, ferrenho inimigo do “perrepismo”¹⁶ foi presidente do PD por sua origem, já que pertencia à burguesia urbana paulista. O conselheiro Prado declarava-se contrário às composições que fossem formadas com as forças situacionistas de quaisquer dos estados. Por isso, o partido fez contatos com a oposição gaúcha e com elementos dissidentes do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e de Minas Gerais. Representantes dessas correntes, incluindo paulistas, fluminenses, mineiros e gaúchos, chegaram a compor a comissão organizadora de um futuro Partido Democrático Nacional (PDN), que não logrou ser criado.

Nas eleições presidenciais de 1930, o PD apoiou a formação da chapa da Aliança Liberal encabeçada por Getulio Vargas. No entanto, diante da derrota de Vargas, enquanto alguns dirigentes do partido se mostraram conformados com o resultado, um outro grupo, liderado por Francisco Morato, tendo entre eles Ernesto Leme, apoiou as conspirações político-militares contra o governo federal.

¹⁶ Termo que indica os princípios mais arcaicos dos membros do PRP. (N. da A.)

Quando Washington Luís foi deposto da presidência (24-10-1930), a junta militar¹⁷ que assumiu o poder ofereceu o governo de São Paulo a Francisco Morato. Este, no entanto, recusou a indicação, argumentando que só poderia aceitá-la com o consentimento de Getúlio Vargas, que era o líder supremo do movimento revolucionário. Ao assumir o governo, alguns dias depois, Vargas, pressionado pela jovem oficialidade militar (tenentes) que o apoiava, preferiu nomear o líder tenentista João Alberto para o cargo de interventor federal em São Paulo. Este ato deu início então aos conflitos entre o PD e o interventor, demonstrando que as 'fidelidades' e coligações partidárias eram feitas, na maioria das vezes, por interesse na distribuição imediata das fatias do poder.

Assim, no início de 1931, após sucessivos desentendimentos, o PD declarou seu rompimento com João Alberto e, conseqüentemente, com Vargas. A substituição deste interventor, em julho, por Laudo de Camargo satisfez parcialmente aos democráticos, ainda importantes na cena política nacional. A tensão, porém, continuou e, em novembro desse mesmo ano, Laudo de Camargo renunciou, sendo substituído pelo general Manuel Rabelo. Como Rabelo era ligado aos "tenentes" e os membros do PD queriam retomar o poder tirado por estes, em fevereiro de 1932, o partido divulgou um manifesto rompendo com Vargas. Num movimento de reorganização de forças, seus dirigentes iniciaram então entendimentos com os antigos adversários do PRP, o que levou à formação da Frente Única Paulista (FUP). As duas principais reivindicações da FUP eram o retorno do país ao regime constitucional e a recuperação da autonomia estadual pelos paulistas, conforme já foi dito em item anterior desta dissertação.

Diante dessa demonstração pública de recusa, Vargas nomeou para interventor Pedro de Toledo, nome simpático ao PD. Ao mesmo tempo, promulgou o novo Código Eleitoral, primeiro passo para a reconstitucionalização do país, e que fazia parte das reivindicações dos democráticos. Tais medidas, porém, não foram suficientes para conter a exaltação dos membros da FUP que, a partir de maio, passaram a dominar inteiramente o secretariado estadual. Controlando a situação no estado, a FUP deflagrou, em julho de 1932, a Revolução Constitucionalista, que visava à derrubada de Vargas. Contudo, sem a esperada adesão de mineiros e gaúchos, o movimento fracassou. Em outubro, após a rendição, os principais líderes do PD foram para o exílio.

Benevides afirma que, com relação ao movimento partidário, em se tratando de grupos regionais, "Aos grupos paulistas, tradicionalmente anti-getulistas, pertenciam os egressos do Partido Constitucionalista, ou seja, os ex-combatentes de 32 e os remanescentes do Partido

¹⁷ Formada pelos generais do Exército Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro, e pelo Almirante da Marinha, Isaías Noronha. Vargas tomou posse em 3-11-1930. FONTE: FAUSTO, 2000.

Democrático e que se reuniram na União Democrática Brasileira (UDB), em torno da candidatura frustrada de Armando de Salles Oliveira.” (BENEVIDES, 1981, p. 31). Nesse grupo, Ernesto Leme aparece com Waldemar Ferreira como os representantes da Faculdade de Direito, dentre outros, como Julio de Mesquita Filho (jornalista), Fábio da Silva Prado (aristocrata rural).

Quando finalmente, em 1933, se realizaram as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, formou-se a Chapa Única por São Paulo, composta pelos membros da FUP que haviam permanecido no país. A Chapa Única venceu as eleições no estado, mas a ampla maioria dos eleitos pertencia ao PRP. Naquele momento, a nomeação de Armando de Salles Oliveira, nome vinculado ao PD, mas que tinha bom trânsito entre as forças políticas do Estado, contribuiu para a distensão política entre os paulistas e o governo federal. Em 1934, por iniciativa de Salles Oliveira, foi criado o Partido Constitucionalista. O PD decidiu incorporar-se à nova agremiação e foi extinto em fevereiro daquele ano, após exatos oito anos desde sua fundação.

Pelo Partido Constitucionalista, Ernesto Leme torna-se deputado à Assembléia Constituinte e Legislativa de São Paulo (1935-1937). Nessa legislatura exerceu a função de líder da maioria (1936-1937), a quem cabia relatar e defender os projetos da situação, bem como ratificar pedidos vindos do chefe do estado, nesse caso, o interventor Armando de Salles Oliveira.

A ligação de Leme com o governo Vargas, ainda que indireta, através do interventor, fica evidente nesse trecho de suas memórias:

Em 1936, pediu-me Armando de Salles Oliveira fosse a Porto Alegre, em companhia de Teotônio Monteiro de Barros, para que o representássemos na Convenção do Partido Republicano Liberal. (LEME, *op. cit.*, p. 105).

Leme foi representar Sales Oliveira numa convenção em que estariam reunidos os homens fortes do Sul, sob a tutela de Vargas, para os acordos políticos que, de algum modo, envolviam também os negócios dos frigoríficos gaúchos.

Como militante político, junto à nova geração daquele início de século, como ex-aluno e professor da Academia de Direito de São Paulo, como membro fundador da Ordem dos Advogados do Brasil e também da Universidade de São Paulo, Leme acumulou experiência,

angariou amizades e estabeleceu parcerias que sempre o colocaram no centro dos acontecimentos políticos na cidade de São Paulo.

Com relação a sua atuação acadêmica, vale lembrar uma frase muito expressiva, em que afirma: “Ser professor da Faculdade de Direito foi minha suprema aspiração. O Direito Constitucional era a disciplina que mais me encantava. [...]”. Assim, ainda em 1926, com apenas 29 anos de idade, candidatou-se à cátedra de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de São Paulo, por concurso, na vaga de Herculano de Freitas, que saíra nomeado Ministro do Supremo Tribunal. Dessa vez, não foi aceito como professor para tal cátedra. Resolveu disputar, em 1927, a cadeira de Direito Comercial, em livre-docência, na vaga do professor Frederico Vergueiro Steidel, que falecera em agosto de 1926. Não alcançando média na preleção, tampouco foi bem-sucedido. Somente em 1931, candidatou-se a mais um concurso, logrando desta feita a aprovação, com a tese *As ações preferenciais nas Sociedades Anônimas* (1932).

Esses concursos, pela prática universitária da época, consistiam em o candidato escrever uma tese sobre um assunto referente à cadeira pleiteada, que deveria apresentar uma abordagem inédita. A tese era apresentada ao concurso impressa em 100 exemplares, devidamente catalogada como obra acadêmica, serviço este feito nas editoras que, nesse tempo, tanto em São Paulo quanto em outras capitais, dispunham de pessoal especializado para tal trabalho, ou seja, composição, organização textual, encadernação e confecção final dos volumes. Já nesse tempo, o segmento das editoras crescia no Brasil, sobretudo, em função das universidades.

Como eram tempos de mudanças na política, o concurso terminara em agosto de 1933, mas somente em fevereiro de 1934, já na nova situação da Faculdade de Direito, frente à criação da Universidade, é que Leme foi nomeado professor da cátedra de Direito Comercial. Portanto, ele somente começa sua vida acadêmica como professor concursado a partir de 17 de março de 1934. De acordo com suas palavras, ele foi o “último professor federal” a ser contratado para a Faculdade de Direito de São Paulo, por época das mudanças que fizeram com que as escolas superiores passassem a pertencer à universidade.

Ernesto lembra, com orgulho pessoal, que nos tempos de desemprego, no Rio de Janeiro, pleiteou uma vaga de auxiliar no Consulado Brasileiro, sem jamais “sonhar que viria mais tarde a chefiar a Delegação do Brasil junto à ONU e presidir sua delegação à IX Assembléia Geral.” (LEME, *op. cit.*, p. 98). Faz parte da prática acadêmica brasileira, que o reitor da USP, após deixar o cargo, por lei, exerça um cargo diplomático.

Nessa década, era muito clara a disputa pelo poder entre os partidos, e a influência e o prestígio que seus políticos exerceram na sociedade servia também para resolverem problemas particulares, pertinentes às nomeações, transferências de cargos, ou mesmo para resolverem questões políticas. Ernesto Leme, quando na reitoria da USP, como consta neste estudo, não se isentou dessa prática, e são inúmeras as cartas, pedidos, solicitações de amigos, parentes, para resolução de problemas de ordem pessoal, assim como também não se isentara de se mostrar contrário à política adotada pelo governo Vargas, nos idos 1930.

Leme, naquele momento, combateu Getúlio, lutou na Revolução de 1932, durante dois meses, como voluntário. E, em 1943, chegou a ficar preso durante quinze dias por sua posição contrária ao governo. Concorreu a um cargo no senado federal em 1945, pela UDN, e em 1946, como pré-candidato ao governo do Estado.

Em 1945, como citado anteriormente, foi criada por Armando de Salles Oliveira, uma coalizão antivarguista, que se compunha de representantes do antigo Partido Democrático, de membros influentes da sociedade e até do PRP, dentre eles os professores da Faculdade de Direito Ernesto Leme e Waldemar Ferreira. Ernesto Leme lançou-se candidato ao senado federal nas eleições de 2 de dezembro de 1945, competindo com Vargas. Não ganhou as eleições, mas obteve 327.063 votos, tornando-se o terceiro suplente de sua bancada federal.

No lapso entre o ingresso na UDN e sua saída para aceitar a reitoria da USP, Ernesto atuou normalmente como jurista, continuou professor da Faculdade de Direito e foi nomeado Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. Foi também membro do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo de 1939 a 1949. Desempenhou o cargo de Promotor de Resíduos da Comarca de São Paulo (1931-1934). Por seus contatos, elaborados a partir dos cargos ocupados, recebeu várias comendas e títulos *Honoris causa*.

Vale esclarecer que, para ser empossado no cargo de professor, o candidato tinha que redigir sua tese e, a partir de sua aprovação no concurso, ao ser empossado catedrático, automaticamente, o professor recebia o título de doutor. A aprovação da tese nesse concurso, e a conseqüente contratação do professor, equivaliam, em titulação, naquela época, a um curso de pós-graduação em nível de doutoramento. Por essa razão, em seu currículo, a data de sua investidura como doutor é a mesma de sua posse como catedrático, ou seja, 17 de março de 1934. Nessa data, era diretor da Faculdade o professor Luís Barbosa da Gama Cerqueira.

Segundo Leme:

Inicialmente, Gama Cerqueira conferiu-me o grau de doutor em direito, colocando sobre meus ombros e em minha cabeça a borla e capello, insígnias de dignidade. Em seguida, deu-me posse na cátedra, assinando a ata respectiva, subscrita por todos os professores... (LEME, 1981, p. 129).

Não há na escrita de Leme uma avaliação de autocrítica sobre sua trajetória em face da nova função que vai ocupar. As narrativas relatam os fatos de natureza social e de suas amizades.

Acerca deste assunto, Vesentini afirma: “O acontecimento manipulado transparece como a situação mesma, como o produzido durante sua validade, enquanto sua existência. Lembra-se exatamente o fato de a política, a ação inovadora, ter ocorrido nessa existência, podendo, agora, tornar-se repetição. Como se o tempo transcorrido o tivesse sido do ângulo da administração, ou da ação entrevista dessa forma.” (VESENTINI, 1997, p. 30).

O capítulo a seguir examina, portanto, o lapso entre o momento em que Ernesto Leme toma posse como reitor até a conclusão de seu mandato. Nesse sentido, este estudo vai analisar alguns documentos referentes a essa gestão, como proposto, anteriormente, na introdução desta dissertação, realizando uma análise crítica de sua atuação para contrapor, como foi demonstrado, sua formação de professor e advogado e sua postura conservadora.

CAPÍTULO III

3 ERNESTO LEME: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DE GESTÃO (1951-1953)

Este terceiro capítulo tem a atenção voltada para a atuação de Leme na USP, referindo a ações administrativas e políticas, tais como contratação e demissão de professores e auxiliares, resolução de crises internas na Faculdade de Arquitetura, e a finalização das obras da cidade universitária, com vistas às festividades de comemoração de vinte anos de existência da universidade, coincidindo com o quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo.

3.1 Ernesto de Moraes Leme na reitoria da USP (1951-1953)

Ernesto Leme licencia-se da União Democrática Nacional, em fevereiro de 1951, à qual pertencia desde sua criação (1945), e aceita o convite para ser o reitor da Universidade de São Paulo (USP), feito pelo então governador, Lucas Nogueira Garcez, do Partido Social Progressista. A aprovação dessa nomeação pelo presidente da República, gera forte descontentamento por parte de membros da UDN, insatisfeitos com a participação no governo de um liberal, que no passado fora contrário a Vargas.

Depois de dez meses na condição de licenciado, pede desligamento definitivo do partido, deixando o cargo de terceiro suplente na bancada federal, como consta de sua carta

ao presidente do Partido, endereçada na data de 17 de dezembro de 1951, quando completava um ano de sua administração frente à reitoria da USP. Nessa carta ao Professor Antonio Ferreira, Ernesto de Moraes Leme se diz entristecido com os pares políticos por não o haverem apoiado ao aceitar o cargo de Reitor, e por ele sentir-se caluniado. A carta tem um tom conciliador e altivo, a cada parágrafo isentando o partido de tê-lo feito qualquer desagravo, mas citando literalmente “ataques levianos” por parte do deputado Jânio Quadros. No teor da carta transparece certa mágoa pelo fato de não ter sido defendido “como homem de bem” por qualquer outro parlamentar udenista.

As notícias que circularam na imprensa naquele momento dão conta de que o deputado federal Jânio Quadros já havia enviado pedido ao presidente do Partido da União Democrática Nacional (UDN) sobre o desligamento definitivo de Leme. Além desse pedido, Quadros lembrava algumas irregularidades ocorridas na USP, desde o primeiro ano do mandato de reitor, que passavam assim ao conhecimento público. Jânio Quadros o acusava de compor com ideologias distintas (partidos opostos) para usufruir vantagens, e refutava suas defesas, levadas a público por jornais da cidade, principalmente pelo jornal “A Hora”, em artigos cujas cópias constam dos arquivos pesquisados.

No entanto, não se tem notícia sobre quais razões teriam o então governador de São Paulo, professor Nogueira Garcez, para convidar Ernesto Leme a assumir o cargo de reitor, considerando que ambos eram de partidos opostos. Num primeiro momento, porém, não se pode concluir que foi por razões partidárias, apesar de o afastamento de Leme da UDN, mas pode-se levantar como hipótese que fosse mais provável que sua indicação se deveu a seu próprio envolvimento com a USP.

Leme, desde o momento em que se tornou catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito (1934), esteve sempre ligado a essa instituição, tendo feito parte, em 1935, da comissão encarregada de estudar a questão da localização da cidade universitária, instituída pelo então governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, e tendo também sido, em 1946, o primeiro Diretor da recém-criada Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP.

Ernesto de Souza Campos (1954), portanto, quando argumenta sobre a quarta fase da construção da Cidade Universitária, no ensaio comemorativo aos vinte anos da USP e ao quarto centenário de São Paulo, lança alguma luz sobre essa hipótese.

Colocando o governador e o reitor em mesmo patamar de responsabilidade política, ele escreve em seu relatório:

Esta fase de trabalhos para a edificação da Cidade Universitária iniciou-se no governo do Professor Lucas Nogueira Garcez e na Reitoria do Professor Ernesto de Moraes Leme. [...]. Sendo ambos *homens públicos* de alta visão e professores da nossa Universidade, estão perfeitamente capacitados do valor que representa essa instituição para o futuro científico, cultural e econômico da nossa terra. Não têm, portanto, poupado esforços para eficiente realização dessa obra que é vanguardeira de nosso progresso, preparando os homens de comendo para todas as atividades de maior projeção na vida social do país. (CAMPOS, 1954, p. 228, *grifo meu*).

Mediante tais afirmações de Souza Campos, é possível perceber que a reitoria da USP, naquele momento, estava investida de um caráter de responsabilidade política, tendo, porém, como objetivo principal finalizar a construção da Cidade Universitária. Com um professor de suas faculdades no Governo de São Paulo, era quase natural que o reitor fosse escolhido entre aqueles que poderiam compor com o governo de modo a manter os rumos políticos e a administração em trilhos coerentes com o projeto governamental.

Naqueles tempos, o serviço público, mesmo preconizando uma administração que se pretendia moderna, como afirma Iglésias (2002, p. 254) com relação ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), pautava-se “apenas por critérios de simpatia, relações pessoais e apadrinhamento”, quando deveria estar sendo orientada pela burocracia e competência.

Assim, pode-se levantar a hipótese de que, ao manter relações de amizade com personalidades do cenário paulista, Leme tenha talvez oportunizado situações de participação na política do estado de São Paulo, acumulando favores prestados e, ainda, sendo jurista, gozava de certa influência, podendo também prestar favores. Por isso, serviria como peão no jogo do poder. Portanto, em 1951, é solicitado num momento de alta tensão na política nacional.

Thomas E. Skidmore, historiador norte-americano que estudou cuidadosamente o período de 1930-1964, afirma que, quando Vargas volta ao poder, pelo voto, em 1950, ocorre um descontentamento geral, suscitado pelos antigos ressentimentos acumulados durante seu governo no período do Estado Novo. Porém, o ex-ditador queria recuperar sua credibilidade, pois sabia que “uma grande parte da elite estava pronta a cooperar com a nova era de Vargas.” (SKIDMORE, 1969, p. 133).

Com uma elite acomodada, nessa época, o panorama político apresentava a seguinte situação:

Na Câmara dos Deputados, em 1951, o governo enfrentava uma complexa mistura de forças políticas. O PDS ainda tinha a maioria parlamentar (112), seguido pela UDN (81), o PTB (51) e o PSP (24); as restantes 36 cadeiras estavam divididas entre oito partidos menores. A maioria era “centrista”, indecisa com respeito a pontos fundamentais das diretrizes políticas, mas não inclinada a aceitar fórmulas radicais oferecidas quer pela direita, quer pela esquerda. O ministério heterogêneo de Getúlio, nomeado em janeiro de 1951, revelava uma estratégia destinada a garantir o apoio de tantos setores políticos quanto possível. (SKIDMORE, 1969, p. 133-134).

Skidmore afirma ainda que, uma vez no poder, Vargas “tentou trazer seus velhos inimigos – tantos quantos pudessem ser seduzidos – para o aprisco governamental” (*Idem*, p. 135). Aqui a palavra *sedução* tem peso estratégico, pois Vargas atraía seus inimigos políticos com cargos e vantagens pessoais para neutralizá-los. No entanto, no plano regional, seria Ernesto Leme um adversário de peso para precisar ser neutralizado? As evidências não o confirmam.

A situação social naquele final de década estivera movimentada por acontecimentos que tiveram repercussão em São Paulo; o governo federal, em 1947, havia recusado um pedido formal de intervenção no estado com base no Artigo 7.º da Constituição Federal, justificada em caso de gestão temerária. E por mais comprovadas que tivessem sido as acusações contra Adhemar, Dutra jamais deu atenção a elas, e o caso ‘morreu’ sem solução. O estado estava “quebrado” pela política de obras públicas que consumia altas somas de recursos, com acúmulo de renda nas classes industriais e conseqüente empobrecimento das classes trabalhadoras.

O governo Dutra nessa época acumulava fracassos políticos e desastres administrativos, favorecendo o aparecimento de um clima de descontentamento generalizado entre segmentos populares. Em 1945, fora eleito com 55% dos votos, mas, em 1949, com índice altíssimo de intervenções arbitrárias contra os sindicatos e associações classistas, conseguiu suplantar o próprio Estado Novo em repressão e perseguições políticas. Pelo Decreto-lei n.º 23.046, de 8 de maio de 1947, o governo federal fecha a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e intervém em centenas de sindicatos; o Partido Comunista Brasileiro (PCB) é posto na ilegalidade (7-5-47), mediante alegação de colocar em perigo o “regime democrático” brasileiro. (POMAR, 2002, p. 30).

No plano econômico, entre 1948 e 1950, o resultado das políticas de concentração de renda deixara os trabalhadores urbanos em processo de “crescente empobrecimento,

agravado pelo racionamento de produtos alimentícios.” (POMAR, *op cit.*, p. 37). Por isso, a presença de acontecimentos de violência e repressão, somada à queda generalizada dos salários, oprimia a população. Enquanto Dutra, no governo federal, ia perdendo visibilidade, Getúlio Vargas, como senador da república, se preparava para voltar ao posto que havia deixado em 1945.

Em São Paulo, Adhemar de Barros com seu recém-criado Partido Social-Progressista (PSP), alia-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) com objetivo de vencer as eleições para governador. Sem o apoio dos partidos mais tradicionais, faz aliança com o partido comunista. Note-se que, logo após sua posse, ele vai declarar esse partido ilegal. Entre 1938-1941, Adhemar havia sido interventor de São Paulo, estabelecendo um governo de características populista, com a presença de obras públicas de vulto, e o fortalecimento do Estado; porém, restringiu leis importantes, conquistadas anteriormente, tal como o livre direito de associação classista, dentre outras.

Ernesto Leme, mesmo tendo sido partícipe de acontecimentos na cena política, pouco fala dessa fase em suas memórias, não demonstrando ali uma preocupação aparente em discutir assuntos cruciais. No capítulo de sua obra que trata da vida pessoal e formação acadêmica, ele dedica poucas páginas para falar desse período, mesmo quando ocorreram fatos de forte impacto para São Paulo e para o Brasil.

No livro de 75 anos da USP, editado em 2006, o texto se refere a Leme como líder da Bucha, sociedade secreta existente na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, conforme citado em item anterior. As referências feitas a Ernesto de Moraes Leme na obra dizem respeito às ações administrativas, como a continuação das obras da Cidade Universitária, a inauguração de campus do interior e de institutos, como o de Oceanografia que incluiu a compra de um barco para pesquisas.

Interessante notar as diferentes impressões que Leme suscita: para a historiografia da USP (2006), ele é um líder; para Benevides (1981), um liberal; visto em outras situações, pode ser considerado um reitor dinâmico ou um político rebelde. Pôde-se perceber, no entanto, que Ernesto Leme mantinha uma aura de liberalidade, comprovando sua formação na Faculdade de Direito, mas que na atuação como reitor mostra-se conservador e contrário ao que preconizava em sua juventude.

3.2 Cidade universitária: última etapa da construção

Com a criação da Universidade de São Paulo (USP), logo a seguir, foi formada uma comissão para discutir as questões referentes à construção do *campus*, que se chamaria Cidade Universitária. Essa comissão, presidida pelo professor Reynaldo Porchat, reitor da universidade, e composta por, além do professor Ernesto Leme, pelos professores Fernando Azevedo, Alexandre de Albuquerque, Afrânio do Amaral, Mário de Andrade e Ernesto de Souza Campos, reuniu-se diversas vezes entre os anos de 1935-1937, elaborando um relatório, apresentado depois ao governo do Estado, considerando, por unanimidade de votos, indispensável a centralização do sistema universitário em um mesmo local geográfico, possibilitando assim “abranger num mesmo ‘campus’, todas as organizações de educação, instrução, pesquisas e os elementos auxiliares do ensino e da vida social dos que nela vivem ou que a freqüentam”, conforme propunha o projeto inicial, sendo escolhida a área de terreno compreendida entre a Faculdade de Medicina e o Butantã. (AZEVEDO, 1996)

Com a implantação do Estado Novo, a comissão universitária que tratava das questões referentes à Cidade Universitária (CU), mesmo com o projeto inicialmente aprovado, teve que interromper os trabalhos. Ainda que tivessem decididas as resoluções de dar prosseguimento à construção da CU, somente nos anos iniciais da década de 1940, é que tem prosseguimento esse projeto, como afirma Motoyama (2006).

O projeto da construção da cidade universitária, segundo Campos (1954), foi iniciado em 1935, dividido em várias fases e, desde o início de sua construção, passou por uma série de dificuldades para ser implementado, até chegar 1951, ano decisivo para a implantação final da cidade universitária, quando os planos e as obras receberam grande impulso. Ainda segundo Campos (1954), isso se deveu às determinações do ‘Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Professor Dr. Lucas Nogueira Garcez e do Magnífico reitor, Professor Dr. Ernesto de Moraes Leme.

Miguel Reale afirma que a Cidade Universitária foi planejada para ser um centro autônomo, dotado de infra-estrutura capaz de manter abastecidas suas unidades. A cada gestão da reitoria iam ocorrendo avanços na construção, conforme afirma Reale: “a USP estava precisando de um dirigente estranho ao Conselho Universitário, dividido por dois grupos em conflito.” (REALE, 1987, p 187).

Quando Reale esteve pela primeira vez na reitoria, renovou o quadro da Comissão da Cidade Universitária. Assim, consta que:

Diretor da Comissão da Cidade Universitária era o médico e engenheiro Ernesto de Souza Campos, que, há muitos anos, se dedicava amorosamente aos problemas da construção do *campus*, concebido nos moldes dos modelos norte-americanos, mas de um gigantismo que desde logo me pareceu desaconselhável. [...] confesso que não foi sem hesitação que me decidi a substituir o referido mestre, por uma pessoa das mais sábias que jamais conheci, o engenheiro Luís de Anhaia Melo, antigo professor da Escola Politécnica. (REALE, 1987, p. 232).

Na gestão de Miguel Reale, o governo paulista estava sob mandato de Adhemar de Barros; sendo este amigo pessoal de Reale, providencia garantias de recebimento das verbas necessárias para dar prosseguimento às obras da cidade universitária, que ainda dependia de desapropriações e pagamentos das terras daquela área. Desse modo, o projeto inicial foi reformulado, conforme Reale, sob orientação do engenheiro Anhaia Melo e do arquiteto Christiano Stokler das Neves. Antes, porém, de terminar um ano de trabalho, Reale sai da reitoria, deixando, no entanto, os terrenos comprados e pagos, segundo o que consta em suas memórias.

Nesse sentido, ele afirma:

Até 1949, apesar de fundada em 1934, a Universidade de São Paulo continuava com os seus Institutos e Faculdades dispersos pela cidade, tendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras as suas maiores sedes na Praça da República e na Rua Maria Antônia. [...] Caberia ao meu sucessor e colega da Faculdade de Direito, Ernesto Leme, já na administração do Governador Lucas Nogueira Garcez, transferir a Reitoria da Rua Helvética para o *campus*, em prédio de 8 andares, projetado por Ernesto de Souza Campos, que destoava das linhas arquitetônicas modernas dos demais edifícios. (REALE, 1987, p. 234-235).

De acordo com o ensaio de Campos (1954), a cada nova reitoria, os trabalhos eram retomados; mas que, quando se esbarrava nos problemas de ordem financeira, os trabalhos acabavam voltando ao silêncio. Quando entra Miguel Reale, com verbas dotadas pelo governo de Adhemar de Barros, foi possível desapropriar terras e dar início à construção dos prédios. Na gestão de Leme, ocorreu novo impulso à construção da CU.

Fato a ressaltar, citado por Reale (1987, p. 232), é que:

Já participara, quando membro do Conselho Administrativo do Estado, de elaboração do Decreto-lei n.º 13.855, de 29 de fevereiro de 1944, que transformou a Universidade de São Paulo em autarquia, oferecendo emenda pela qual as funções do Secretário de Educação, relativas ao ensino superior, passaram todas a ser exercidas pelo Reitor. Desse modo, adquiriria status de Secretário de Estado, passando a despachar semanalmente com o Chefe do Executivo... [...]. Foi, porém, apenas Adhemar quem reconheceu ao Reitor da USP poderes para referendar leis. Nomeado reitor em 10 de agosto de 1949, minha primeira preocupação foi o campus da Universidade, na Capital, que meu antecessor e antigo mestre na Faculdade de Direito, Jorge Americano, já conseguira localizar em vasta área situada no Bairro Butantã.

Campos escreve sobre o tempo do início da gestão de Leme, em 1951:

Esta é, pois, a fase áurea na história da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo. Cresceram verbas. Intensificaram os trabalhos de planejamento e de execução das obras. Saímos dos sonhos e das angústias para entrar na realidade plena e vigorosa. (*idem*, p. 228).

Fazendo uma leitura sobre a situação dos governos estaduais, foi levantada uma afirmação sobre a gestão de Lucas Nogueira Garcez que, guardadas as devidas proporções, vai de encontro às afirmações de Campos.

Odair Rodrigues Alves (1986, p. 158) afirma que, “Lucas Nogueira Garcez encontrou as finanças completamente arrasadas”, tendo que fazer uma campanha publicitária a fim de sensibilizar os contribuintes para que pagassem com honestidade os tributos, permitindo assim que o governo tivesse condições de cumprir seus compromissos. Garcez, por sua formação em engenharia, contemplou as obras do setor industrial, com ênfase nas hidrelétricas, antevendo a demanda do gasto de energia elétrica. Foi responsável pela construção da usina de Salto Grande. Outra informação de Alves, relevante para este trabalho, é a de que o governo Garcez foi muito moralista.

Este fator pode ser uma das razões inerentes ao fato de Garcez haver feito o convite a Ernesto Leme para ocupar o cargo de Reitor. Naquele momento, após a Segunda Guerra Mundial, com a emergência do processo de industrialização, a sociedade se transformava, os hábitos mudavam, alterando muito rapidamente conceitos e critérios sociais e grupais.

Em alguns segmentos mais conservadores, desencadeou-se uma onda de moralidade, como afirma Alves acerca do governo Garcez (ALVES, 1986, p. 159).

A observar o que afirma Campos, o ano de 1951 foi o ano decisivo, o ano de 1952 foi o da garantia e o de 1953, o da consolidação. “Nada mais” poderia se opor a essa obra, enfatiza ele. Porém, lembra também que era urgente situar a Comissão acertadamente no seio da Universidade. Fica aí a impressão, como lembrou Reale, que havia discordâncias entre os membros da Comissão da Cidade Universitária, ainda. E elas causavam conflitos.

De acordo com os relatórios da USP (CAMPOS, 1954, p. 243), até finais de 1953, as obras foram sendo concluídas e ocorreram inaugurações. Para isso, explica o autor, “No corrente exercício de 1952, contamos com uma dotação orçamentária de 50 milhões de cruzeiros, além do já determinado pelo plano quadrienal e do que será concedido pela Comissão de Festejos do IV Centenário”. Para a finalização ocorreram verbas e muito dinheiro foi gasto como se verá nas críticas publicadas, apresentadas no item a seguir.

Mas, observando por outro ângulo, considerando-se que a década de 1950 foi um período de grande efervescência cultural, com o posicionamento da comunidade científica, que desenvolveu uma maior articulação política e promoveu a discussão da reforma universitária, tendo em vista um desenvolvimento científico mais sólido e autônomo, a criação de instituições, como a SBPC (1948), o CNPq (1951), a CAPES (1951), enfim, diversos institutos cujo objetivo era a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa no país; e estando o Estado envolvido na promoção do desenvolvimento econômico, necessitava da educação como uma das molas propulsoras desse processo, através da formação de pessoal técnico de alto nível para atender à demanda do mercado e mesmo para ocupar os altos cargos na administração pública e da própria universidade.

Diante de tais fatores, é provável que todo esse conjunto tenha contribuído para que houvesse, na gestão de Ernesto Leme, forte interesse nas obras de construção da cidade universitária, para cumprir desígnios políticos e ideológicos concernentes àquele grupo político que comandava o Estado de São Paulo e a Universidade de São Paulo (USP).

3.3 Artigos sobre a Gestão Ernesto Leme na USP

A gestão de Ernesto de Moraes Leme na USP tem início em 1.º de fevereiro de 1951. Durante seu mandato ocorreram conflitos de várias naturezas; neste item apresentam-se alguns documentos referentes a ações levadas a efeito na USP durante essa gestão, constando, portanto, apenas o que foi selecionado a partir do acervo, conforme relacionado na Introdução desta dissertação.

Durante a seleção do material de pesquisa, os documentos foram separados em dois maços para facilitar a identificação dos fatos e sua análise. Assim, estão catalogados fatos que suscitaram conflitos de naturezas distintas, a saber, os de natureza externa à universidade, e os de natureza interna. Como a maioria da documentação selecionada tem origem no jornal, foi possível separar as notícias produzidas a partir da reitoria, de outras, produzidas a partir de opiniões sobre a gestão ou movimentos ligados a ela.

Esses documentos são cartas e artigos de jornal, sendo dois da Folha da Noite, sobre a greve dos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (31-08 e 13-09/51), quatro matérias de “A Hora”, sobre as críticas que Jânio Quadros fazia, a partir da tribuna, contra a administração de Ernesto Leme, e 28 artigos, no mesmo jornal, assinados por Flávio Cardoso, em uma coluna intitulada “Em São Paulo é assim”. Nesse espaço, o colunista tece considerações aos problemas que ocorriam naquele momento na universidade. Os assuntos são tratados como se aquele que escreve estivesse a par dos acontecimentos, diariamente. São comentários sobre ações do reitor, e seus desdobramentos, o que causa muita polêmica mais tarde entre a reitoria e o Jornal. Em função dessa polêmica, a reitoria chega a criar uma comissão de sindicância para apurar se havia alguém na USP que fornecesse dados ao jornal.

Para facilitar o exame de tais documentos, optou-se por colocá-los em ordem cronológica sem privilegiar o assunto, pois, como o exame demonstra, os artigos vão acompanhando os fatos à medida que estes vão ocorrendo. Serão analisadas primeiramente as matérias produzidas a partir de fora e em seguida as que foram publicadas para anunciar as ações e eventos da reitoria.

Vale ressaltar que os artigos foram xerocopiados e, acima dos textos (recortados e colados), aparece uma data datilografada, juntamente com o nome do jornal. Não há,

porém, como comprovar a fidelidade da fonte, embora não se possa tampouco duvidar de sua veracidade. Por essas razões, há trechos pouco legíveis. Como esclarecimento, após nova pesquisa sobre esta documentação, foi levantada a seguinte situação: os assessores do reitor Ernesto Leme tinham como prática recortar as notícias referentes à Universidade e à gestão do reitor. As notícias eram extraídas de diversos jornais de São Paulo e também do Rio de Janeiro e eram coladas em folhas de papel sulfite; o nome do jornal era datilografado juntamente com a data e, em alguns recortes, era colocado o número da página da qual a notícia fora extraída. As notícias referentes à universidade eram publicadas junto com notícias diversas sobre a cidade de São Paulo, os eventos que aconteceram, as ações do governo do Estado, com medidas referentes à economia. Quando o reitor Ernesto Leme deixou o cargo, levou consigo todo o material referente à sua gestão, como as pastas com os recortes de jornais, cartas, telegramas, agendas da reitoria e tudo mais que dizia respeito a esse período de sua vida. Este material encontra-se arquivado no CDAPH.

A pesquisa tampouco verificou se Flávio Cardoso era nome real ou pseudônimo do autor da coluna jornalística. Não há fontes disponíveis no acervo para tal referência jornalística.

Dentre os documentos coletados tampouco consta o anúncio da greve dos estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Foram usadas fontes externas para referir a esse episódio, já que duas notícias de jornal coletadas entre as fontes do acervo dão conta do impasse criado entre os alunos e a reitoria, juntamente com o Conselho Universitário.

A – Identificação dos artigos (externos) por ordem cronológica

2.1.51 – A Hora – Jânio

Matéria de Jânio Quadros escreve janeiro de 1951, antes da posse oficial de Leme na reitoria, mas já o denomina “Magnífico Reitor”; critica-o por abandonar a legenda da UDN e comenta sobre uma resposta dada por Ernesto Leme, em tribuna livre, já que este era suplente de deputado e podia usar da palavra na Assembléia. Nesse artigo há um tom de briga pessoal entre os dois políticos.

31-08-51 – Folha da Noite – Greve FAU

Esta matéria anuncia que haverá uma reunião em que estará presente o Conselho Universitário para buscar solução ao impasse sobre as faltas dos alunos que havia feito greve na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Nessa reunião, o presidente do Conselho dará resposta às duas propostas apresentadas pelo professor Bruno Simões Magro, diretor da Faculdade. As propostas diziam respeito ao abono das faltas dos grevistas e a reestruturação do ano letivo para que todos os alunos pudessem fazer os exames no final do ano com cumprimento do currículo.

13-9-1951 – Folha da Noite – Greve FAU

Com uma chamada mais vistosa, essa matéria anuncia: “Dia 20 a solução para o caso da Faculdade de Arquitetura”. Há a declaração do presidente do Grêmio da FAU de que estão assistindo às aulas normalmente, lembra que ainda não tiveram resposta do Conselho Universitário sobre o abono das faltas e do mês de prorrogação das aulas para fechar o currículo e a carga anual de dias letivos. Há uma alegação que este caso ainda não fora resolvido nas reuniões anteriores, por causa das questões da Faculdade de medicina de Ribeirão Preto, junto à Comissão de Recursos. No próximo dia 20 o Conselho trará seu parecer.

12-11-51 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Este é o primeiro artigo de Flávio Cardoso, cujo título “Mestres na Imoralidade” chama atenção para o fato de o Conselho Universitário (CU) da USP haver dispensado os diretores das Faculdades da obrigação de ministrar aulas. O artigo afirma que existem vários agravantes para este caso: o primeiro, que há uma exorbitância na decisão do CU; o segundo, que o CU é incompetente para tomar tais decisões; terceiro, que entre os Conselheiros estão todos os diretores interessados em receber sem trabalhar como professor. Lembra que pela constituição da USP, cada professor é membro natural do Conselho e que escolhido para exercer o cargo deve continuar suas atividades; em quarto lugar, os componentes do CU cometeram um erro e resolveram torná-lo efetivo, quando o texto afirma que apenas o reitor fica dispensado de dar aulas; em quinto, que estão onerando o Estado em seis milhões de cruzeiros, pois recebem seus salários mas há necessidade de contratar quem dê as aulas por eles. Cita um câmbio-negro que o

Governador Lucas Garcez precisa combater, e trata Ernesto Leme de 'magnífico opositor em férias'.

21-11-1951 – A Hora – Jânio

Com a chamada “Excelente cabide de empregos a Universidade de São Paulo”, a matéria aponta que cento e setenta e cinco contratados para “serviços técnicos” no período de 2 de janeiro a setembro de 1951 – O silêncio do Deputado Lincoln Feliciano – três catedráticos para uma só cadeira, ou sejam, 6 milhões anuais onerados à Fazenda Estadual – Discurso do sr. Jânio na Assembléia. Todos esses assuntos foram abordados por Jânio na Assembléia e descrevem o que os subtítulos anunciam.

30.11.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Artigo com título “A proibição do sr. Reitor”, que comenta a assinatura de uma portaria assinada pelo reitor sobre a proibição de funcionários da autarquia terem entendimentos com membros do Poder Legislativo, no que concerne à elaboração orçamentária. Pelo teor da matéria, a questão se resume em que membros do legislativo não poderiam mais solicitar a reitoria prestação de contas sobre os fundos recebidos do governo estadual. Ernesto Leme defende-se, dizendo estar cumprindo ordens do senhor governador. Nesse artigo, novamente é lembrada a questão da saída de Leme da UDN. Alguém está reclamando no final do texto de não ter sido atendido um pedido seu.

3-12-51 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

“As fantasias do sr. Reitor” inicia dando a notícia de que Ernesto Leme passara a publicar no O Estado de S. Paulo, aos domingos, mas considerado mera publicidade, pois vai aproveitar o espaço para divulgar ao povo as ações de sua gestão. Nessa matéria, o articulista afirma que Jânio, Leme e Braz Arruda são protegidos de Lucas Garcez.

4.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Artigo intitulado “A razão simplíssima do sr. Reitor”, em que se comenta a carta de Ernesto Leme ao Jornal explicando a razão porque não fora ele o mentor da licença dos diretores. Também há comentário sobre as três contratações para uma mesma cátedra. O texto afirma que Ernesto Leme fez essa declaração para eximir-se da responsabilidade. Afirma também que Jânio é o campeão das causas populares.

4.12.1951 – A Hora – Jânio

Sob título “Para a verdade não há partidarismos”, Jânio assina uma matéria reiterando as denúncias feitas anteriormente. No discurso proferido e transcrito, o deputado faz elogios a Waldemar Ferreira, Soares de melo, Mario Marzagão, dentre outros, homens de altivez e independência. Nesse rol, também elogia Vicente Ráo. Termina seu discurso com a citação que dá título ao artigo, de autoria de Francis Bacon, filósofo inglês.

6.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Matéria que aponta como sendo uma confusão do sr. Reitor quanto à contratação de um acadêmico para substituir Braz Arruda, nesse caso, o professor doutor Manuel Francisco Pinto Pereira, o mais antigo livre-docente de Direito Internacional Público. A questão se dá pelo fato de esse professor ser catedrático e funcionário estável; por isso, recebe seus vencimentos ainda que não lecionem. A discussão se faz em cima da ilegalidade de um professor receber sem ser obrigado a dar aulas. Novamente, a chamada recai sobre o reitor, que é quem deveria saber de verdade o que acontece. Como sempre, o sr. Reitor de nada sabe. Este texto é um pouco maior do que os anteriores, e reproduz um trecho do texto da Constituição para demonstrar que há ilegalidade na contratação de tal professor. E cita a cifra de 259 milhões de cruzeiros como verba dotada anualmente à USP.

12.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Os detetives do sr. Reitor. Este é o título da matéria de doze de dezembro. Comenta em tom de galhofa que o reitor nomeia uma comissão de três professores para investigar de quem é a responsabilidades pelo fornecimento, à imprensa, de dados constantes de Atas do Conselho Universitário, e que têm sido publicados, em uma campanha movida contra a universidade. O texto comenta que os mestres, inclusive um livre-docente, receberam uma

incumbência desairosa, que não condiz com suas funções. Ao invés de investigar nomeando professores, por que não abre um inquérito administrativo? Novamente aparecem trechos da Constituição brasileira, e lembra ainda a saída de Leme da UDN. O texto é bem irônico sobre a questão da comissão de investigação sobre o informante que lê as Atas do CU.

17.12.1951 – A Hora – Jânio

Matéria sobre os discursos de Jânio na Assembléia, tratando de novo dos assuntos da USP. Dessa vez o foco é a viagem de um professor que foi escalado para ir à Europa e para isso terá que deixar suas aulas. Como vai a trabalho, tampouco pode deixar de receber seu salário, pois terá que manter enquanto durar o compromisso. Aí o articulista, aproveitando as falas de Jânio lembra as questões passadas, como a contratação do “estável” que já recebia seu salário e iria ganhar para dar aulas. Discute-se ainda a questão do apoio incondicional ao sr. Reitor por um conselheiro que já fora demitido a bem do serviço público. Nessas matérias, o jornalista se aproveita para relembrar ao leitor as questões que ainda continuam em aberto.

17.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Com a coluna “O informante do sr. reitor”, continua o deboche do articulista sobre a comissão de sindicância para encontrar o responsável pelas notícias chegarem à imprensa... Ao final do texto, Cardoso afirma que o único informante é o próprio Leme, que escreve tudo de que a imprensa precisa saber em sua coluna de domingo.

18.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

“O desdém do sr reitor” mostra de que forma Ernesto Leme se vangloria de que a Reitoria da USP é a Secretaria de Ensino Superior e a Secretaria da Fazenda, no que concerne a essa autarquia; essas funções na França são exercidas por um Ministro da Educação e pelo Ministro das Finanças. O colunista acha que Leme expressar-se desse modo e nesses termos denota deselegância e desdém. Ficou levantada uma polêmica entre USP e Sorbone, para a qual, Leme falou com alguma nota de desimportância. A questão das finanças da universidade sempre vem à baila nessas colunas.

20.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Nessa coluna, o autor ironiza “as férias do sr. Reitor”, porque estava em discussão naqueles dias o pedido de afastamento do partido, conforme cópia da carta inserida nessa documentação, objeto de estudo. Leme sempre, nos momentos de demanda com as críticas, dirigia-se até a Assembléia e fazia uso da palavra para explicar-se e dar satisfação, pelo que depois era criticado também.

21.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Coluna discutindo, nos mesmos termos, sobre “a renúncia do sr. Reitor” das fileiras da UDN. Vale ressaltar que o autor ironiza novamente com Leme, perguntando para qual partido irá ele agora? Após haver trocado tantas vezes...

22.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Mais uma coluna ironizando “a sindicância do sr. Reitor” em busca de encontrar o tal informante que manda as notícias recém-produzidas ao jornal A Hora. Dessa vez ele comenta a crise da comissão com a saída de um dos membros que teve de ser substituído. Era sempre publicado algo que dava a impressão de que a pessoa que escrevia as matérias presenciava todas as reuniões, ou que esta pessoa recebia as notícias imediatamente após seu término.

24.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Intitulada “A onda do sr. Reitor”, essa crônica dá notícia que, em reunião na noite anterior, o reitor disse que a publicação de tais crônicas estava provocando uma onda de descrédito contra a instituição sediada na rua Helvétia (Reitoria). Nessa crônica, o autor avisa que o descrédito está dentro da USP, pela gestão mal feita dos recursos da instituição, e que a coluna está fazendo um favor, ou seja, tenta neutralizar “o poderio de sua força destruidora”. E avisa mais, ou se moraliza a gestão a partir da reitoria ou o descrédito afetará até a conduta do governador.

26.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

“A chave do sr. Reitor”, coluna do dia seguinte ao natal, ironizando sobre a chave do cofre, do qual o reitor retira o dinheiro que mantém a gastança generalizada em que se encontra a administração. Nessa coluna, Cardoso faz uma séria acusação a Leme, afirmando que ele deu, como lição de casa a um aluno que estava com notas baixas, a própria defesa à Assembléia Estadual. O problema que se apresenta nessas colunas é o fato de o autor citar algo, mas não prosseguir, e esperar muitos dias para voltar àquele assunto. A menos que o próprio Leme responda, demora para se saber os resultado de uma demanda levantada no interior da coluna. A história da chave termina com mais uma crítica aos professores que viajaram à Europa e América às expensas da USP.

27.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Essa coluna está bastante polêmica, pois novamente vem à tona a questão financeira da USP. Como a instituição recebe verba, há críticas sobre como estão sendo gastos os milhões do dinheiro público. Aqui, Leme é acusado, formalmente, pelo articulista de fazer favores e conceder benesses a seus amigos e protegidos. Com esse mau exemplo, diz, está corrompendo a instituição... até quando? Até onde? Ele pergunta. Essas colunas trazem a polêmica, mas como já foi explicitado, não deixam claras as afirmações. Muitas denúncias ficam nas entrelinhas do texto.

28.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Esta crônica é importante no âmbito da polêmica que se criou em torno do jornal A Hora, e as crônicas publicadas quase que diariamente por Flávio Cardoso. Será lida perante o juiz uma declaração de autoria para tranquilizar “a inquietude do sr. Reitor”. O pseudônimo será desvendado, ele avisa. Em seguida afirma que o nome ou o pseudo nome não interessam, pois ele não mentiu e disse a verdade que continuará a dizer todos os dias naquele jornal. Deixa subentendido que se Leme exige que ele se apresente, ele também vai exigir que a reitoria seja melhor administrada, pois não tem cabimento gastar 359 milhões anuais na universidade. A partir daí, não se tem mais retorno a este assunto.

29.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Chegando ao final do ano de 1951, a coluna fala agora, de novo, sobre “a carta de renúncia do sr. Reitor” junto a UDN. Cita os partidos pelos quais Leme passou, e vai no mesmo tom irônico, habitual aqui, questionando a posição de ele sair da política e ir para o serviço público. Cita também a questão do Tribunal Regional Eleitoral, no qual se registram as candidaturas e as suplências. É uma indireta para Ernesto desligar-se totalmente do partido, entregando a vaga ao terceiro suplente.

31.12.1951 – A Hora – Coluna Em S. Paulo é assim

Esta coluna foi inteiramente para comentar a carta de Leme pedindo o desligamento da UDN. Fez um breve percurso histórico, como se tivesse vivido ao lado do reitor em todos aqueles tempos, sempre criticando a parceria do reitor com o governador e se referindo a Garcez como maquiavélico e maritainista¹⁸ (?). Cita inclusive um deputado que se afastou de Leme após o evento da reitoria, e não o defende mais diante dos discursos ácidos de Jânio Quadros contra o sr. reitor.

As matérias dessa coluna, em tom irônico e ácido, foram de constante publicação em 1951, adentraram 1952, mas não foram encontradas nos arquivos referentes a 1953.

B – Identificação dos artigos (internos) por ordem cronológica

Dos documentos produzidos a partir da universidade ou em desdobramento de ações internas, foram selecionados artigos de jornais diversos, cartas e um relatório, a saber:

- Documento sem data, datilografado, no qual constam nomes de pessoas, todos professores da USP, com anotação em escrita cursiva à margem, indicando a qual faculdade pertencia o cidadão. Essa lista de nomes diz respeito a decisão do reitor Ernesto Leme de manter contato com o DOPS para colaborar com este órgãos de segurança, e ao mesmo tempo perseguir alunos e professores. Nessa lista constam nomes, de professores da Medicina e do Direito, mas nem todos os nomes estão identificados por faculdade, tais como: Walter Campi Laus, Montauray Moreira Porto, Luiz

¹⁸ Esta expressão não foi encontrada em nenhum dicionário.

Hildebrando Pereira da Silva, Vitor Nussenzweig, Walter Belda, Raimundo Pascoal Barbosa, Enio Sandoval Peixoto, Alberto Mauro Contador, Romeu Solferini, Enio Sandoval.

- Acoplada a esta lista está uma outra produzida dentro da reitoria com um rol de 11 nomes de professores fichados na polícia social.
- Carta enviada ao Delegado chefe do Departamento de Ordem Social e Política (DOPS), solicitando a lista de nomes de professores e alunos fichados naquele órgão.
- Cópia da carta enviada ao presidente da UDN pedindo desligamento definitivo do partido, conforme comentado no item anterior.
- Matérias de jornal: oito matérias de *O Estado de S. Paulo*; quatro de *A Gazeta*; três matérias de *Diário de S. Paulo*; um de *Folha da Manhã*; um de *Folha da Tarde*; um de *Folha da Noite*; um de *O Dia*; um de *A Platéia*; um de *Correio Paulistano* e um do *Diário Popular*.

Essas matérias de jornal trazem notícias das inaugurações da USP, dos visitantes estrangeiros, da criação de novos cursos. Uma notícia anuncia a parceria com a Fundação Rockefeller, doando recursos para a construção da Maternidade Escola, e da entrega do título de doutor *Honoris Causa* ao representante dessa fundação. Uma notícia, de 15.12.1953, que se encontra em meio às outras é posterior à saída de Ernesto Lemes, da reitoria. Traz o nome do reitor no título e anuncia que ele está deixando o cargo (10.12.1953) para assumir o posto de delegado do Brasil na ONU e também representante no Conselho de Segurança. Texto de Ernesto de Souza Campos, em tom elogioso.

Há matéria, enviada pelo reitor, desmentindo as acusações divulgadas no jornal *A Hora* (4.12.1951), e mais alguns poucos assuntos referentes às atividades sociais e culturais da universidade.

3.4 Análise preliminar da gestão Ernesto Leme

A Revista Adusp de 1998, em matéria de Beatriz Elias, intitulada A USP nos arquivos do DOPS, consta que a repressão exercida por órgãos do governo, como o DOPS, era prática normal como recurso para manter a ordem social em época de descontentamentos generalizados. Por exemplo, na gestão de Ernesto Leme, diante da greve de estudantes do Curso de Arquitetura, sob alegação de que a ordem precisava ser mantida na FAU, Ernesto Leme manda ofício ao Delegado do DOPS, solicitando nomes de professores e de alunos que tivessem seus nomes ligados ao partido comunista.

Segundo o texto da Adusp (1998), a greve dos estudantes de Arquitetura foi deflagrada pelo fato de aquela reitoria não acatar o pedido de admissão do arquiteto Oscar Niemeyer, comunista confesso até os dias atuais. As faculdades de Arquitetura e de Filosofia apresentam, de acordo com as fontes dessa pesquisa, um perfil mais questionador, o que levou o reitor a manter uma postura mais severa e conservadora com relação aos fatos daquele momento.

Esta pesquisa após examinar mais detidamente os fatos ocorridos durante o período estudado, conduz esta análise para destacar a oposição existente entre um projeto democrático de universidade, cujo ideário tem em suas raízes o princípio universal da liberdade, e o clima de perseguição e repressão política instaurado na reitoria de Leme, a partir de 1951.

Não é possível, empiricamente, aventar possíveis razões que tenham levado Ernesto Leme a agir de modo contrário ao seu ideal de formação na Academia de Direito, que preconizava a defesa dos mais fracos e a liberdade incondicional. Como lembra Adorno (1988, p. 97), a Academia, através de seus mentores, quando tratava de direitos humanos, “perfilando postura nitidamente liberal, reafirmava como direitos ‘sagrados’ do homem: liberdade, igualdade, propriedade e segurança”. Se por um lado, “em matéria de instituições políticas, mantinha equidistância do contratualismo de Rousseau”, por outro lado, “paradoxalmente, professava irresoluta crença na imortalidade da alma e na existência de Deus.” (REALE, 1976, p. 80, *apud* ADORNO, 1988, p. 97).

E esse mesmo autor orienta para uma explicação plausível, lembrando que:

Ao que parece sugerir a história das idéias jurídicas na Academia de Direito de São Paulo, Brotero inaugurou uma longa tradição de infrutíferas tentativas de conciliação entre tendências filosóficas antagônicas. Elas não teriam poupado os mais notáveis dos lentes do curso jurídico e sequer permanecido ausentes do conteúdo programático das diversas cadeiras que compreendiam a estrutura curricular. (ADORNO, 1988, p. 97-98).

Ainda sobre a Academia que formou quase todas as cabeças paulistas que decidiram os destinos do país no período examinado, Adorno lembra que o “sopro renovador” só chegou ao final do século XIX, lembrando que o curso de Economia Política esteve a cargo de mestres que traziam “princípios teóricos do crescimento econômico” [...], “do papel do mercado como regulador das relações sociais entre produtores que buscavam no conhecimento científico da agricultura, do comércio, da indústria e das artes as balizas mestras do bem-estar do indivíduo e da riqueza das nações.” (ADORNO, 1988, p. 101).

Nesse contexto, Capelatto lembra que:

O Estado republicano colocou em prática uma política econômica de cunho liberal, que correspondia aos interesses dos cafeicultores paulistas, defensores da descentralização, do não-intervencionismo e da livre iniciativa. Mas já no início da República... [...] surgiu a proposta de substituição do liberalismo econômico por um sistema que garantisse efetiva intervenção do Estado na economia. (CAPELATTO, 1989, p. 54).

No Brasil, o Estado não apenas interveio na economia como também nas decisões de classe, de partidos, muitas vezes ultrapassando os limites do grupo e atingindo diretamente o indivíduo, em seus direitos particulares. As perseguições ao comunismo justificaram essas ações. “Opositores eram vistos e tratados como delinquentes.” (POMAR, 2002)

No dia 11 de abril de 1951, portanto, o reitor Ernesto Leme, na prerrogativa do cargo que ocupa, envia ofício a Dr. Arnaldo de Camargo Pires, delegado-chefe do Serviço Secreto do Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, solicitando “informação a respeito dos principais dirigentes do movimento comunista em nosso Estado, que tenham ligações com a Universidade de São Paulo, como alunos ou professores de Ensino Superior”.

Como já foi descrito em item anterior, esse pedido seguiu com uma lista feita pelo próprio reitor, contendo nomes de alguns professores e seus respectivos departamentos. No topo da lista está o nome de Omar Catunda, professor catedrático da Faculdade de Filosofia, com extensa ficha policial. Vale notar que nesse rol de documentos consta um memorando da reitoria para Omar Catunda, cujo conteúdo é um recorte de notícia de jornal, com data de 18.3, que havia sido publicado pelo *O Estado de S.Paulo*.

A notícia é sobre o comício que os comunistas fizeram no Vale do Anhangabaú, sob a ‘gentileza’ da permissão do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ocorre que o Partido Comunista havia sido colocado na ilegalidade por Adhemar tão logo fora eleito com a ajuda de seus associados. Nessa condição era-lhe proibido fazer qualquer demonstração pública que pudesse vir a se transformar em ‘desordem social’. A notícia do jornal também é ambígua, traz no título que malogrou o comício comunista, num duplo sentido de afirmar que, ainda que tenha ocorrido o comício, assistido por quinhentas pessoas, não foi possível aos manifestantes gritar palavra de ordem. Os oradores não foram muitos, mas o nome de Omar Catunda aparece grifado na cópia do texto jornalístico.

O memorando, enviado ao Professor Omar, teve função de funcionar como um recado velado? O alcance dessa pesquisa não permite levantar outra hipótese.

Ao ofício, o delegado do DOPS respondeu poucos dias mais tarde, apresentando nomes de professores e de um aluno que era à época o diretor de DCE. “O DOPS procurou constituir-se como autêntica agência de informações e realizou intensa atividade anticomunista. Era o mais poderoso órgão policial e um elemento importante na consecução do terrorismo de Estado.” (POMAR, 2002, p. 172).

O impasse criado entre a greve dos alunos da FAU-USP junto à reitoria aparece explicitado em recortes de jornal dando notícia de que as reivindicações dos alunos não estavam sendo atendidas. Essas reivindicações careciam de vontade pessoal do Conselho Universitário e da reitoria para ser atendidas. Porém, passaram meses até ser resolvido o impasse. Ainda assim, houve troca da Diretoria da FAU e conseqüente endurecimento das relações corpo docente corpo discente.

Esse trânsito entre os órgãos de segurança pública, que representam as forças repressoras, evidencia a oposição entre o projeto de universidade, liberal e democrática, delineado pelos idealizadores da instituição, criada sob o ideário da Revolução Francesa, e, ao contrário, a prática administrativa, cerceadora dos direitos e liberdades individuais.

Uma observação que pode ser colocada aqui diz respeito ao próprio serviço de segurança, que segundo Adusp (1998, p. 10), “critica o reitor E. Leme pela condução do processo”, pois se o pedido dos alunos era uma pretensão justa, inserida no conjunto de procedimentos normais da Faculdade, por que não atender de imediato. Após idas e vindas, por fim, aprova os pedidos feitos, e ainda mantém a aura de “benevolente”. Ainda que aparentemente os problemas estivessem resolvidos, ainda ocorreram tumultos, motivados pela questão Niemeyer.

No contraponto dessa notícia que, aparentemente, tão distante está das funções de uma universidade, dentre os papéis, foi encontrada uma nota catalogada e numerada (número ilegível) com notícia de Festa de Fim de Ano – Distribuição de Presentes aos filhos dos Serventes e Motoristas da Reitoria da Universidade de São Paulo – relatando que em 31 de dezembro, na rua Helvética, 55, onde funcionava a reitoria à época, foram distribuídos presentes e brinquedos aos filhos de motoristas e serventes. Pelos termos, foi uma festa típica de caráter beneficente para agradar aos funcionários da casta mais baixa de servidores.

No contraponto ao exposto, uma outra notícia demonstra outra face dessa moeda, ou seja, as parcerias com os grandes conglomerados financeiros sedimentam negócios e mantêm relações de protecionismo e ajuda política. No início do ano de 1952, a reitoria anuncia que a Fundação Rockefeller irá desenvolver seus trabalhos no setor brasileiro das ciências aplicadas, patrocinando as obras da Maternidade Universitária. No ensejo, Leme outorga o título de doutor *Honoris causa* ao cidadão norte-americano Warren Weaver, representante da FR naquele momento.

Ao receber a honraria, Weaver afirmou o compromisso de a Fundação contribuir com idéias, estudos, bolsas de estudos, e fundos necessários ao desenvolvimento de centros científicos que tenham projeto de crescimento e expansão. Corroborando a afirmação de Weaver (1952), Marinho (2001), em seu estudo sobre a história da Rockefeller no Brasil, afirma que:

Sob o patrocínio da Fundação Rockefeller, os norte-americanos que para cá se deslocaram atuaram sobretudo na área das ciências biomédicas, um ramo do conhecimento sem maiores preocupações formais em elaborar um discurso sobre si mesmo, diferentemente da área de atuação em que estiveram situados os franceses, especialmente em torno da filosofia, da história e das ciências sociais. (MARINHO, 2001, p. 47).

A autora reforça seu posicionamento crítico frente essa realidade quando afirma que o projeto da Fundação Rockefeller, atuante em todo mundo, trazia em seu contexto “[...] uma ideologia e uma visão de mundo conservadoras, centradas na idéia da pesquisa de excelência como atividade de elite, assentada nos talentos individuais e representativa de um ideal de racionalidade a ser perseguido.” (MARINHO, 2001, p. 48).

Ernesto Leme, juntamente com o Conselho Universitário, ao alinhar a USP, ideologicamente, com os princípios da Rockefeller, estava assumindo também um compromisso de fundar uma Faculdade de Medicina voltada para a formação pragmática e conservadora como era na base o modelo norte-americano. Sob esse modelo, paternalista e conservador, um dos fatores mais importantes denota ser as relações entre os chefes, em busca de dar e receber demonstrações de importância pessoal, estabelecer trânsitos de favores e, sobretudo, ‘lustrar’ a aura do outro com elogios e deferências. Ernesto Leme, conforme atestam seus escritos, era esse perfil.

Na esteira das trocas de favores, a USP também se fazia patrocinadora de recursos para alunos bolsistas que vinham de outros estados ou países.

No dia 7.3.1952 ocorre uma publicação nos seguintes termos: “144 pretendentes às bolsas da Universidade de S. Paulo”. A notícia dá conta de que a USP, cada dia mais renomada além das fronteiras brasileiras, a cada ano recebe um número maior de inscrições às bolsas de estudo que oferece aos pós-graduandos. No corpo da notícia, aparece o nome dos contemplados, que são exatamente nove bolsas iniciais e três renovações, num total de doze estudantes contemplados. Dentre esses há estrangeiros e brasileiros.

Os cursos são medicina (2), economia (1); geografia (1); veterinária (1); biologia (1); pedagogia (1); advogado (1); teologia (1), mais três prorrogações, num total de 12 cursos-bolsas.

Um ofício com data de 26 de outubro de 1951, emitido pelo vice-reitor em exercício, Antonio Carlos Cardoso, anuncia liberação pelo Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas uma bolsa-pesquisa no valor de Cr\$200.000,00 para pesquisas na Faculdade de Agricultura Luiz de Queiroz, para a sessão de Genética, dessa escola. O ofício é enviado ao presidente do Conselho Nacional de Pesquisa, Coronel Armando Dubois Ferreira.

Não coincidentemente, em 26 de dezembro desse mesmo ano, sai matéria anunciando pesquisas na área de genética, na ESALQ, para atender aos grandes criadores, já que foi montado, no campus, um posto de inseminação artificial.

Na gestão Ernesto Leme, portanto, de acordo com os documentos arrolados, em ordem cronológica, foram implantados:

- Abertura dos Cursos Médicos em Ribeirão Preto (criação/ aula inaugural)
- Faculdade de Higiene e Saúde Pública (projeção)
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara (criação)
- Faculdade de Auxiliar de Enfermagem na Escola de Enfermagem de São Paulo (criação)
- Instituto Adolpho Lutz (admitido como instituição complementar da USP)
- Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (anexado)

Mais uma vez pode-se constatar que a Universidade de São Paulo, enquanto instituição, esteve dividida entre teorias e ideologias contraditórias, mas a partir da década de 1950, com as definições no campo político e econômico, a sociedade foi ajustando suas atuações de modo mais coerente com as propostas que já estavam colocadas anteriormente.

Como afirma Adorno (1988), as classes burguesas delinearam um projeto de sociedade, vinculada ao conhecimento e o mérito pessoal, tendo como parâmetros tanto um modelo liberal, voltado para a livre iniciativa, quanto um outro mais tradicional e conservador. Deste, herda o hábito das relações de amizade e de protecionismos cartoriais, enquanto na superfície pretendem seguir o ideário do liberalismo que propõe liberdades individuais e responsabilidade social.

CONSIDERAÇÕES

Após as análises dos documentos coletados surgem mais indagações que respostas no contexto geral do trabalho. O volume de documentos classificados excedeu o foco da pesquisa e, por isso, não pôde ser totalmente explorado nas análises.

Ao analisar um dado período histórico, quando se trata de verificar eventos que implicaram mudanças nos movimentos sociais, será sempre necessário examinar quais ideologias e ideais estavam nas bases desses grupos, e também examinar qual foi o trabalho operado para a história sobre os rumos que se foram alterando com a passagem do tempo, considerando ainda o surgimento de conflitos com seus necessários processos de acomodação e de rejeição.

Nesse sentido, Chauí afirma que:

A descoberta da diferença temporal torna possível compreender como e porque o passado é construído como dimensão imaginária do presente, graças à abolição de tudo quanto no passado e no presente é dissimulado pelo exercício real da dominação: uma representação “legítima” do passado pela “legitimidade” que o presente atribui a si mesmo. (DE DECCA, 1988, p. 14).

Nesse sentido, pode-se afirmar que não é possível chegar a conclusões, já que, em princípio, passado um período histórico, após a caducidade dos ideários de uma classe, cujos valores e crenças vão, de alguma forma, influenciar a nova classe. No caso do foco deste estudo, cujos dirigentes trouxeram um projeto ‘novo’ de nação, voltado para um plano urbano, industrial, com forte ênfase na educação, por terem como princípio básico que esta seria o principal mecanismo para promover as necessárias mudanças de que o país carecia naquelas décadas, entram em vigência os mesmos valores das gerações anteriores, porém reformulados para novos fins.

Ao buscar razões que pudessem esclarecer, pelo menos em parte, as formas de ação de grupos que, ao chegar ao poder, lançam um projeto com aura de novidade, angariam simpatias e parcerias e se estabelecem. Quando, por fim, exercem esse poder, usando de suas prerrogativas, acabam por reproduzir os mesmos padrões de comportamento, com mesmas ações, junto ao exercício conservador de seus postos de comando.

No caso de Ernesto Leme, portanto, mesmo trazendo de sua formação acadêmica no Direito uma base histórico-ideológica republicana, de princípio liberal, quando no exercício do poder da reitoria da USP, que representa um cargo de comando e de importância social, talvez, para garantir a legitimidade das funções nesse cargo, investido do *status* correspondente, lança mão das mesmas estratégias que, no passado, foram alvo das críticas de sua classe.

Assim, esta análise procurou verificar os conflitos da gestão Ernesto Leme com setores da imprensa e do movimento estudantil, destacando a oposição entre sua proposta de ser um professor, de viver em um ambiente universitário, e que mesmo tendo sido um dos fundadores daquela instituição, usa a censura e a perseguição política dentro dos moldes mais arcaicos para validar sua autoridade.

Ainda de acordo com Capelatto, ainda que, “no ideário dos liberais destaca-se a defesa dos princípios de liberdade econômica”, não se pode deixar de considerar que a política liberal recusou o intervencionismo estatal, não apenas na economia como na ordem social. Assim, afirma a autora, “pregaram a liberdade de produção, consumo e indústria, mas não a liberdade *in vácuo*. Foram contra os abusos de autoridade, sem no entanto dispensar seu auxílio”, quando se fez necessário impor o poder. (CAPELATTO, 1989, p. 54-55).

Assim, o exame dos documentos não foi suficiente para proporcionar elucidação a certos eventos, mas o foi para demonstrar a marcha e a contramarcha do exercício de um poder cerceador, em sua forma cruel, banalizando as relações humanas e a própria forma de estar no mundo, fazendo sua história sem se preocupar com os direitos instituídos no curso da própria História.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALVES, Odair Rodrigues. **Os Homens que governaram São Paulo**. São Paulo: Nobel: Edusp, 1986.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- AZEVEDO, Fernando. **A educação e seus problemas**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1996.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da universidade de São Paulo**. vol. I e II. São Paulo: Edusp, 1954.
- CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CAPELATTO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S.Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARDOSO, Irene R. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Cortez, 1982.
- CARONE, Edgard. **A República Velha I – Instituições e classes**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- DE DECCA, Edgar. **1930. O silêncio dos vencidos**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano**. Tomo III, vol. 3. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FAUSTO, B. **A Revolução de 1930**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.
- GOMES, Ângela Maria de Castro [et al.]. “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)”, p. 7-75. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano**. Tomo III, vol. 3. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

- GRILLO, Sheila Vieira de Camargo; MORENO, Marcelo Passini. 3. ed. *Orientações para apresentação de trabalhos acadêmicos e Monografias*. **Apostila**. Itatiba (SP): USF, 2001.
- HAYASHI, Marli Guimarães. Paulo Duarte, um Dom Quixote brasileiro. Tese de Doutorado pela FFLCH-USP, São Paulo, 2001.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Trajectoria Política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- LEME, Ernesto. **A casa de Bragança**. Memórias. vol. I. São Paulo: Parma, 1981.
- LOSSANO, Aparecida Casseb. **Ernesto Leme – Trajetórias e inserções político-partidárias nos anos 20-50: uma análise preliminar**. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de História da Universidade São Francisco. Campinas (SP): EDUSF, 2003.
- MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. **Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)**. Campinas (SP): EDUSF, 2001.
- MORSE, Richard. From Community to Metropolis: a biography of Sao Paulo. Tese de doutoramento em Sociologia, São Paulo, USP, 1958.
- MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **Ciência e Estado: A política científica no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1976.
- MOTOYAMA, Shozo (org.). **USP 70 Anos: Imagens de uma História Viva**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- NADAI, Elza. **Ideologia do progresso e ensino superior (São Paulo 1891-1934)**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- PEREIRA, José Carlos. **Origens e expansão da indústria em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **A Democracia intolerante: Dutra Adhemar e a Repressão ao Partido Comunista (1946-1950)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- REALE, Miguel. Memórias: destinos cruzados. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 1987.
- RUIZ, João Álvaro. **Metologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1982.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, universidade e ideologia. A política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- _____. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOLA, Lourdes. "O golpe de 37 e o Estado Novo", p. 256-282. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1976.

USP-SP. A USP nos arquivos do DOPS. Entrevista com Paulo Eduardo Arantes. p. 8-19. **Revista Adusp**. n.º 13, abril de 1998.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ANEXO I

Currículo de Ernesto Leme

Nasceu em Bragança, (Estado de São Paulo), a 30 de dezembro de 1896. Filho de Cândido de Moraes Leme e de Maria da Conceição Leme.

Curso Primário – Fez o curso primário no 2.º Grupo Escolar do Brás e no Grupo Escolar do Pari (São Paulo), concluindo-o no Grupo Escolar “Dr. Jorge Tibiriçá”, de Bragança, aos 30 de novembro de 1909.

Curso Secundário – Matriculou-se em 1911 na escola Normal Primária de Pirassununga, de onde se transferiu no 4º ano para a de Campinas, recebendo diploma de professor primário a 15 de dezembro de 1914.

Curso Superior – Ingressou em 1915 na Faculdade de Direito de São Paulo, colando grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais a 5 de dezembro de 1919. Doutor em direito pela mesma Faculdade a 17 de março de 1934.

Cargos Exercidos – Professor do Grupo Escolar de Bebedouro (1915 – 1919). Redator d’ “A Gazeta de Notícias”, do Rio de Janeiro (1919). Promotor de Resíduos da Comarca de São Paulo (1931-1934). Nomeado professor de Direito Constitucional da Faculdade Ciências Econômicas e Sociais (que não chegou a ser instalada), em 1931. Professor catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, (1934-1966). Regeu também interinamente, cerca de dois anos, a cadeira de Economia Política. Professor de Direito Cível Comparado do Curso de Doutorado, (1958-1961). Professor de Direito Comercial Comparado (1963-1966) e de História do Direito Nacional (1968) do Curso de Especialização. Professor contratado de Direito Comercial, da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (1967-1969). Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (1946). Membro do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Representante da Faculdade de Direito no Conselho Universitário (1939-1949). Reitor da

Universidade de São Paulo (1951-1953). Presidente do Primeiro Congresso de Reitores das Universidades Brasileiras (1952). Delegado Permanente do Brasil nas Nações Unidas, na categoria de embaixador (1954-1955). Presidente da Comissão de Desarmamento (fevereiro de 1954). Presidente do Conselho de Segurança (julho de 1954). Presidente da Delegação do Brasil à 9ª Sessão da Assembléia Geral da ONU (1954). Secretário da Justiça do Governo de São Paulo (1964-1965).

Mandato Legislativo – Deputado à Assembléia Constituinte e Legislativa de São Paulo (1935-1937), nela exercendo as funções de líder da maioria (1936-1937), presidente da Comissão de Finanças, vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, membro das Comissões de Educação e Estatística.

Títulos Universitários – Professor honorário da Facultad de Derecho de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, (Lima, Peru), em 1951. Doutor *honoris causa* pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), em 1952. Diplomado *honoris causa* pela Escola Superior de Guerra (1959). Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1967). Medalha de prata da Universidade de Bolonha (Itália), em 1953.

Entidades Culturais a que pertenceu – Sócio do Instituto dos Advogados de São Paulo (desde 1923). Sócio correspondente de Instituto dos Advogados de Lima (Peru) em 1951. Sócio correspondente da Sociedad Venezolana de Historia de la Medicina, de Caracas (Venezuela), em 1952. Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1939). Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1941), passando à categoria de sócio titular em 1967. Presidente deste Instituto. Membro da Academia Paulista de Letras (1953). Sócio honorário do Instituto de Coimbra (1957). Membro do PEN Clube de São Paulo (1957) e também seu presidente. Do Ateneu Paulista de História. Membro correspondente da Academia Carioca de Letras. Membro honorário da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, do Rio de Janeiro (1976). Sócio efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Condecorações recebidas – Grã-Cruz da Ordem de Orange e Nassau (Holanda). Grande Oficial e locotenente da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém (Vaticano). Cavaleiro de Graça Magistral da Ordem Soberana e Militar de Malta. Grã-Cruz ao Mérito Melitense, com placa (Ordem Soberana e Militar de Malta). Comendador da Stella della Solidarietà (Itália). Comendador da Ordem do Mérito do Trabalho (Brasil). Grande Oficial da Ordem do Mérito da Educação (Brasil). Officier de l'Ordre des Arts et des Lettres (França). Colar do Instituto de Coimbra (Portugal).

Medalhas – Príncipe Alberto (Mônaco). Rio Branco, Ruy Barbosa, José Bonifácio, Imperatriz Leopoldina, Infante dom Henrique, Martim Afonso de Sousa, Marechal Rondon, Osvaldo Cruz, Pedro II, Pro-Hungaria, da Revolução Constitucionalista, 4.º Centenário da Universidad Nacional Mayor de San Marcos (Lima, Peru). Medalha do Mérito Literário, do PEN Clube (São Paulo), Colar Pedro I (do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo), Medalha Machado de Assis (da Academia Brasileira de Letras).

ANEXO II

CONTEÚDO DAS CAIXAS EXAMINADAS

Caixa 06 – Favores e telegramas

Caixa 21 – Documentos variados

- boletins diários (1952)
- despachos com diretores
- audiências marcadas
- compromissos do reitor

Caixa 25 – Documentos variados

- boletins diários do reitor no período de 4 de janeiro a 29 de dezembro de 1951
- despachos com diversos diretores de diversas faculdades
- audiência/conferências/homenagens

Caixa 46; Caixa 52; Caixa 54 – JORNAIS

1950 – agosto

Caixa 02 – Carta

- carta de Rubens do Amaral para Ernesto Leme contra o projeto de lei n.º 209

Caixa 05 – documento sem data

- documento ADC exposição anticomunista (1951)

fevereiro

s/data – Telegrama do Centro Médico de Ribeirão Preto pedindo a cooperação para instalação na cidade da Faculdade de Medicina

02- convite para inauguração da Colônia de Férias do Clube Militar da Força Pública (cx03)

07- curso de férias de medicina legal

08- pedido trabalho para Antonio de Lucas

14-pedido de passagens para 2 pessoas de ida e volta para Tatuí do Centro Acadêmico XI de Agosto - o pedido estava fora da portaria da n.º 31 de 26/2/1951

14 – Comunicado ao reitor da reunião de técnicos e cientistas para estudo do milho sob os auspícios da “Luiz de Queiroz”, do Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto do Sul, Instituto de Belo Horizonte, Serviço Nacional de Pesquisas Agrícolas, professor Welhause representante da Foundation Rockefeller vindo do México e o professor Fischer, de Estanzuela, Uruguai. Reunião sob orientação do prof. Frederico Brieger

24- convite do Ministério da Guerra – Instituto de Física

março

13-pedido passagem p/ Grêmio Politécnico (foi atendido?)

26- Telegrama comunicando que Luiz de Queiroz teve aumento significativo no número de freqüência de alunos em Piracicaba

abril

09-Adolfo Vasconcelos Noronha comparece no gabinete do reitor indicado pelo secretário da Justiça e Negócios do Interior – José Lourenço Júnior

09- Conferência do prof. Dr. Philip K. Hitti da Universidade Princeton, EUA na Faculdade de Filosofia e Letras

10- Telegrama agradecendo o reitor por permitir o pleno desenvolvimento do laboratório radioquímico

11- CARTA DE ERNESTO LEME PARA DELEGADO DR. ARNALDO, PEDINDO INFORMAÇÕES DE DIRIGENTES DO MOVIMENTO COMUNISTA QUE TINHAM LIGAÇÕES COM A USP (PROFESSORES OU ALUNOS) (cx 21)

19- convite da diretoria do Clube Militar da Força Pública para festividades do Dia da Polícia (cx 03)

27-comunicado de internação de D. Aracy Ribeiro Borges

maio

05-resposta do Secretário da Justiça e Negócio do interior (Lourenço Júnior) a respeito de mudanças de cargo para Firmina Martins Diogo, solicitado por Ernesto Leme

10-resposta de um pedido de Ernesto Leme para Fernando P. de Castro

22-carta de apresentação de José X. de Brito

JUNHO

02- pedido da Reverenda Madre Paz para informá-la sobre o exame de suficiência

06- resposta de um pedido para Ernesto Leme de trabalho no Hospital das Clínicas para D.Rosalina para cargo de enfermeira

06- pedido de emprego para S. José Soares para servente diarista

08- pedido de emprego para Rafaela Bocci pedido de Sales Filho

12- Odete solicita informações para o exame de suficiência de matemática

14- carta agradecimento de Conceição Santamaría

16- carta de agradecimento de Vicente Paula Lima

18- União Cultural Brasil/EUA conferiu ao reitor diploma por fazer parte da Comissão de Estudos e Treinamento nos EUA (cx 03)

18- pedido de desculpas do secretário do Estado da Saúde Pública por não ter comparecido à conferência sobre a Escola Superior de Guerra e a Guerra Total

19- carta de pedido de vaga de servente diarista para Flúvio Gomes do secretário particular Névio Beni

19- convite do Círculo Militar de São Paulo para palestra (o reitor foi representado)

22- agradecimento do pedido funcionário Osvaldo Savoy

23- carta de cumprimentos Vicente Paula Lima para Ernesto Leme

27- comunicação para o reitor da posse do Coronel Waldemar para a 4ª Circunscrição de recrutamento

28- pedido de intervenção cirúrgica no Hospital das Clínicas do chefe do Gabinete do Reitor Oscar Barreto Filho

JULHO

02- Reitor dá aula inaugural na Academia Militar Agulhas Negras, título da aula "O Exército, a Universidade e a Nação"

13- Telegrama de um aluno da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto considerando uma leviandade da diretriz do curso médico no Estado de São Paulo de instalar a Faculdade de Medicina em Ribeirão Preto. Afirma que a faculdade tem tido relatórios com dúvidas e até pronunciamento de fechamento. Pede ao reitor que submeta ao julgamento do Conselho Nacional de Educação. (Aluno sem identificação)

s/data – telegramas cumprimentando o reitor pela resposta ao deputado Jânio Quadros, quanto as acusações a sua administração.

AGOSTO

18-pedido de transferência do aluno Angelo Regis Belline do Rio de Janeiro para São Paulo escola paulista de medicina

22-Do prof. Dr. F.º Antonio Cardoso agradecendo a prorrogação do afastamento de D.Ruth de França Ottoni

22-pedido para colocação do funcionário Nicolau dos Santos Netto no gabinete

28-pedido de recolhimentos da sra D.Gertudres Carigati feito por Diogenes Ribeiro de Lima

29-pedido de vaga para sobrinho Lindeberg Doria Neves

31-pedido de vaga na carreira servente-contínuo-porteiro feito para dep. Pinheiro Junior

SETEMBRO

05- carta de Nelson Felizzola Barbosa pedindo por Nancy de Paula

18- carta para Ruy Leme pedindo por Helena Santos Moraes

24- carta de agradecimento de Diógenes Ribeiro de Lima Filho para Ruy Leme agradecendo atenção dispensada Arnaldo de Sant'Anna

25- José Romeu Ferraz – chefe casa civil do governador, faz pedido em nome do governador para colocação de Helena S. Moraes como auxiliar de bibliotecária na biblioteca Central da Faculdade

OUTUBRO

01- pedido cargo de extranumerário diarista para Waldemar Antonio Simplício feito por Névio Benni secretario particular

01- convite da Força Pública São Paulo para conferência

02- pedido de vaga para carreira inicial de escriturário da Reitoria para Diógenes Ribeiro de Lima

03- UCBEU – convite para palestra (cx 03)

13- carta de agradecimento por esclarecimentos prestados a Helena Santos Morais

20- Pedido de passagens de ida e volta para Padre Hugo Poli à Itália

NOVEMBRO

19- Reitor informado da nova diretoria da Associação Paulista de Peritos Criminais (cx 03)

28- agradecimento de Ernesto Leme ao UCBEU aos esforços despendidos para aproximação cultural das Américas (cx 03)

DEZEMBRO

17- CARTA DE ERNESTO LEME PARA UDN DESLIGANDO-SE DO PARTIDO ENTRE OUTROS MOTIVOS PELO MESMO NÃO TER SE POSICIONADO TOTALMENTE A SEU FAVOR FRENTE AS DENÚNCIAS DE JÂNIO QUADROS (cx 05)

20- Reitor convidado para festividades de Natal na Penitenciária do Estado na qual esteve presente o governador do Estado (cx 03)

28- Diretores e funcionários da Penitenciária do Estado de SP, cumprimentam Ernesto Leme pelo Ano Novo

28- cumprimento e agradecimento pela generosa colaboração pelo êxito da 1ª Bienal de São Paulo, de Francisco Matarazzo Sobrinho para o reitor

1952

JANEIRO

03- carta de agradecimento do chefe da casa civil do governo José Romeu Ferraz

13- carta de tio José Paulino Leme pedindo para cunhada transferência do colégio de Bragança para São Paulo

24- pedido de João Batista Camargo para redução de pena de reclusão, pedido deveria ser feito aos desembargadores Alípio Bastos, Costa Manso e Paulo Costa

31- resposta de pedido de vaga não foi possível por falta de vaga

FEVEREIRO

S/data – telegrama da Assembléia Legislativa prorrogando por mais um ano o contrato de Ruy (FILHO DE ERNESTO LEME)

01- carta chefe casa civil governo agradecendo o atendimento de pedido de transferência do aluno Carlos Alberto Paiva Rodrigues da Faculdade de Medicina da Bahia para São Paulo

11- carta de Ernesto Souza Campos pedindo por uma funcionária

11- carta pedindo transferência de um aluno de Uberaba para São Paulo para Faculdade de Odonto, pedido de Synésio Rocha

12- carta pedindo transferência do aluno de Maceió para USP – feito por Leão Machado, chefe casa civil

16- pedido Lino de Mattos para nomeação Benedita Duarte Lopes

22- carta de agradecimento de Leão Machado pelo pedido atendido

26- Solenidade para entrega de certificados referentes ao curso de metodologia dos radioisótopos (caixa 03)

27- pedido (dep. estadual Mendonça Falcão) de cargo de escriturária para Tereza Stebam

29- pedido de Narciso Pieroni de cargo para Silvia Lima Saraiva na reitoria da USP

MARÇO

08- deputados Athie Jorge Cury e Andre Broca Filho-apoio para Geraldo A. Pereira que está prestando exame de admissão à politécnica

13- carta de um aluno Uruguaio Miguel Angel Zangaro pedido bolsa de estudo

17- pedido de José Romeu Ferraz chefe casa civil governado por Graziela Cabral

18- carta apresentação de Felícia Watanabe por Geraldo Cintra

18- em visita de diretores da Rockefeller ao reitor da USP Ernesto Leme, o prof. L. F. Kimball disse que estava impressionado com o desenvolvimento do ensino superior e das pesquisas na USP

19- agradecimento do chefe da casa (gov. José Romeu Ferraz) a recepção de 5 estudantes da escola Nacional de Engenharia no Hotel Municipal por conta da universidade

27- carta de agradecimento de Arnaldo Arruda Pereira

31- carta de recomendação de Hélio Floret Lobo por Motta Bicudo

ABRIL

05- Entrega de título de Doutor "Honoris Causa" ao Prof. Dr. Warren Weaver – chefe da Divisão de

Ciências Naturais da Fundação Rockefeller pelo reitor Ernesto Leme (cx 05)

09- agradecimento pelo pedido atendido de Narciso Pieroni de cargo de técnico de administração por Silvia Lima

11- pedido de intervenção junto desembargador para diminuir a pena de João Batista Camargo, lembrando seu desempenho nas “imemoráveis campanhas eleitorais”

16- pedido de cargo feito por Marina Oliveira

22- Carta de Alfredo Condeixa Filho, prefeito de Ribeirão Preto, criticando a atitude do reitor quando viera a São Paulo para conversar com o governador

29- pedido do deputado estadual Luciano Nogueira Filho pela admissão do cargo de contínuo

MAIO

02- Documento da divisão de difusão cultural – **Contribuição da Fundação Rockefeller para o Ensino Superior – menciona que a USP recebeu no setor de bolsas 177 sendo que mais ou menos 53 foram para membros do corpo docente da USP**

12- pedido de colocação na escola agrícola de Piracicaba para Ernande de Soares Silvia feita por Valentin Amaral e Plácido Rocha-deputado

14- Asdrúbal da Cunha pedido de cargo para Rubens Mello Silveira no Instituto Oceanógrafo

20- pedido do secretário do Ministro da Educação e Saúde Afrânio Coutinho para alguma função para Eduardo de Andrade Veiga.

27- pedido do Partido Social Progressista de Piracicaba, cujo vice-presidente Felipe Colonna de cargo de atendente na Escola Superior Agricultura Luiz de Queiroz para Dorival Perozzo

29- pedido deputado Pinheiro Jr. Para Joaquim R. Oliveira

30- comunicado de Diogo Bastos que atendeu o recomendado Euclides Pereira

JUNHO

02- indicação Dorival Perozzo para cargo atendente pelo PSP

03- carta ao diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz para colocação Ernande Soares da Silva feita pelo vice-reitor Antonio Carlos Cardoso

03- carta de vice-reitor em exercício Antonio Carlos Cardoso pedindo Admissão Rubens Mello Silveira Instituto Oceanográfico

03- vice-reitor em exercício encaminha assunto da colocação do Sr Ernande Soares de Silva a deliberação do Instituto Universitário de Piracicaba

26- solicitação de vaga ao contínuo na reitoria feita por Romeu Corsini

JULHO

07- carta Athié Jorge Coury, deputado estadual, comunicando a sua ausência e apresentando seu secretário geral Geraldo Ferrone

08- André Nunes Júnior, presidente da Câmara Municipal São Paulo, pedindo cargo para Ercília Cordeiro Silva

29- Discurso do Vice-reitor Prof. Antonio Carlos Cardoso pronunciado na sessão de encerramento do Simpósio de Física promovido pela Academia Brasileira de Ciências e pelo Centro de Cooperação Científica da UNESCO, sob os auspícios do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da USP, que se sentia orgulhosa por ter contribuído pelo êxito do evento destinado a representar um marco da mais relevante significação na história da Ciência.

AGOSTO

04- Pedido secretário da Agricultura João Pacheco e Chaves para José Péricles escriturário mensalista

08- Pedido de Cunha Lima para a mudança de Alfredo Baroni para secretaria da faculdade de direito

08- Cunha Lima solicitando o concurso do Sr Theodor Preising

12- Deputado Pinheiro Junior indicando Ernestina Pedroso Vieira para servente

20- Cunha Lima pedido para manutenção no cargo de D. Iná de Oliveira

25- Pedido major Brigadeiro Armando Souza e Mello Ararigboia pedindo a transferência do funcionário Adelmo Vasconcelos Reis do Parque da Aeronáutica de SP para reitoria da USP

25- Pedido Juvenal Hino de Mattos para cargo Alfredo Dias Rosário Neto

28- proposta de modificação do quadro pessoal extranumerário mensalista da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

SETEMBRO

01- Bolsa de estudos na Itália (cx03)

05- Deputado Pinheiro Jr. Informação de quando Joaquim Batista da Cruz deverá tornar posse no

cargo para o qual foi indicado

15- Carta de Bento Escobar pedindo cargo no Posto Fiscal de Bragança

25- Carta Antonio Sylvio Cunha Bueno solicitando admissão de Silvia Lima Saraiva

26- Bolsa de estudos no Canadá (cx 03)

OUTUBRO

07- André Broca Filho pedindo mudança de cargo para Ielton Alves de Abreu

09- bolsa de estudos na Faculdade de Medicina da USP (cx 03)

22- comunicado de doação de um terreno para construção da sede da Casa Roosevelt (UCBEU), presidente da campanha José Ermírio de Moraes (cx 03)

23- Pedido de colocação de Diaulas F. Loureiro de Almeida

23- Carta de Harry M. Miller Jr. (Foundation Rockefeller) agradecendo ao reitor Ernesto Leme

25- Pedido do Deputado Valentin Amaral para cargo de contínuo para João Bandeira

27- Convite ao Presidente da Carnegie Endowment for International Peace para vir ao Brasil para uma reunião para promoção de estudos sobre direitos e relações internacionais e difusão de idéias sobre a paz mundial, objetivo da reunião era obter opinião acerca da ONU

28- Pedido do Deputado Pinheiro Jr vaga para Terezinha Soares de Mello na Universidade

28- Resposta do pedido do reitor para transferência de uma professora por parte do secretário da educação

28- visita de bolsistas hispano-americanos à reitoria da USP

NOVEMBRO

04- convite para o reitor para inauguração da Campanha da Amizade Brasil – EUA (cx 03)

05- bolsa de estudos de pintura oferecidos aos alunos da USP (cx 03)

06- bolsistas estrangeiros na USP (cx 03)

11- discurso proferido no Esplanada Hotel (cx 03)

11- discurso proferido em prol da Campanha da Amizade Brasil – EUA (cx 03)

11- convite do UCBEU para homenagear os elementos da imprensa, rádio e TV (cx 03)

- 13- convite do UCBEU para homenagear elementos da Câmara (cx 03)
- 17- convite do UCBEU para membros da Diretoria e Conselho da Câmara Americana da Comércio (CX03)
- 17- bolsas de estudo oferecidas por Radcliffe Graduate School Cambridge (cx 03)
- 20- convite do UCBEU para homenagear os pares da Assembléia Legislativa de São Paulo (cx 03)
- 24- convite para 5ª reunião – homenagem aos membros do corpo docente do UCBEU (cx 03)
- 27- convite para almoço e depois reunião para Campanha da Amizade Brasil – EUA (cx 03)
- 28- agradecimento do reitor às boas relações da USP com o UCBEU (cx 03)
- 28- II Reunião Inter-Americana de produção animal, Ministério da Agricultura, Secretaria Agricultura – USP, FAO (Food and Agriculture Organization) conclave internacional – objetivo troca de informação no campo da produção animal

DEZEMBRO

- 04- Centro de estudos psicanalíticos pedindo ao governador de SP a permanência por mais um ano da professora Noeny da Silveira Rudolfer junto ao Centro
- 09- Resposta de um pedido do reitor para colocação de Lazaro Marcondes Soares como técnico de educação ao Secretário da Educação (ñ foi atendido, cargo inexistente naquele momento)
- 29- Pedido de João Cataldi Jr para colocação de sua sobrinha Maria Lúcia S. Madureira
- 29- Pedido Isaac Garcez, oficial do gabinete do Governador de SP, para Roque Viggiano

1953

JANEIRO

- 02- Pedido de Chiquinha Rodrigues representante da Bandeira Paulista de Alfabetização, solicitando da Comissão do IV Centenário a oficialização de um Congresso Interamericano de Educação de Base
- 08- Pedido do Gabinete Ministro da Educação e Saúde, Simões Filho para aproveitamento de Deise Maria Pinto Fonseca como bibliotecária da Faculdade de Farmácia e Odontologia
- 09- bolsas de estudos para pesquisa científica em Londres (cx 03)
- 10- Braz de Sousa Arruda pedido de colocação

- 14- Convite da Academia Militar das Agulhas Negras para o reitor ministrar a aula inaugural
- 16- bolsa de estudos oferecidas pela Sears Roebuck S.A. (cx 03)
- 20- José Barone Mercadante presidente em exercício do PSP pedindo admissão de Pedro Rovai
- 21- Antonio Carlos de Salles filho da Assembléia Legislativa de SP pedindo cargo
- 26- Pedido de cargo vindo do gabinete do governador de SP Marcondes

FEVEREIRO

- S/data – oferecimento de bolsas de estudos para Sears Roebuck à USP (cx 03)
- 19- a Organização das Entidades Não-Governamentais do Brasil, órgão regional divulgou a 1ª Comissão Regional de São Paulo (cx 03)
- 23- Sugestão de Intercâmbio Universitário entre a USP e a Universidade de Boston (cx 03)
- 26- solenidade para entrega dos certificados referentes ao curso de metodologia de radiosótopos

MARÇO

- 14- conferência do professor boliviano Manfredo Kempf Mercado (cx 03)
- 16- curso de férias na Suíça (cx 03)
- 18- USP recebe obra “A literatura Norte-Americana no Brasil” (cx03)
- 18- visita do diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Toronto (cx 03)
- 31- oferecimento de estágios para médicos no Paterson General Hospital de New Jersey (cx 03)
- 31- bolsas de estudo e viagens coletivas promovidas pela UNESCO (cx 03)

ABRIL

- S/data- Convite da Câmara Municipal para cerimônia de posse de Jânio Quadros e José Porfírio da Paz – prefeito e vice de São Paulo (cx 05)
- 07- Doação da colônia portuguesa à USP da Torre e do monumento a Manuel da Nóbrega
- 16- Carta do Instituto da Previdência do Estado de SP, comunicando que foi atendido pedido à apresentada Luiza Simões

MAIO

15- Pedido do PSP para nomeação de Thereza Valeno para cargo de atendente da Faculdade de Higiene e Saúde

JUNHO

15- Pedido anterior atendido

S/ data – curso livre de Higiene e Profilaxia Criminal patrocinado pela reitoria da USP

JULHO

16- carta para informação sobre bolsa de estudo (cx 03)

28- Pedro Calmon da Universidade do Brasil, comunicando transferência de Marlene Leite Cunha Rego para USP

AGOSTO

17- Informações sobre o processo da funcionária demitida, feita pelo Deputado Estadual Ângelo Zanini

25- Deputado Athié Jorge Coury faz pedido de cargo para Bruno Sabiá lecionar

SETEMBRO

06- Otor Mader – senador pedindo por sua sobrinha Zélia Vercesi Mader

09- Pedido de cargo de Jean Passos para Duzolina Furlan

09- Victor Maida – pedindo cargo para Iara G. Guedes C. Silva

11- Pedido de Fernando Prates Fonseca para assumir o cargo de chefe da Seção de Recreação e Esporte

21- Deputado Pinheiro Jr. pedindo cargo para Sympliciano N. Oliveira

24- Conferência do professor Huch Palton (cx 03)

OUTUBRO

05- convite para presidir uma das sessões da XIV Semana Paulista de Estudos Policiais

07- instalação da 1ª Comissão do II Congresso Hispano-Luso Americano de Direito Internacional (como parte das comemorações do IV Centenário)

21- doações para pesquisa oferecidas pelo Instituto Ártico da América do Norte (cx 03)

22- bolsas de estudo para cursos de aperfeiçoamento no Canadá (cx 03)

NOVEMBRO

28- doações da Sociedade Goetheana – obras alemãs (cx 03)

DEZEMBRO

01- convite para encerramento da Campanha da Amizade Brasil – EUA